

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 23 de Junho de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1071 • Director: Carlos Brito

**Comissão Política alerta:
Governo e patrões podem aproveitar férias
para «arrumar» conflitos**

TRABALHO EM LUTA

- PCP saúda lutas da Lisnave/Setenave, Metalomecânica, Função Pública, EDP, Torralta e Transportes
- Três mil postos de trabalho ameaçados na Lisnave/Setenave
- Preparam-se privatizações e despedimentos na CIMPOR e EDP
- Plano de Emprego Governo/CIP é plano para despedir e aumentar trabalho precário

Págs. 4 e 5



Utentes da Linha de Sintra contra encerramento do apeadeiro da Cruz da Pedra

Depois das eleições voltam os despedimentos e medidas como o contestado aumento de 50 por cento da portagem da Ponte 25 de Abril ou o fecho, sem aviso, de uma estação da Linha de Sintra

Págs. 12 e 32

**Forças Armadas
Governamentalização soma e segue**

Pág. 22



CGTP
O pacto das ilusões não é sério nem credível

Pág. 9

**Entrevista
com
Isabel
Castro**



• Deputada de «Os Verdes»

Centrais

**Geração
incómoda**

• Artigo de Francisco Lopes

Pág. 18

**Solidários com a Festa
Compra
já a
EP!**



Págs. 24 e 25

**SPGL:
na hora
de pôr alguns
pontos nos ii**

• Artigo de Edgar Correia

Pág. 19

Nota da Comissão Política

O PCP é um partido cujas características, orientações, objectivos e intervenção dependem só da vontade dos seus militantes

A Comissão Política do PCP esteve reunida na passada segunda-feira para analisar os traços mais salientes da situação política e social decorrente das eleições para o Parlamento Europeu bem como sobre a dinamização das tarefas e do reforço geral do Partido. As conclusões da reunião foram apresentadas por Jerónimo de Sousa no decorrer de uma conferência de imprensa realizada no dia seguinte.

1. Tal como era previsível, o Governo do PSD retomou, após as eleições de 12 de Junho, a sua política de agravamento social. A Comissão Política sublinhou a gravidade do facto de, 24 horas após o conhecimento dos resultados eleitorais, os Mellos, com o aval do Governo, avançarem com um processo que visa concretizar o maior despedimento colectivo das últimas décadas ameaçando mais de 3 mil postos de trabalho efectivos da Lisnave e Setenave/Solisnor e simultaneamente tentar impor, aos que ficassem, o trabalho sem direitos e consequente revogação da contratação colectiva em vigor.

Também não deixa de ter significado o facto de poucos dias após as eleições, a portagem da ponte ter aumentado 50 por cento o que está a merecer um justo e indignado protesto de milhares de utentes que o Governo deve saber ouvir e actuar.

A Comissão Política chama a atenção do país para a insensibilidade e irresponsabilidade com que o Governo encara a destruição do aparelho produtivo, com que prossegue a política de entrega ao capital estrangeiro do melhor património público empresarial através das privatizações e dos desmembramentos como se perspectiva, designadamente para a Cimpor e EDP, fomentando o aumento do desemprego, forçando milhares de jovens e trabalhadores aos vínculos precários, às rescisões dos contratos e pré-reformas, com manutenção das dramáticas situações dos salários em atraso.

A Comissão Política alerta os trabalhadores e as suas organizações para a preocupante possibilidade do Governo e do grande patronato tentarem aproveitar o período do Verão para acentuarem a sua ofensiva e arumar conflitos enquanto os trabalhadores estão de férias.



Jerónimo de Sousa, acompanhado de Luís Corceiro, apresentou aos jornalistas, na passada terça-feira, as conclusões da reunião da Comissão Política, realizada na véspera

A Comissão Política saúda a justa luta dos trabalhadores da Lisnave e Setenave, da Siderurgia, da metalomecânica, da Função Pública, da EDP, da Torralta e dos transportes, que através de acções sectoriais prosseguem justos objectivos de defesa dos seus postos de trabalho, dos seus salários e dos seus direitos

desempregados que a situação se agravou apesar dos repetidos anúncios de Cavaco Silva.

A Comissão Política chama a atenção de que o plano do Governo/CIP, dito de combate ao desemprego, se inscreve na estratégia da União Europeia (receitas do socialista Delors) e da Cimeira da OCDE no sentido de consagrarem como orientações universais a precarização generalizada do mercado do trabalho, a eliminação de entraves aos despedimentos, a desregulamentação do horário de trabalho, a eliminação do salário mínimo, do subsídio de desemprego e da Segurança Social Pública, a par de mais e mais benefícios fiscais e apoios financeiros ao grande patronato.

As orientações da Cimeira da OCDE, na qual o Governo português participou, ditadas pelos interesses das multinacionais, pretendem descarregar ainda mais para as costas dos trabalhadores as consequências das políticas neoliberais.

Como a experiência vem demonstrando exaustivamente não se ataca o desemprego acelerando o despedimento dos que trabalham.

O combate ao desemprego exige que se comece por suspender os despedimentos em curso, exige uma política económica

2. Perante esta realidade indementável, o Governo do PSD, para além de tentar desviar as atenções do povo português através das visitas guiadas às estradas e auto-estradas, afirma com toda a hipocrisia as suas alegadas preocupações em relação ao desemprego.

Repetindo a técnica ensaiada em Novembro do ano passado nas vésperas das eleições autárquicas, o Governo propagandeou antes das eleições para o Parlamento Europeu mais um Plano de Emprego que na prática se traduz na gestão social e parcial do desemprego.

A Comissão Política alerta para mais esta operação mistificadora nas medidas em que o Governo de Cavaco Silva tem uma estranha forma de combater o desemprego, despedindo e desactivando grandes unidades produtivas na indústria naval, na metalomecânica, nos transportes e na Siderurgia Nacional.

As estatísticas oficiais, mesmo com a sistemática limpeza de ficheiros, revelam pelo registo de 400 mil

virada para a satisfação das necessidades fundamentais dos trabalhadores e das massas populares. Para o Governo a única solução é penalizar mais os trabalhadores, restringir e precarizar os seus direitos e os seus salários, desequilibrando o papel do Estado na redistribuição da riqueza nacional a favor dos mais fortes, dos poderosos, contra os mais fracos e dos que vivem do seu trabalho.

A criação de empregos e a luta contra o desemprego não passa, como afirma Cavaco Silva e a CIP, pela flexibilização da legislação laboral, pela criação de ainda maiores facilidades para o despedimento, nem por pseudomedidas de propaganda política como as apresentadas pelo Governo em vésperas das eleições para o PE.

A criação de empregos e a luta contra o desemprego exige uma nova política centrada sobre o investimento produtivo, a defesa da produção nacional, a melhoria do poder de compra e a penalização das actividades especulativas e parasitárias.

Exige uma política efectiva baixa das taxas de juro reais e uma política cambial do escudo ditada pelas necessidades da actividade produtiva e não pelas campanhas de propaganda do Governo, exige a melhoria dos salários e das pensões e reformas como meio de alargamento do poder de compra e exige a tomada de medidas de salvaguarda que defendam a produção nacional bem como uma política de descentralização e de apoio ao poder local no investimento e na criação de empregos e a cessação imediata do leilão das privatizações.

Exige também que a nível comunitário se defenda a preferência comunitária para algumas produções nacionais (têxteis), a redução do horário de trabalho sem redução dos salários, tendo em conta os níveis de desenvolvimento e de produtividade dos diversos países, aumentando os tempos livres para as práticas desportivas, culturais, audiovisuais, informáticas, turísticas, constituindo só por si não só um mercado de bens, mas igualmente um campo de actividades e serviços, cujo desenvolvimento exige simultaneamente tempo e criação de novos empregos.

Exige ainda que os projectos de obras públicas e de transportes transeuropeus do Livro Branco tenham não só concretização prática, em Corfu (dos 220 milhares de milhão de euros inscritos no Livro Branco, foram apenas aprovados 11 projectos no valor de 32 milhares de milhão de euros), mas também impacto efectivo nos países periféricos.



24 horas após o conhecimento dos resultados eleitorais, os Mellos, com o aval do Governo, avançaram com um processo que visa concretizar o maior despedimento colectivo das últimas décadas ameaçando mais de 3 mil postos de trabalho efectivos da Lisnave e Setenave/Solisnor, denuncia o comunicado da Comissão Política

3. A Comissão Política considerou ainda que a recente apresentação pelo Governo de uma nova proposta de transferência de responsabilidades para as autarquias revela a forma pouco séria como o Governo trata de matéria tão importante como a descentralização. De forma avulsa, à margem de um sério debate com as autarquias sobre o elenco de competências a exercer pelos vários níveis da Administração e de uma avaliação rigorosa do enquadramento dos recursos financeiros das autarquias.

É aliás urgente a necessidade de uma maior descentralização de competências para as autarquias que inverta a progressiva centralização resultante da política do Governo. O que não é aceitável é que a pretexto da descentralização de novas competências e meios o Governo insista em transferir encargos e alijar responsabilidades.

A assunção de novas competências pelas autarquias em domínios com uma componente clara de investimento e não apenas de natureza administrativa, como agora no essencial se propõe, é aliás garantia de uma maior rentabilização económica e social dos dinheiros públicos.

Procurar transferir para as autarquias novas funções predominantemente administrativas e assistenciais no domínio da educação sem ampliar a intervenção dos municípios no conjunto do processo educativo, transformar as autarquias em tesourarias para cobrança de impostos, guardiãs de monumentos e museus e licenciadoras de algumas actividades comerciais e industriais, é revelador das intenções e concepções descentralizadoras deste Governo.

O PCP apela a todos os eleitos para que contribuam com a sua luta para contrariar esta nova tentativa de transferência de encargos e para a consagração, no futuro, de um quadro de delimitação de competências que, num sentido de descentralização, reforce as competências e os meios das autarquias.

4. A Comissão Política do PCP denuncia, mais uma vez, a inquietante convergência do PS com o PSD e o CDS em matéria de revisão constitucional, agora reforçada com a oferta feita por António Guterres, em entrevista ao "Semanário" dos «quatro quintos indispensáveis a uma revisão extraordinária» para ultrapassar a impossibilidade, por não cumprimento do prazo constitucional, para uma revisão ordinária.

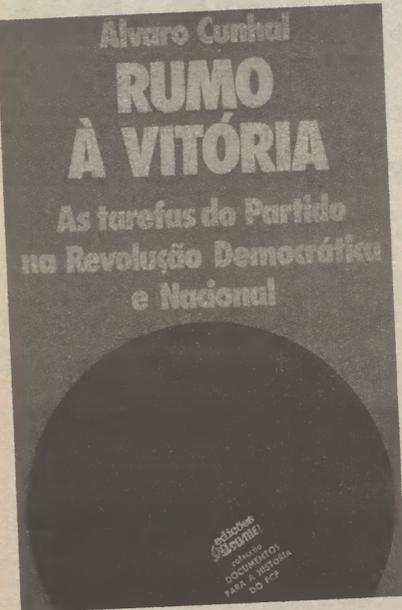
Esta renovada disponibilidade e estranha conivência do PS, somada aos claros consensos com o PSD em matéria de reforma do sistema eleitoral, só pode servir à direita para aprofundar e consolidar a ofensiva revanchista contra o regime democrático e importantes conquistas económicas, sociais e políticas da revolução de Abril. Isto é, tudo indica que o PS se prepara para, pela quarta vez, se entender com o PSD na revisão da Constituição de Abril.

Nesta fase do rescaldo eleitoral e manifestamente mal dispostos com os resultados claramente nada coincidentes com as mediáticas sondagens encomendadas ou com o triunfal discurso do princípio da noite das eleições, o secretário-geral do PS, António Guterres, e outros responsáveis socialistas discorreram mais uma vez sobre o futuro e, mais uma vez, insistem em miragens e desejos, e fundamentalmente numa renovada disponibilidade de encontro e cumplicidade com a direita em matéria de revisão constitucional.

Desiludam-se os que para disfarçar as suas posturas arrogantes e sobranceiras e as suas coincidências e conluios com o PSD se dedicam a atacar e caluniar o PCP. Desiludam-se os que apresentam as considerações do PCP sobre a alternativa como significativo dependência ou aprisionamento ao PS. O PCP é um partido com um projecto e uma identidade próprias, cujas características, orientações, objectivos e intervenção política dependem única e exclusivamente da vontade democrática dos seus militantes. Um partido profundamente inserido nos trabalhadores e no povo português e disposto a tudo fazer para defender esses interesses, e que nunca servirá para que o PS possa continuar, por outros modos, a política do PSD.

5. A Comissão Política registou a intensa actividade das organizações do Partido na análise dos resultados eleitorais e no início da preparação das tarefas decorrentes das decisões do Comité Central do PCP, particularmente no que concerne ao reforço geral do Partido e à sua afirmação e intervenção política na vida nacional e na realização da Festa do "Avante!"

A Comissão Política saúda a justa luta dos trabalhadores da Lisnave e Setenave, da Siderurgia, da Metalomecânica, da Função Pública, da EDP, da Torralta e dos Transportes, que através de acções sectoriais prosseguem justos objectivos de defesa dos seus postos de trabalho, dos seus salários e dos seus direitos.

edições
Avante!

Álvaro Cunhal
Rumo à Vitória

Preço: 1470\$00

Lida à luz dos acontecimentos pós-25 de Abril, esta obra surge-nos não apenas como um libelo acusatório do fascismo (que muitos pretendem hoje fazer esquecer ou edulcorar), mas sobretudo como um modelo de análise científica, marxista-leninista. Em *Rumo à Vitória*, a definição das características, dos objectivos e da via da revolução portuguesa resulta do estudo objectivo do estádio de desenvolvimento do capitalismo, da arrumação das forças de classe e das suas contradições, da relação entre os factores económicos, sociais e políticos internos e da influência de factores externos. A vida comprovou as análises, as previsões e os alertas – todos de flagrante actualidade – então feitos.

Organizações analisam resultados das europeias

As recentes eleições europeias e a preparação da actividade próxima do PCP, nomeadamente a participação na Festa do «Avante», têm dominado a atenção das direcções regionais do Partido

PSD é terceiro no Alentejo

Englobando os distritos de Beja, Évora e Portalegre, o Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP (OIRA) esteve reunido no passado dia 16 para analisar os resultados eleitorais para o Parlamento Europeu. O comunicado divulgado salienta:

«1. A significativa derrota sofrida pelo PSD que fica em terceiro lugar no Alentejo com pouco mais de metade dos votos obtidos pela CDU. As comis-

sões políticas distritais do PSD de Beja, Évora e Portalegre ao considerarem como encorajador e prova de confiança no PSD o resultado alcançado, metade dos votos da CDU, e como derrota o resultado alcançado pela CDU, duas vezes mais que o PSD, põem em evidência a desorientação que grassa nas fileiras cavaquistas e o ridículo das suas análises e avaliações.

«É aliás significativo e politicamente relevante que o PSD no Alentejo tenha tido quebras na sua votação superiores às sofridas no plano nacional. Se no

plano nacional o PSD perdeu 22,9 por cento dos seus votos, em relação às eleições do Parlamento Europeu de 1989, no Alentejo perdeu 29,5 em Portalegre, 34,4 por cento em Évora e 35 por cento em Beja.

«2. A derrota das pretensões hegemónicas e da arrogância do Partido Socialista que em vésperas das eleições proclamava, no seu comício em Beja, que o Alentejo era socialista e que mais uma vez se fica pelo segundo lugar com menos 2 mil votos que a CDU.

Quando dirigentes do PS proclamavam aos quatro ventos que ter mais um voto do que o PSD é uma vitória e menos um voto uma derrota será que irão agora procurar outro critério para, a

exemplo do PSD, proclamar que 2 mil votos não são afinal mais do que uma derrota do PCP e outros democratas da CDU e uma vitória socialista?

«3. O positivo resultado alcançado pela CDU que se afirma mais uma vez como a primeira força política no Alentejo com mais 2246 votos que o PS, mais 22 294 votos que o PSD e mais 40 657 votos que o CDS.

«4. A preocupante e crescente abstenção verificada nos três distritos do Alentejo que testemunhando a ausência de motivação em relação à União Europeia e traduzindo uma atitude de protesto contra a gravíssima situação criada a partir das políticas resultantes da integração de Portugal na União Europeia, acaba por beneficiar os principais responsáveis por essa mesma integração: o PS e o PSD».

O OIRA do PCP interpreta estes resultados como «mais uma inequívoca manifestação do povo alentejano contra a política de direita em curso e a gravíssima situação de envelhecimento, desertificação e desemprego em massa».

Reunião de quadros em Braga

Não esquecendo a influência do dia escolhido para o acto eleitoral, a estrutura regional de Braga do PCP considera que «a grave crise que se vive, o profundo descontentamento e a descrença, gerados pela política do Governo de Cavaco Silva, motivaram o virar de costas por parte de largas camadas, ao dever de votar». Desta forma, a grande abstenção verificada «traduziu uma forma de protesto popular e de condenação contra a política governamental».

Os quadros comunistas do distrito, reunidos na passada sexta-feira, concluíram que «as ideias difusas e nada motivadoras de União Europeia e Parlamento Europeu, o processo de integração à margem dos cidadãos dos países respectivos,

Coimbra na média nacional

Reunida no passado sábado para analisar os resultados das recentes eleições para o Parlamento Europeu e a actual situação política, a Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP salienta que, no distrito, aqueles «tiveram uma expressão próxima da média dos resultados verificados no resto do país».

A reunião concluiu que estes resultados «embora estejam aquém das necessidades e potencialidades da influência do PCP, se apresentam como um resultado positivo no quadro e nas condições concretas em que foi obtido».

A DORC assinalou «o significado político do fraco resultado eleitoral alcançado pelo PSD», salientando que «o resultado do PS, apesar de ter obtido mais votos que o PSD, contraria os projectos bipolarizadores e tornou a demonstrar que não há alternativa credível à política de direita sem a participação do PCP».

Os comunistas de Coimbra fizeram ainda o balanço das medidas de direcção e estruturação em curso para o reforço do trabalho do partido e aprovaram a realização de plenários de militantes em vários concelhos do distrito com vista à discussão dos resultados eleitorais e das tarefas futuras.

Alentejo exige região de turismo

Os comunistas de Portalegre defendem a urgente criação de uma Região de Turismo para o Alentejo que teria como primeira prioridade a elaboração do plano de desenvolvimento turístico.

Numa nota divulgada à imprensa, a Direcção Regional de Portalegre do PCP recorda que as conclusões da reunião de quadros do PCP no Alentejo, realizada em Fevereiro passado na cidade de Beja, apontavam para a necessidade da criação de uma Comissão Regional de Turismo que incluisse os concelhos do litoral alentejano.

No caso do distrito de Portalegre, segundo afirma a DORPOR, «os recursos existentes nunca foram utilizados de facto pela Região de Turismo de São Mamede ao serviço da planificação e do desenvolvimento turístico integrados da região, para além de iniciativas avulso e dispersas».

Por outro lado, o PCP acusa os responsáveis daquela



Região de Turismo de terem como «objectivo programado» a «marginalização dos municípios e outros agentes», e de não terem realizado «qualquer estudo ou plano que determine os objectivos do desenvolvimento turístico ou da exploração das potencialidades existentes».

Acresce a tudo isto que «as poucas actividades e investimentos verificados têm obedecido quase exclusivamente aos objectivos do PS no distrito ou do presidente que

protagoniza de acordo com os seus interesses e ambições pessoais e políticas imediatas».

A DORPOR considera por último que a «incapacidade de diálogo do responsável máximo da Região de Turismo de São Mamede em crise permanente durante anos com os municípios faz despoletar as actuais decisões avulsas de simples abandono da actual Região de Turismo por parte de diferentes autarquias sem outras perspectivas de desenvolvimento futuro».

CAMARADAS FALECIDOS

Álvaro Manito

Faleceu no passado mês de Maio no Tramagal, vítima de acidente de viação, o camarada Álvaro Ferreira Manito de 79 anos de idade. Antifascista de longa data, foi perseguido pela PIDE devido à sua actividade.

Armando de Matos

Faleceu no passado dia 1 de Junho Armando Andrade de Matos, de 80 anos de idade. Era bancário e militava desde 1976 na organização de Algueirão em Mem Martins.

Cândida Valgôde

Faleceu, no passado dia 7 de Junho, Cândida Branco Bragança Valgôde, de 73 anos. Desde 1974 que mantinha uma intensa actividade na organização do Partido na freguesia da Pena, em Lisboa.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Ferroviários reuniram

Os militantes da Organização dos Ferroviários do Entroncamento estiveram reunidos no passado dia 15 para debaterem os problemas do sector.

Na iniciativa, em que participaram trabalhadores comunistas na CP e na Emef, foram discutidas vários aspectos relacionados com as importantes mutações e novas realidades criadas pelo processo de desmantelamento dos caminhos-de-ferro, as suas consequências económicas e sociais e os novos problemas que se colocam à actividade da organização do Partido em cada empresa desmembrada.

Esta reunião inseriu-se na fase preparatória do debate que se irá realizar em toda a organização do Partido no sector ferroviário, no quadro da iniciativa nacional decidida pelo Comité Central sobre o reforço do PCP nas empresas.

empurraram para o alheamento (no que em Portugal PSD e PS têm especiais responsabilidades)».

Assinalando «a falha estrondosa» das sondagens e «a falta de seriedade em detrimento do esclarecimento de ideias» na campanha eleitoral, os comunistas de Braga salientam que o PSD sofreu «a segunda derrota» em apenas seis meses; os resultados do PS «ficaram aquém dos objectivos de clara vitória pedida pela sua direcção e muito longe do necessário para dar credibilidade mínima aos cantos da vitória antecipada para 95»; enquanto o CDS embora tenha melhorado relativamente aos últimos anos «ficou também aquém do seu resultado nas eleições do PE de 1989».

Sobre os resultados da CDU, a DORBraga explica que «quer o resultado distrital (perda de 10.800 votos, cerca de 50 por cento relativamente a 1989), quer o resultado nacional (350 mil votos, 11,2 por cento) traduzindo uma baixa nacional, mantém o PCP como uma força significativa no espectro partidário português, com uma forte presença e influência social e entre as camadas trabalhadoras».

A reunião definiu ainda algumas linhas de trabalho partidário para o prosseguimento e reforço da luta social e preparação das próximas batalhas políticas.

Bragança PCP quer suspensão das obras no Museu

A Comissão Concelhia de Bragança do PCP afirma que é urgente suspender os trabalhos em curso no Museu Abade de Baçal e exige a abertura do diálogo entre a Secretaria de Estado da Cultura, a autarquia e outras entidades da região.

No seguimento de posições anteriormente tomadas quer pelo Grupo Parlamentar do PCP quer pela Direcção Regional de Bragança, a Comissão Concelhia veio recentemente solicitar ao presidente do IPPAR autorização para visitar as obras do Museu Abade de Baçal.

Os comunistas repudiam o comportamento da Secretaria de Estado da Cultura por não responder às entidades que se lhe dirigem: «nomeadamente, ainda não deu resposta a um requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, entregue há cerca de quatro meses, violando a legislação em vigor», afirma em comunicado a Comissão Concelhia de Bragança.

Convívio em Alhos Vedros

Cerca de 30 militantes, jovens amigos e simpatizantes do Partido participaram no passado sábado num almoço promovido no centro de trabalho do PCP em Alhos Vedros.

Sardinha assada, salada, pão e vinho constituíram a ementa do convívio que se marcou pela boa disposição e que se prolongou pala tarde fora.

É que logo após o almoço, a iniciativa continuou numa sala ao lado onde João Cavaco, o presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, pegou na viola e entoou algumas canções de Zeca Afonso, António Gedeão, Adriano Correia de Oliveira, entre outras, para satisfação de todos os presentes que não perderam a oportunidade de acompanhar em coro.

O convívio terminaria já depois das cinco ao som do «Avante Camarada».



Reforçar a intervenção das mulheres nos órgãos do poder local

Autarcas e candidatas da CDU trocaram experiências e aprofundaram a discussão lançada antes das eleições locais de Dezembro

No passado sábado sete dezenas de mulheres que integraram as listas da CDU para as autarquias locais em vários distritos reuniram-se no centro de trabalho do PCP na rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa. Além das eleitas e candidatas da coligação (comunistas e independentes), participaram na reunião dirigentes do Partido e responsáveis pelas frentes de trabalho envolvidas nesta iniciativa, nomeadamente as camaradas Luís Sá (membro da Comissão Política, responsável pela comissão junto do CC para o trabalho nas autarquias) e Luísa Araújo (membro do Secretariado, responsável pela comissão junto do CC para os problemas e a luta das mulheres).

Antes das eleições, as comissões de Autarquias e Mulheres tinham definido objectivos quanto a candidatas, programas e eleitas, no sentido de reforçar a presença e intervenção das mulheres no poder local. Com a realização desta reunião, poucos meses depois da tomada de posse dos autarcas eleitos em Dezembro de 1993, pretendeu-se «avaliar o cumprimento desses objectivos e a experiência do trabalho neste início de mandato», proporcionando a troca de experiências, como no final dos trabalhos referiu ao «Avante!» Luísa Araújo, salientando que «estiveram aqui mulheres que estão no seu primeiro mandato e mulheres que já estão nas autarquias há mais mandatos».

Para o PCP, é de grande importância a intervenção feminina nas várias áreas da sociedade, recordou a dirigente comunista, para quem as mulheres, nos órgãos de poder local, podem dar um grande contributo para a resolução dos problemas das populações. Esta importância reflecte-se no facto de a CDU ser a força política com maior percentagem de mulheres entre os eleitos.

Na reunião de dia 18 «conseguiu-se o aprofundamento da discussão lançada antes das eleições». Ao destacar este resultado da iniciativa, Luísa Araújo ressalva que o faz «sem fechar o debate, até porque há coisas novas a discutir e opiniões de alguma divergência».

A dirigente comunista apon-

estando disponíveis para participar, colocam limitações que decorrem daquela sobrecarga. Como é que são avaliadas estas limitações? Quando se está a considerar um quadro, por vezes há exigências superiores relativamente às mulheres, e foram aqui relatados casos concretos.»

Foi ainda discutida a distribuição de pelouros. Luísa Araújo lembra que «em determinada altura considerou-se que as mulheres eram escolhidas, essencialmente, para os pelouros que mais têm a ver com a sensibilidade feminina (educação, cultura, acção social, etc.); depois, surgiu a opinião de que seria diminuir a mulher deixá-la apenas limitada a estes pelouros». Actualmente, é aceite que «a mulher tem uma sensibilidade muito especial para a visualização de determinados problemas e para a resposta mais adequada a esses problemas; pode ter a ver com questões do social, da educação, da cultura, da saúde».

«Desta reunião - afirma Luísa Araújo - sobressai a ideia de que os pelouros devem ser atribuídos segundo as características, a experiência, as condições do eleito, seja homem ou mulher,

mas deve-se levar em conta que as mulheres têm uma sensibilidade que lhes dá condições para corresponder de forma muito especial aos problemas das populações naquelas áreas». A atribuição de tais pelouros «não constitui nenhuma despromoção para a mulher, são pelouros muito dignos, de trabalho muito importante, e nas autarquias CDU tomam cada vez maior importância, porque há equipamentos hoje construídos que necessitam ser utilizados e valorizados».

Sendo uma realidade, a sensibilidade feminina para um tipo de problemas deve ser tida em conta e aproveitada, mas não deve fechar o leque de áreas abertas às eleitas. «Importa é caminhar para que todos os eleitos ganhem este tipo de sensibilidade», contrapõe a dirigente do PCP, questionando, por outro lado: «se uma vereadora mostrar capacidade para tal, por que é que não se lhe vai atribuir um pelouro como, por exemplo, as obras?»

Ser porta-vozes

A diversidade dos participantes na reunião reflectiu-se também no modo como relataram as suas experiências de trabalho no

poder local. «Enquanto que mulheres eleitas onde a CDU está em maioria têm muito mais capacidade de intervir e se sentem mais realizadas no desenvolvimento do seu trabalho, as que estão em órgãos onde temos posições minoritárias trouxeram aqui mais dificuldades», relata Luísa Araújo. «Estas questões também foram discutidas e foram apontadas perspectivas de intervenção das mulheres da CDU mesmo em minoria, partindo do conhecimento dos problemas das mulheres e das populações, assumindo-nos como porta-vozes das reivindicações populares», sublinha.

Também se debateu a necessidade de «prolongar a intervenção, junto do poder local e das populações femininas, das mulheres candidatas que não foram eleitas». Para os participantes na reunião, refere a dirigente do PCP, «em qualquer situação, é fundamental que as autarcas da CDU sejam porta-vozes dos anseios das populações femininas e das reivindicações femininas junto dos órgãos de poder, e que incentivem a acção das mulheres pela resolução dos seus problemas específicos».

O facto de a participação das mulheres nas autarquias locais estimular a intervenção de

outras mulheres noutras esferas, como o movimento associativo e as iniciativas das populações, foi também assinalado na reunião das autarcas da CDU. Destacou-se ainda o papel importante que as autarquias devem ter na promoção da igualdade e na promoção da mulher na sociedade.

Também foi referida «a necessidade de as mulheres eleitas para os órgãos autárquicos incentivarem as outras mulheres a intervirem para a resolução dos seus problemas, a politizarem o descontentamento com a situação social e os problemas que enfrentam dia-a-dia, e a politizarem a resposta para os problemas».

Nos órgãos eleitos em 1993 a CDU reforçou a participação no poder local de mulheres com actividade no movimento feminino e no movimento sindical, e no encontro de dia 18 foi também analisada a experiência destas eleitas e a forma como ela é aproveitada e desenvolvida.

Na reunião «considerou-se ser de interesse que as mulheres da CDU se inscrevam na Rede de Mulheres Autarcas Portuguesas (REMA), associação criada por organizações femininas antes das eleições, intervindo também nessa estrutura onde especificamente se debatem questões das mulheres que estão no poder local», refere ainda Luísa Araújo.

Em muitas intervenções, das três dezenas que foram produzidas ao longo da manhã e tarde de sábado, «foi considerado positivo que estas reuniões se façam com as mulheres, mas é muito importante que os quadros do Partido responsáveis pela frente do poder local participem nestas reuniões, onde surgem ideias, sugestões, queixas, que essas camaradas devem conhecer para o desenvolvimento do trabalho futuro». Para que prossiga o debate e se aproxime as conclusões do trabalho concreto das eleitas e do Partido, «foi manifestado o grande interesse de se fazerem reuniões deste tipo a nível de distritos», sem excluir a possibilidade da sua realização em concelhos ou freguesias onde seja útil e possível.

Os números mais recentes sobre as mulheres portuguesas

O estudo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, sobre «Portugal-Situação das Mulheres 1993», (cujos resultados foram dados a conhecer pela agência Lusa na semana passada) traça uma panorâmica dos diferentes sectores da sociedade e a evolução que registaram no caminho para a igualdade de direitos.

A população portuguesa actual é constituída por 5 107 460 mulheres e 4 752 170 homens. Na União Europeia, Portugal é dos países com mais alta taxa de actividade feminina, mas a presença das mulheres é menor nos cargos de decisão e nas profissões de prestígio, enquanto sobe em áreas pior remuneradas ou que os homens já abandonaram.

Apenas duas portuguesas foram eleitas a 12 de Junho para o Parlamento Europeu. Dos 305 presidentes de câmara eleitos em 1993, apenas cinco são mulheres. O Governo conta actualmente com 59 cargos, dos quais seis são desempenhados por mulheres. Nos governos das duas Regiões Autónomas não há mulheres. Há uma governadora civil num total de 18 distritos.

Do Tribunal Constitucional fazem parte duas mulheres. No Tribunal de Contas a primeira juíza foi nomeada em 1989.

Continua a verificar-se uma percentagem mais elevada de mulheres que não possuem qualquer grau de escolaridade (25,5 por cento) enquanto os homens se situam nos 13,5 por cento.

No ensino superior as raparigas representam 55,5 por cento dos alunos matriculados. É sobretudo nos cursos de Ciências, Letras, Belas-Artes e Direito que se situam as maiores percentagens de mulheres. Engenharia e Teologia são os únicos cursos onde as mulheres ainda estão abaixo dos 30 por cento.

Em 1992, dos portugueses com menos de 30 anos habilitados com curso superior, 59,4 por cento eram mulheres.

Em 1991, em 351,8 mil acções de formação profissional 104,1 mil foram dirigidas a mulheres (30 por cento) e 247,7 milhares dirigidas a homens (70 por cento).

Agricultura, indústria, hotelaria, saúde e serviços sociais são os ramos de actividade com mais elevados índices de mulheres.

FECHADAS NA PARACÉLSIA

Após se apresentarem ao trabalho, depois de terminado o período de suspensão dos contratos ao abrigo da lei do *lay-off*, 13 trabalhadoras da empresa farmacêutica Paracélsia, do Porto, foram mandadas para uma sala onde se devem manter inactivas - denunciou segunda-feira a União dos Sindicatos do Porto, num comunicado citado pela Lusa.

De acordo com a estrutura sindical, as 13 trabalhadoras estão «enclausuradas» desde 7 de Junho numa sala com uma única abertura para o exterior, onde são obrigadas a cumprir as oito horas diárias sentadas a uma mesa, sem ocupação. Não podem sair para tomar café, ouvir rádio, ler ou ocuparem-se com qualquer actividade, nem mesmo circular no interior da empresa - pomenoriza a USP.

«Há trabalhadoras que acusam já os efeitos psicológicos de semelhante situação, mas nenhuma delas pretende prescindir dos seus direitos», diz o comunicado. As trabalhadoras têm recebido várias propostas de rescisão de contratos da Paracélsia, mas apenas aceitam abandonar os seus postos de trabalho se lhes for paga integralmente a indemnização a que têm direito.

DIRECÇÃO DA CGTP VISITA ALENTEJO

Fazer um levantamento «o mais exaustivo possível» da realidade alentejana, denunciar os problemas mais graves e contactar representantes dos vários níveis do poder «para com eles discutir propostas tendentes a inverter as tendências negativas» actuais são os objectivos da visita que a Comissão Executiva da CGTP-IN está a fazer à região. Por iniciativa do secretariado inter-regional do Alentejo (estrutura que engloba as uniões de sindicatos dos três distritos alentejanos), o coordenador da central e demais dirigentes participaram ontem em plenários de trabalhadores e de desempregados no distrito de Portalegre. Hoje estão no distrito de Beja e amanhã em Évora.

TRANSPORTES ADMITEM FORMAS DE LUTA GLOBAIS

Se o Governo continuar com a sua política anti-social e tentar alterar outra vez a legislação laboral, os trabalhadores dos transportes recorrerão a «formas de luta globais», disse à Lusa Amável Alves, dirigente da Festru, após um plenário realizado terça-feira na sede da CGTP. Na reunião participaram dirigentes sindicais e membros das estruturas representativas de trabalhadores de empresas do grupo RNIP (ex-RN), da Carris, do Metropolitano, da TAP, da Transtejo e do sector ferroviário. Entre os problemas em debate estiveram os processos de desmantelamento de empresas públicas, o bloqueamento da contratação colectiva e a violação dos direitos dos trabalhadores e a continuação da redução de pessoal no sector dos transportes, que já deixou sem emprego milhares de trabalhadores. No plenário foi aprovada uma resolução em que os sindicatos exigem ser recebidos pelo ministro dos Transportes.

CIMPOR

Tomaram posse anteontem os membros da Comissão de Trabalhadores da Cimpor e das sub-CTs de Alhandra, Souselas, Loulé, Cabo Mondego e Maia. O acto solene coincidiu com a primeira reunião nacional após as eleições de 25 de Maio, em que 73,7 por cento dos 1080 eleitores votaram na lista que vai agora dirigir a estrutura.

PRÉ-ESCOLAR EM PETIÇÃO

Milhares de educadores e professores subscreveram a petição sobre a educação pré-escolar, entregue terça-feira na Assembleia da República por uma delegação da Fenprof. No documento apela-se ao parlamento para que discuta «a grave situação de ilegalidade e de inconstitucionalidade que atinge o sistema público de educação pré-escolar, com a medida proposta pelo Ministério da Educação que visa a privatização deste sector do sistema educativo», refere uma nota da Federação Nacional dos Professores.

GREVE NA CLIMEX

Domingo e segunda-feira estiveram em greve os trabalhadores da Climex que prestam serviço de limpeza nos aviões da TAP e nas gares da ANA, que se manifestaram frente à sede da empresa. A luta, convocada pelo Sindicato da Portaria, Vigilância e Limpeza (STAD), enquadra-se num processo reivindicativo que se arrasta desde Maio do ano passado, em torno dos horários de trabalho, das categorias profissionais e das funções exigidas, entre outras questões.

AVEIRO VAI ACAMPAR

No primeiro fim-de-semana de Julho a Interjovem promove um acampamento distrital no parque de campismo do Furadouro/Ovar, cujas inscrições estão já abertas na União dos Sindicatos de Aveiro e nos sindicatos do distrito. O programa inclui uma mesa-redonda sobre trabalho infantil, sexta-feira à noite, um «pedipaper» no sábado à tarde, um concerto com os grupos Icon Vádis e The New Friends, sábado à noite, e uma assada para o almoço de domingo.

Sindicato comenta acidentes na construção civil

Há desrespeito das normas e ganância das empresas

A falta de cumprimento das normas legais e regulamentares e a «ganância desmedida» das empresas são apontadas, pelo Sindicato da Construção, Madeiras e Mármore do Distrito de Lisboa, como principais causas do crescente número de acidentes de trabalho verificado no sector da construção civil e obras públicas. Acusando as firmas de, «regra geral», se furtarem a despesas relacionadas com prevenção, segurança e saúde nos locais de trabalho, o sindicato inclui ainda entre as razões para o «ritmo vertiginoso e preocupante» a que vêm sucedendo acidentes «a falta adequada de organização e execução das várias fases do trabalho» e a «inexistência de uma fiscalização eficaz, atempada e periódica por parte da Inspeção Geral do Trabalho».



A «João Salvador», afirma o sindicato, «não cumpriu minimamente» com as disposições contidas no Regulamento de Segurança no Trabalho aplicável ao sector, nomeadamente o seu capítulo sobre escavações. «Não obstante a responsabilidade que imputamos à citada empresa, a «ANA», entidade responsável pela obra, não está isenta de culpas pela ocorrência do acidente, por não ter, nos termos do caderno de encargos, notificado o empreiteiro da entidade dos agentes que deveria designar para fiscalização e acompanhamento da execução da obra», acrescenta a nota.

O sindicato transcreve os artigos do Regulamento de Segurança no Trabalho na Construção Civil que entende não terem sido respeitados no Aeroporto de Lisboa.

Assim, no artigo 66º estipula-se que «os trabalhos de escavação serão conduzidos de forma a garantir as indispensáveis condições de segurança dos trabalhadores e a evitar possíveis desmoronamentos. Haverá um técnico, legalmente idóneo, responsável pela organização do trabalho e pelo estudo e exame periódico das entivações».

Ainda sobre as protecções que devem acompanhar qualquer escavação, determina-se, logo de seguida, no artigo 67º, que «a indispensável entivação do solo nas frentes de escavações» e que a entivação «será do tipo mais adequado à natureza e constituição do solo, profundidade, grau de humidade e sobrecargas estáticas e dinâmicas dos terrenos adjacentes».

Por fim, o artigo 69º do Regulamento esclarece que «a entivação das escavações compreende normalmente elementos verticais ou horizontais de pranchões que suportem o impulso dos terrenos», pomenorizando: «para escavações com mais de 5 metros de profundidade, as estacas/pranchas terão de ser metálicas».

Os mortos do aeroporto

«Após diligências efectuadas pelo sindicato junto do local do sinistro, não temos quaisquer dúvidas em atribuir por inteiro a responsabilidade material e criminal à empresa «João Salvador, Lda.», pela demissão e negligência deliberadamente assumida na condução e execução do trabalho em curso, uma vez que não garantiu previamente as condições de prevenção e segurança de acordo com as características e a natureza do trabalho», afirma a direcção do sindicato numa nota que fez chegar à nossa redacção na semana passada, comentando o acidente que a 9 de Junho, no Aeroporto de Lisboa, provocou a morte de 4 trabalhadores e ferimentos graves num quinto operário.

Comércio defende 40 horas e aumentos salariais justos

Trabalhadores do comércio retalhista de Lisboa concentraram-se sábado à tarde na baixa da capital, em defesa dos dois dias de descanso semanal e por maiores aumentos salariais.

A concentração, promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços do Distrito de Lisboa (CESL), pretendia, nomeadamente, mostrar a oposição dos trabalhadores à pretensão da União dos Comerciantes de reduzir o período de descanso semanal de dois para um dia e meio. Nas negociações para a revisão da contratação colectiva,

que continuam no impasse, as associações patronais mantêm a sua posição: aceitarão «aumentos» salariais de 4 por cento, mas só se os sindicatos concordarem em reduzir o descanso semanal de dois dias para dia e meio.

Joaquim Labaredas, presidente do CESL, disse à Lusa que a União dos Comerciantes está a fazer uma «chantagem inaceitável» com aquela proposta. O sindicalista recusou ainda o valor avançado para a revisão salarial. «Pretendemos uma justa actualização dos salários», declarou, sublinhan-

do que a proposta patronal se situa muito abaixo da inflação.

O CESL acusa o Governo de, neste processo, ter uma actualização «vergonhosa», uma vez que o Ministério do Emprego se tem revelado «um incondicional aliado do patronato». Num comunicado que fez chegar à nossa redacção, o sindicato protesta veementemente contra a recente publicação oficial da portaria de extensão que consagra as alterações contratuais do ano passado. «Para as empresas não filiadas nas associações que subscreveram as alterações do ano passado e para os trabalha-

dores não sindicalizados as tabelas salariais têm efeito apenas a partir de 1 de Novembro de 1993, ou seja, 9 meses de diferença em relação ao contrato», refere o CESL.

Mas «o mais vergonhoso é que o MESS premeia de uma forma escandalosa as associações patronais que no ano passado se recusaram a negociar a redução do horário semanal para 40 horas», uma vez que a portaria «exclui, tão só, as empresas filiadas nas associações que no ano passado não subscreveram as alterações ao CCTV».

Possível em Outubro greve nas UIPSS

Dirigentes sindicais da Função Pública criticaram sexta-feira, no Porto, o presidente da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social pela sua «hipocrisia e falta de diálogo». «O padre Maia já demonstrou que não quer resolver pela via do diálogo os graves problemas com que se deparam os trabalhadores das IPSS», acusou Vítor Duarte, da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, em declarações à agência Lusa.

Numa manifestação frente à sede da UIPSS, trabalhadores das IPSS reivindicaram o início imediato das negociações para a actualização da Portaria de Regulamentação de Trabalho, designadamente quanto a salários, carreiras e horários de trabalho.

«A PRT data já de 1985 e está, por isso, desajustada às necessidades dos trabalhadores e, mesmo, dos serviços, o que

origina problemas de mau funcionamento», referiu Vítor Duarte. O sindicalista considerou que «os utentes, crianças, jovens, deficientes e idosos, têm cada vez mais razões de queixa quanto à qualidade dos serviços e aos preços exorbitantes que são obrigados a pagar para frequentarem os estabelecimentos e equipamentos sociais».

«Existem trabalhadores que nem salário mínimo recebem, que não têm carreiras profissionais e cujos horários e condições de trabalho são escravizantes», denunciou o dirigente da FNSFP, acusando o padre Maia de esquecer-se que «a solidariedade que defende deve começar dentro das instituições».

Adiantou que as organizações sindicais estão a preparar, «caso as nossas exigências não sejam atendidas, uma greve nacional a concretizar em Outubro».

CGTP exige resposta aos graves problemas de hoje

O pacto das ilusões não é sério nem credível

O Governo fala num «pacto social» a médio prazo, dizendo que iria sustentar o desemprego, mas o que se verifica é o anúncio de milhares de despedimentos - denuncia o Conselho Nacional da Inter

«Não se pode concretizar medidas sociais e laborais positivas no quadro de uma política económica desastrosa, que conduz à desarticulação do aparelho produtivo, ao encerramento e falência de empresas, à diminuição da capacidade produtiva», afirma-se na resolução político-sindical aprovada pelo Conselho Nacional da CGTP na reunião de dias 16 e 17, no Seixal.

Comentando a intenção de apresentar um «pacto social até 1999», anunciada por Cavaco Silva ainda antes das eleições e concretizada com a convocação para anteontem da Comissão Permanente da Concertação Social, a direcção da central declara que a proposta do Governo «não tem qualquer consistência, nem pode ter resultados práticos vantajosos para os trabalhadores».

A CGTP começa por recordar as reuniões do grupo de trabalho para as questões do emprego, que têm vindo a decorrer, no âmbito da CPCS, mas cujo conteúdo se resume a «uma autêntica farsa negocial, na medida em que, mais uma vez, apenas se procura comprometer os sindicatos em projectos de gestão do desemprego, sem que sejam dadas respostas às reclamações imediatas dos trabalhadores com vista a travar o encerramento das empresas, os despedimentos e o desemprego e, sobretudo, sem que seja discutida a política económica do Governo como

factor determinante» da evolução do emprego.

Em concreto, tais reuniões «apenas serviram os objectivos eleitorais do partido do Governo e permitiram ao patronato, com cobertura do Governo, ter vindo lançar para a opinião pública uma nova ofensiva contra os direitos dos trabalhadores». A resolução refere, como demonstrativo da pouca importância que o Governo deu a essas reuniões, o facto de ter divulgado recentemente um memorando sobre medidas de «promoção do emprego» que nunca foram colocadas à apreciação do grupo de trabalho. «Entretanto, o que se constata na prática é o anúncio de milhares de despedimentos, como é o caso da Lisnave, Solisnor e Siderurgia», contrapõe a CGTP.

A proposta de negociar um acordo de concertação social a médio prazo «carece de efectiva credibilidade», afirma a central. E a resolução do Conselho Nacional explica os motivos desta sua posição: «Em primeiro lugar, porque a experiência demonstra que este Governo não honra os seus compromissos e viola os acordos estabelecidos. O acordo de concertação social de 1991 está por cumprir em matérias de decisiva importância, tais como a redução progressiva dos horários de trabalho (com a fixação do limite máximo legal das 40 horas semanais no início de 1995), a reforma do sistema de Segurança Social, o acordo de

higiene e segurança no trabalho, a redução da carga fiscal sobre as pensões e os rendimentos do trabalho, a melhoria da fiscalização e justiça no trabalho, o crescimento dos salários mínimos a um ritmo mais rápido que a média dos salários.»

A verdade, nota a Inter, é que «apenas aquilo que corresponde aos interesses do patronato foi levado à prática».

Como se não fosse bastante faltar à palavra, «à margem da concertação o Governo alterou normas da lei da greve, da Segurança Social e do subsídio de desemprego».

Afirmando que «percebe o desejo do Primeiro-Ministro de se manter no poder», objectivo que transparece da proposta de acordo a médio prazo, a CGTP sublinha que «Cavaco Silva é Primeiro-Ministro de Portugal agora e é aos graves problemas sociais e económicos de hoje que tem de, em primeiro lugar, dar resposta».

Depois de reafirmar que «não há pactos de progresso sem políticas com futuro, e não há futuro sem presente», a resolução classifica a actual política como «a mais grave seguida depois do 25 de Abril», do ponto de vista estratégico. Entendendo que «a gravidade dos problemas e carências com que os trabalhadores e suas famílias se debatem não se compadece com ilusórias promessas», a CGTP conclui que a proposta do Governo «carece de seriedade política».

Soluções necessárias e possíveis

«O Governo - constata-se na resolução do Conselho Nacional da CGTP - confirmou que há sinais de retoma na economia portuguesa, o que significa que as condições existentes favorecem a resolução dos problemas actuais». Além disso, «o Primeiro-Ministro tem compromissos publicamente assumidos nesse sentido».

Partindo destes pressupostos, a central avança com 8 reivindicações imediatas.

1. «A CGTP-IN considera indispensável que se promova um maior crescimento económico para que se crie mais emprego e entende que, para haver crescimento sustentado, é necessário travar a destruição do aparelho produtivo.»

2. «A CGTP-IN reivindica o aumento do investimento público e privado, que sejam tomadas medidas de emergência para a recuperação de sectores e regiões em crise, que os fundos comunitários e as disponibilidades financeiras sejam utilizados para reestruturar e modernizar as empresas, pondo-se definitivamente de lado concepções que julgam poder fazer surgir um país novo à margem do país real que temos e daquilo que somos.»

3. «A CGTP-IN entende que é necessário aumentar a produtividade e competitividade das empresas, não à custa do desemprego e da redução dos postos de trabalho, mas sim com a valorização e qualificação da força de trabalho, assente na garantia do exercício dos direitos dos trabalhadores e na melhoria dos sistemas de ensino e de formação profissional.»

4. «A CGTP-IN exige a redução da duração do tempo de trabalho, com a fixação do limite

legal das 40 horas semanais a partir de Janeiro de 1995 e o exercício pleno dos direitos dos trabalhadores, nomeadamente o direito de negociação colectiva.»

5. «A CGTP-IN reivindica a melhoria efectiva dos salários, nomeadamente por via da actualização imediata dos salários em todas as empresas e sectores em que se verificou, este ano, perda do poder de compra, pela correcção salarial na Administração Pública e por um aumento de 5 mil escudos do salário mínimo.»

6. «A CGTP-IN considera imperiosa uma efectiva alteração das políticas salarial e de emprego para a Administração Pública, as quais, reflectindo-se sobre mais de 2 milhões de portugueses, têm um inequívoco impacto económico e social.»

7. «A CGTP-IN exige que sejam assumidas integralmente as responsabilidades do Estado nas áreas da Segurança Social, saúde e educação, e que sejam adoptadas medidas imediatas para melhorar a protecção social dos cidadãos. Neste quadro, a CGTP-IN reafirma a exigência do aumento imediato das pensões de reforma em 3 contos nas que são inferiores ao salário mínimo nacional, a criação de um rendimento mínimo assegurado e a actualização das prestações familiares e do subsídio às crianças e jovens deficientes.»

8. «A CGTP-IN reclama a reforma do sistema fiscal com vista a garantir o seu carácter único e progressivo, de forma a promover a justa repartição da riqueza e dos rendimentos, diminuindo as desigualdades sociais, e o combate firme à fraude e evasão fiscais.»

Indústria naval e Siderurgia na rua contra os despedimentos

Os trabalhadores da Lisnave e da Solisnor/Setenave decidiram continuar em Lisboa os protestos de rua contra o despedimento colectivo pretendido pelas administrações do grupo Mello e que, ao abranger 3037 pessoas, é o maior jamais realizado em Portugal. Nas acções integraram-se também trabalhadores da ENI e da Lisnico.

As estruturas representativas, através do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, anunciaram para anteontem à tarde uma distribuição de folhetos à população, no Rossio, seguida de deslocação ao Ministério da Indústria e Energia. Para ontem foi convocado um plenário na Praça da Figueira, seguido de desloca-

ção ao MIE e à residência oficial do Primeiro-Ministro.

O despedimento colectivo de 1783 trabalhadores da Lisnave e 1254 da Solisnor/Setenave está previsto na proposta apresentada dia 13 pelas administrações. «Tal situação revela-se contrária à afirmação do ministro Mira Amaral aos representantes dos trabalhadores, no Pólo Tecnológico de Almada, de que deste processo de «reestruturação» da naval não resultaria qualquer despedimento, e reafirmado pelo governador civil de Setúbal, no passado dia 8, perante os representantes dos trabalhadores da empresa, do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul e desta federação» - protestou pronta-

mente a FSMMP. Numa nota enviada dia 15 à comunicação social, a Federação dos Metalúrgicos manifestou o seu repúdio pelas pretensões das administrações nomeadas pelos Mellos, «que, com a cobertura do Governo, insistem na destruição do aparelho produtivo enquanto investem na especulação financeira e imobiliária».

Nesse documento, a federação reclamava do ministro da Indústria que, «em conformidade com a sua afirmação», intercedesse para que fosse abandonada a intenção de despedimento, tanto mais que «não tem qualquer fundamento». A FSMMP recordava que só os estaleiros da Solisnor já tiveram



Os trabalhadores escolhem o caminho da luta para defender os postos de trabalho e o aparelho produtivo nacional (foto de arquivo)

mais trabalhadores que os que existem actualmente nas duas empresas; por outro lado, «há trabalho nos dois estaleiros e é inevitável a retoma das actividades de reparação e construção da frota mundial», acrescentando que «as centenas de milhões de contos que o País paga anualmente em afretamentos obrigam à renovação e alargamento da frota nacional».

Ao mesmo tempo que reclamava o abandono da intenção de despedimento por parte das administrações e do Governo, a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas declarava que «continuará a apoiar os trabalhadores na sua luta pela defesa dos postos de trabalho e demais direitos».

Em luta pela defesa dos postos de trabalho ameaçados estão

também os trabalhadores da Siderurgia Nacional. Na passada quinta-feira, dia 16, activistas e representantes dos trabalhadores concentraram-se junto à sede da empresa, na rua Braancamp, em Lisboa, protestando publicamente contra a anunciada intenção de liquidar 1500 postos de trabalho. A denúncia pública deste despedimento levou depois os manifestantes até ao Ministério da Indústria.

Contaminação com transfusões

O Grupo comunista propôs a realização de uma audição parlamentar sobre a contaminação de cidadãos com o vírus HIV através de actos de transfusão realizados em estabelecimentos públicos de saúde. Esta iniciativa, tomada no final da passada semana, surge na sequência de notícias divulgadas por vários órgãos de comunicação social sobre a existência de um indivíduo contaminado com o referido vírus que durante dez anos doou sangue em estabelecimentos públicos de saúde do Porto. Embora no período em causa (de 1977 a 1987) não existissem ainda meios de pesquisar a presença do vírus da Sida no sangue humano, a verdade é que a partir de 1987, como lembram os deputados comunistas que subscrevem o pedido de audição, quando esta detecção se tornou possível e a seropositividade do dador foi descoberta no Hospital de Santo António, dela sendo dodo conhecimento aos outros estabelecimentos hospitalares, hospitais houve que não procederam à localização das pessoas possivelmente contaminadas, ocultando assim o sucedido. Neste contexto, face à gravidade da situação, importa que sejam apuradas as consequências de tal procedimento, determinando sobretudo quantas pessoas terão sido contaminadas por actos de transfusão em unidades de saúde públicas e quais as formas de compensação face às lesões nelas causadas.

Prática de naturismo

Um projecto de lei da autoria do Partido "Os Verdes", estabelecendo um "regime de prática de naturismo e a criação de espaços de naturismo", em debate faz hoje oito dias, foi aprovado na Assembleia da República. Acolhendo os votos favoráveis do PCP, PS, "Os Verdes" e do deputado independente Mário Tomé (o CDS votou contra e o PSD absteve-se), o diploma visa nos seus objectivos, como salientou o deputado André Martins ("Verdes"), aplicar a Lei 92/88 que legalizou a prática do naturismo, lei esta que, no entanto, nunca chegou a ser regulamentada no prazo de 90 dias, como estava disposto. Pronunciando-se sobre este projecto de lei, que baixou à comissão especializada, o deputado comunista Luís Peixoto considerou-o uma iniciativa "oportuna" que vem "cobrir um vazio legislativo a que urge pôr termo", salientando, por outro lado, que ao regulamentar uma prática existente, o projecto "defende e regulamenta para os nudistas uma liberdade com regras", no respeito por "aqueles que pretendem encontrar-se na união corpo/espírito com a natureza", preconizando, simultaneamente, "áreas delimitadas e sinalizações específicas de forma a evitar o choque daqueles que não pretendem olhar a nudez dos outros".

Octávio Teixeira no rescaldo das eleições:

"O PCP é indispensável para retirar a maioria absoluta ao PSD"

O significado político dos resultados eleitorais, no rescaldo das europeias, dominou os trabalhos parlamentares a meio da semana transacta. A sua projecção na evolução do quadro político, tendo presente as legislativas de 95, acabou mesmo por ser um elemento de reflexão que não escapou à análise de nenhum dos intervenientes, num debate marcado ainda pelas várias leituras quanto ao significado da abstenção.

Foi por este tema, aliás, que o presidente da bancada comunista, Octávio Teixeira, iniciou a sua declaração política, referenciando a "natureza da União Europeia que está a ser construída" como a primeira razão, entre as "múltiplas e complexas causas" existentes, para a elevadíssima abstenção registada.

Uma União Europeia, observou, que está em "crise e com agudas contradições", divorciada das "principais preocupações dos cidadãos e das realidades

por eles vividas", "sem dimensão social e de costas voltadas para os trabalhadores", e que, por essa razão, "porque isolada dos povos", é a grande "desmotivadora do voto dos cidadãos, a grande impulsionadora da abstenção eleitoral".

Três razões, no plano estritamente nacional, foram igualmente apontadas por Octávio Teixeira para o forte aumento da abstenção, a maior no contexto dos países comunitários. Desde logo, salientou, o fim-de-sema-

na prolongado que afectou em larga medida a Área Metropolitana de Lisboa, onde se concentram mais de um quarto dos eleitores portugueses. Indissociável do fenómeno, do seu ponto de vista, não pode deixar de ser considerada também a "acentuação de aspectos da «política-espectáculo» na campanha eleitoral, em prejuízo do debate de ideias e de propostas", havendo ainda a realçar, por último, "os efeitos da crise económica, do aumento do desemprego e da degradação da situação social, decorrentes da política do Governo".

Quanto ao resultado obtido pelo PCP, "embora aquém" das suas "potencialidades de influência", Octávio Teixeira interpretou-o como "um resultado positivo no quadro e condições concretas em que foi obtido", sublinhando que ele

confirma o PCP "como uma importante força política nacional, com um projecto próprio e com um peso social, político e eleitoral indiscutível para retirar a maioria absoluta ao PSD nas próximas eleições legislativas".

Mas estes resultados eleitorais, juntamente com os das eleições autárquicas, permitem ainda, na opinião do dirigente comunista, quanto ao seu significado político, reter três aspectos essenciais. O primeiro, disse, prende-se com a rejeição nas urnas dos intentos dos que pretendem impor a bipolarização do sistema político. O segundo tem a ver com os resultados obtidos pelo PS em sucessivas eleições, resultados esses que retiram credibilidade às declarações ambiciosas de obtenção de uma qualquer maioria absoluta. Por último, "os dois últimos

actos eleitorais são suficientemente claros - as palavras são de Octávio Teixeira - para mostrar que a base social, política e eleitoral do PSD é marcadamente inferior aos votos que lhe deram a maioria absoluta".

Reiterada pelo líder da formação comunista, noutra plano, foi ainda a determinação do PCP de continuar "firmemente apostado em derrotar o PSD e pôr termo à sua política" e em manter um "grande debate com o País, privilegiando o contacto directo com os trabalhadores".

"O reforço da luta política e social e o enriquecimento e afirmação do nosso projecto próprio continuam a ser, para nós, o eixo central do combate à política do Governo e o caminho mais seguro para abrir espaço à construção de uma alternativa ao PSD", concluiu Octávio Teixeira.

Inquéritos da oposição não agradam à maioria

Os deputados aprovaram por unanimidade um pedido de inquérito parlamentar do PSD destinado a apurar eventuais irregularidades praticadas pela administração do hospital de Beja na concessão da exploração da morgue. No mesma sessão plenária, faz amanhã oito dias, dois outros pedidos de inquérito parlamentar foram também objecto de debate: um, sobre as actuações do SIS, apresentado pelo PS; o outro, subscrito pelo PCP, sobre as irregularidades no processo de privatização da Rede Nacional de Abate. Nenhum destes, porém, teve a mesma sorte que a Câmara concedeu ao primeiro. Os deputados da maioria, talvez porque as matérias fossem incómodas, trataram de lhes dar outro destino, chumbando-os.



No caso do Hospital de Beja, para a bancada comu-

nista, importaria mesmo que o âmbito do inquérito fosse extensível à própria gestão do Hospital e do Centro Regional de Segurança Social de Beja.

E que, como explicou António Murteira, existe mesmo uma "rede de tráfico de influências", que configura "um esquema de cariz corrupto, com fins de obtenção de proveitos por meios menos lícitos". O deputado do PCP, que não se ficou pelo enunciado da acusação e que acabou por a demonstrar, exemplificando para o efeito com oito casos concretos, concluiu pela necessidade de "travar o tráfico de influências e a corrupção que percorrem o Estado laranja".

Quem não poupou críticas à postura do PSD no que se refere, desta feita, ao Serviços de Informações, foi também o deputado comunista João Amaral. Do seu ponto de vista, "nenhum argumento válido" pode sustentar a rejeição dos deputados da maioria.

"O PSD não quer que a actividade dos Serviços de Informações seja inquirida - observou João Amaral - muito sim-

plesmente porque tem totais responsabilidades nessa situação de perversão dos Serviços de Informações e nas suas actuações ilegais e antidemocráticas".

Inegável, para o parlamentar comunista, é igualmente o facto de os Serviços de Informações estarem a colocar-se "partidariamente no terreno da vida política, sindical e social, servindo o Governo e o PSD contra as oposições", postura esta que não tem nada que ver com as finalidades que lhe estão atribuídas.

De uma situação de verdadeiro escândalo trata também o pedido de inquérito do PCP ao processo de privatização de matadouros da Rede Nacional de Abate e de criação das empresas PEC, num processo de irregularidades e de tráfico de influências envolvendo organismos estatais (IROMA e Ministério da Agricultura), a CAP e o próprio Primeiro-Ministro.

O caso mais gritante, relatado por Lino de Carvalho, prende-se com a entrega à CAP a título gratuito do Parque de Recolha em Palmela, por despacho do Ministério da Agricultura em Fevereiro de 1992. Quatro meses depois, o IROMA e a CAP celebram um novo contrato-promessa pelo qual é agora a CAP que promete ao IROMA trocar o Parque, que este lhe tinha oferecido antes, mas agora por 300 mil contos de acções das PEC's. Por outras palavras, o Estado oferece à CAP um património, para voltar a comprar depois o que havia dado.

Entre a fome e a detenção...

Verdadeiros "centros de detenção", congeminados ao abrigo do espírito de Schengen e Maastricht que encara a construção da Europa como uma "fortaleza fechada ao mundo, racista e xenófoba, que culpabiliza os estrangeiros pelas suas próprias crises", assim classificou o deputado comunista António Filipe a proposta de lei que define o regime de "centros de acolhimento de estrangeiros ou apátridas em centros de instalação temporária".

Visando regular os centros já previstos em decreto-lei sobre a entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros do território nacional, o diploma em causa, em debate na passada semana, constitui-se ainda, na perspectiva da formação comunista, como um veículo no sentido de aplicar "medidas de coacção" exclusivamente aplicáveis a estrangeiros que não têm qualquer cabimento constitucional.

Com efeito, como explicou António Filipe, a medida de instalação em centro próprio cor-

responde à criação de uma "medida de privação de liberdade que a Constituição, inequivocamente, não admite". É que, foi ainda o deputado do PCP a lembrá-lo, não se trata de "pousadas de juventude, nem de unidades hoteleiras", mas sim, de verdadeiros centros de detenção, cobertos por designações eufemísticas que os pretendem apresentar como instituições de solidariedade.

Daí que o diploma governamental, na perspectiva do PCP, tresande de hipocrisia, ao procurar apresentar agora como uma medida de apoio social, baseada em razões humanitárias, uma "medida que antes fez aprovar como medida detentiva e baseada em razões de segurança".

"É legítimo que nos interroguemos sobre se não estaremos perante a criação de uma nova instituição que é a prisão por razões humanitárias. O requerente de asilo que escolhe entre a fome ou a detenção", observou a propósito António Filipe, não sem concluir que estamos em presença de mais uma peça, particularmente chocante, de um edifício legislativo suportado por uma visão da construção europeia que "desconfia dos imigrantes e concebe a política de imigração exclusivamente como uma questão de polícia".

Operação dos Mellos para a Lisnave e Setenave

"Um plano socialmente criminoso"

PSD e CDS rejeitaram na passada semana um voto de solidariedade para com os trabalhadores da Lisnave e da Setenave/Solisnor, sobre os quais impende a ameaça de um despedimento colectivo que, a concretizar-se, eliminará três mil postos de trabalho. Subscrito pelo Grupo Parlamentar do PCP, o voto lançava um repto às restantes formações parlamentares no sentido de se pronunciarem pelo cancelamento do processo de despedimento em curso, um plano "claramente anti-económico e anti-social" que José Manuel Maia não hesitou em classificar de "autêntico extermínio".

Ao levar o assunto à Câmara, para a formação comunista tratava-se sobretudo de pôr em evidência a natureza de um projecto, de que o Governo é cúmplice, que não se coíbe em sacrificar milhares de empregos para favorecer uma operação de especulação imobiliária em benefício único e exclusivo de um grupo capitalista.

Em causa está, com efeito, como observou o deputado comunista, a pretexto de uma alegada competitividade invocada pelos Mellos - não por efeitos da introdução de novas tecnologias ou da modernização e dinamização da produção -, a destruição de postos de trabalho e o dismantamento de unidades produtivas.

Daí a mágoa e a revolta que José Manuel Maia não pôde calar por uma manobra anti-social que, em sua opinião, visa aumentar a exploração e anular direitos dos trabalhadores, acentuar desigualdades e injustiças sociais, precarizar as relações de trabalho, desarticular o aparelho produtivo e restaurar o poder do grande capital.

Uma medida tanto mais insensata e inaceitável quanto é certo que existem vários factos e indicadores que sugerem um caminho exactamente contrário ao que está ensejado pelos Mellos. Deles se deu conta o parlamentar do PCP ao recordar, nomeadamente, o Parque Tecnológico instalado em Cacilhas para o aperfeiçoamento do processo produtivo virado principalmente para a indústria naval, já em funcionamento, e que contou com um investimento estatal superior a um milhão e meio de contos.

Lembrado por José Manuel Maia foi ainda o facto de no período de 1990 a 92 ter havido uma ocupação média de 5670 trabalhadores nos estaleiros da Lisnave e Setenave e de em 1993, mesmo sem a construção naval, aquele valor ter atingido os 3.500 efectivos.

A existência nos dois estaleiros de centenas de empreiteiros e subempreiteiros laborando diariamente e o conteúdo do relatório de gestão e contas da Lisnave relativo ao ano de 1993 prever claramente uma retoma da actividade da construção naval a partir do início de 1995, foram outros tantos argumentos invocados pelo deputado comunista para justificar a irracionalidade das medidas pretendidas pelo grupo Mello.

Alterações à Lei de Imprensa

A Assembleia da República aprovou com os votos favoráveis do PSD e do CDS uma proposta de lei que introduz alterações à Lei de Imprensa. Para o Governo, tais modificações foram a pensar na defesa dos interesses dos cidadãos, opinião esta que não é propriamente partilhada pelos partidos da oposição que falam em limitações dos direitos dos jornalistas.

Para a bancada comunista, por exemplo, parece ser claro que a proposta foi elaborada com vista a "pôr em sentido a imprensa, a afeiçoá-la à política governativa, causticada por essa mesma imprensa". Esta é de resto a opinião da deputada Odete Santos, para quem, o preâmbulo da proposta de lei "disfarça mal, no seu arazoado, os objectivos do articulado da mesma".

No entender da parlamentar comunista, muito concretamente, o diploma "não procura o justo equilíbrio entre a liberdade de imprensa, a liberdade editorial, e o direito de ocupação do espaço das publicações periódicas através do exercício do direito de resposta e rectificação".

Odete Santos vai mesmo mais longe ao considerar que o direito de resposta e de rectificação "não sai clarificado" com este diploma, não deixando de chamar a atenção, noutra plano, para o facto de as alterações introduzidas serem "meramente pontuais" e ajustadas às medidas das necessidades do Governo, muito longe, por conseguinte, da gravidade do momento presente, em que estão em causa direitos dos jornalistas e em que a liberdade de imprensa é confrontada com graves problemas.

Paulo Rodrigues em entrevista ao «Avante!»

Não investindo na rede pública da educação pré-escolar, o Governo desmente a tão proclamada prioridade da educação»

A Educação volta a estar no centro do debate parlamentar, preenchendo a totalidade da ordem do dia da sessão plenária de hoje. Em debate, mais concretamente, estará um projecto de lei do PCP que prevê medidas para o desenvolvimento da rede pública de educação pré-escolar.

Trata-se de uma matéria da maior relevância - importa sublinhar que este grau de ensino desempenha um papel primordial no desenvolvimento da criança -, importância esta que, no entanto, não tem merecido do Governo a correspondente atenção e tratamento. E os resultados de uma tal política, esses, estão bem à vista como testemunha o facto de Portugal deter em termos europeus a mais baixa taxa de cobertura da rede pré-escolar.

Um indicador que não poderá deixar de estar presente no debate de hoje, como assinala ao «Avante!» o deputado comunista Paulo Rodrigues, em entrevista onde, entre outros motivos de interesse, se fala das debilidades existentes na educação pré-escolar, dos fracassos da política educativa do Executivo e das propostas e medidas alternativas susceptíveis de inverter a situação actual.

- A Educação, é sabido, encontra-se num estado de verdadeira calamidade pública. Este quadro pode considerar-se extensivo à educação pré-escolar?

- Sem dúvida. Podemos afirmar que a situação da educação pré-escolar se reveste da maior gravidade e constitui um factor que condiciona, não só a plena realização das crianças e o seu sucesso escolar e a sua formação, mas, igualmente o desenvolvimento do país. Alguns traços da situação: possuímos a percentagem de cobertura do país pela rede pré-escolar, mais baixa da Europa. Coexistem, a par de uma rede de estabelecimentos públicos e que é insuficiente, uma rede que se caracteriza por uma grande diversidade de tipos de atendimento à criança, em estabelecimentos com tutelas e propriedades diversas. Escandalosamente, há educadoras no desemprego enquanto o Governo não cria Jardins de Infância desde 1989. As autarquias, entre 1989 e 1994, propuseram a criação de 791 lugares e o Governo não deu resposta. O diagnóstico dificilmente poderia ser pior.

- Como avalia o facto de apenas cerca de 35 por cento das crianças entre os 3 e os 6 anos estarem abrangidas pela educação pré-escolar, quando é reconhecido o papel e a importância desempenhados por este grau de ensino no desenvolvimento da criança?

- É conhecido que a frequência de estabelecimentos de educação pré-escolar de qualidade constitui um factor que favorece a obtenção de sucesso educativo, a aquisição de qualidades pessoais úteis no trabalho e nas relações sociais. Não investindo na rede pública da educação pré-escolar, o governo desmente a tão proclamada prioridade da educação e ignora todas as recomendações e pareceres que têm sido produzidas por diversas entidades. Basta recordar os pareceres do Conselho Nacional de Educação e os próprios documentos emanados da Comissão da Reforma do Sistema Educativo que deram grande relevo à situação e ao papel da educação pré-escolar no sistema educativo português.

- O que explica este baixo índice de escolarização? Terá porventura algo a ver com falta de legislação?

- A explicação reside na orientação política do Governo que se caracteriza pela desresponsabilização pela educação e pelo ensino públicos e pelo proteccionismo à iniciativa privada mesmo quando esta não dá garantias de qualidade. O que se tem passado com o ensino superior é perfeitamente esclarecedor. A legislação existe mas o Governo ignora-a. A Constituição da República e a Lei de Bases do Sistema Educativo são perfeitamente explícitas no que respeita às responsabilidades do Estado na criação de condições que garantam a concretização do direito à educação e à cultura.

- Consideras então que o Governo não tem prestado a devida atenção a este sector...

- Em termos de programa de Governo e de outros documentos programáticos, as referências a este sector são, intencionalmente,



vagas. Não estabelecem metas nem objectivos precisos. Já no PRODEP I, e em declarações produzidas por Couto dos Santos, houve promessas concretas, mas, como sabemos não foram cumpridas. Suponho que, menos que uma questão de falta de atenção, o que se revela é uma orientação política que depara com a crescente exigência generalizada dos investimentos necessários com vista à satisfação das necessidades das crianças e das famílias.

- O facto de o Executivo em 1988 ter-se proposto atingir em 1992 uma taxa

de cobertura na educação pré-escolar na ordem dos 75 por cento e de esta meta, em 1994, não ultrapassar os 36 por cento, testemunha inequivocamente um rotundo fracasso da sua política educativa. Partilhas desta opinião?

- Partilho. O Governo, que, aliás, não deu sequer qualquer explicação para o não cumprimento da meta que ele próprio estabeleceu, falhou rotundamente no objetivo de generalizar a rede de estabelecimentos de educação pré-escolar. Desta forma, demonstra não ter capacidade, nem vontade política, para combater uma das maiores deficiências do nosso sistema educativo.

- Também neste domínio, podemos dizer, em vez de nos aproximarmos da Europa, estamos a afastar-nos...

- Sem dúvida. E a simples comparação entre o que, neste domínio, se observa nos outros países europeus e o que se verifica em Portugal, demonstra, com toda a clareza, a situação desastrosa a que a política do PSD, que, não esqueçamos, há catorze anos detém a pasta da educação, tem conduzido o sistema educativo.

- O que é necessário fazer para alterar a situação presente?

- Sem dúvida afastar o PSD do Governo. Se outra justificação não houvesse, e sabemos que há, para colocar este objectivo, a política educativa que tem sido seguida, só por si, justificava a luta por uma alternativa. Os sinais do descontentamento, crítica e oposição, surgem dos mais variados sectores, e sob as mais diversas formas. Seria longo referir todas, mas basta recordar as lutas dos estudantes, a acção dos professores e educadores e as posições assumidas pelas associações de pais e encarregados de educação. Mas, repito, estes são apenas alguns exemplos.

- Em que medida é que o projecto de lei do PCP vem dar um contributo para atingir tal objectivo?

- O projecto do PCP vai ser discutido num momento em que se verifica um conjunto muito vasto de posições, nomeadamente de encarregados de educação, educadoras e autarcas, exigindo ao Governo que assumas as suas responsabilidades no planeamento e concretização de uma rede de educação pré-escolar que dê resposta às necessidades do País. Por outro lado, como já referimos, conhece-se agora com mais rigor, o balanço do PRODEP I e as promessas do Governo no PRODEP II. Supomos que a Assembleia da República tem nas suas mãos a possibilidade de tomar decisões com vista à criação de um plano nacional de educação pré-escolar e à generalização do acesso aos jardins de infância. A aprovação do nosso projecto constituirá um passo indispensável para alterar esta situação e abrir novas perspectivas para o pré-escolar. Esperemos que todos os deputados compreendam a importância deste projecto e votem em conformidade.

- Queres especificar algumas das medidas mais relevantes preconizadas no diploma comunista?

- Destacaria os seguintes aspectos: comprometer o Governo a apresentar na Assembleia da República um plano nacional de desenvolvimento de educação pré-escolar, como foi já referido, e o alargamento da rede pública de jardins de infância de forma a garantir num prazo de 3 anos a universalidade de frequência da educação pré-escolar pelas crianças entre os 5 e os 6 anos de idade, e a possibilidade da frequência dessa mesma rede por todas as crianças entre os 3 e os 5 anos de idade.

Salientaria, por outro lado, a gratuitidade da frequência da rede pública do ensino pré-escolar.

AACS dá razão a queixa do PCP

Em deliberação decidida em reunião plenária, a Alta Autoridade para a Comunicação Social deu razão à queixa apresentada pelo PCP contra a revista «Visão», a propósito duma sondagem manipuladora publicada a 14 de Abril passado. É o seguinte, o texto da conclusão emitida pela AACS:

Relativamente a uma queixa do Partido Comunista Português contra a revista «Visão», por a mesma ter publicado, na sua edição de 14 de Abril, uma sondagem sobre as eleições para o Parlamento Europeu, com inobservância de regras da Lei n.º 31/91, de 20 de Julho, a Alta Autoridade para a Comunicação Social delibera:

— Considerar, no caso em apreço, legítima a preocupação

do queixoso sobre a necessidade de se preservar tanto quanto possível a representatividade da amostra bem como a correcta extrapolação e interpretação dos resultados de sondagens e inquéritos de opinião cujo objecto seja regulado pela Lei n.º 31/91, de 20 de Julho.

— Considerar que a «Visão» não sublinhou devidamente, em especial nos títulos, a elevada percentagem (44%) de inquiridos

que declararam abster-se, não responderam ou disseram não saber se iriam votar, bem como o facto de o universo da sondagem ser limitado à população da Grande Lisboa e do Grande Porto em lares com telefone, pelo que recomenda à revista a estrita observância das regras contidas no artigo 3.º [alíneas a) e f)] da Lei n.º 31/91, de 20 de Julho.

Nota: As supracitadas alíneas a) e f), do Artigo 3.º da Lei n.º 31/91, de 20 de Julho (sobre «Publicação e difusão de sondagens e inquéritos de opinião»), determinam o seguinte:

a) A amostragem deve ser representativa do universo a abranger;

f) A interpretação dos resultados brutos deve ser feita de forma a não falsear ou deturpar o resultado da sondagem.

Por iniciativa da Associação de Agricultores do Porto

Pequenos produtores defendem vinho verde

Num encontro com a Comissão de Vitivinicultura da Região dos Vinhos Verdes (CVRVV), a Associação dos Agricultores do Porto (APA) expressou o seu protesto contra o desinteresse de que se sente alvo, afirmando:

«Num ano tão mau como foi o de 93, é de salientar a responsabilidade da CVRVV perante a falta de apoio aos produtores e pelos excessos burocráticos que em vez de atenuar as dificuldades inerentes à má colheita, mais as acentuou.» E prossegue a APA, em comunicado:

«O que já era mau, passou a ser pior. Foram os incompreensíveis atrasos na entrega dos manifestos (estamos em Junho e ainda existem alguns agricultores que o não receberam) sabendo-se que sem o manifesto, não se pode comercializar o vinho.

«A CVRVV também não favoreceu à grande maioria dos produtores o acesso ao mosto concentrado que disse possuir para o ajuste do grau alcoólico, e reservou-o para os grandes produtores/engarrafadores.

«Esta situação, facilitou os negócios fraudulentos, nomeadamente, o enriquecimento do vinho verde através de misturas com vinhos maduros, importados ou não e completamente estranhos à região, com prejuízo para a qualidade e até para a saúde pública», acrescenta a APA.

Quanto à produtividade, diz a APA que «está já perfeitamente claro para todos, que a produção só poderá sobreviver

com produtividades acima das actuais 16 pipas ha, uma vez que esta produtividade está longe de compensar os altos custos de produção. O artigo 10.º dos Estatutos da Região Demarcada dos Vinhos Verdes do Decreto-Lei n.º 10/92, de 3 de Fev., confere à CVRVV a competência de determinar a produtividade máxima de 20 pipas ha. Ora, sendo a CVRVV conhecedora da necessidade de aumentar a produtividade por ha., porque não há desde já o seu parecer ao Instituto do Vinho e da Vinha — IVV — para que pelo menos se vá até onde a Lei permite realmente — 20 pipas ha?» pergunta a APA, que conclui.

«Sendo a CVRVV uma instituição privada e de interesse público, não deixa de ser tutelada pelo Ministério da Agri-

cultura, como garantia da defesa dos interesses de todos os agentes económicos ligados ao comércio e produção dos vinhos verdes.

«Mas como pretendo organismo interprofissional, a CVRVV representa essencialmente um lobby fechado, onde o sector do comércio predomina em detrimento duma justa representação da pequena produção que, como é sabido, representa a grande parte da produção de vinho verde.

«Esta situação não pode continuar, sob pena de se acentuar ainda mais o "divórcio" já existente entre os produtores e a CVRVV e que em nada facilita o imenso trabalho que todos temos pela frente para modernizar e desenvolver a Região dos Vinhos Verdes.»

EXPOLOURES/94 decorre até domingo

Decorre até ao próximo domingo a EXPOLOURES/94, que abriu no passado dia 22 na cidade de Loures, decorrendo no Pavilhão Paz e Amizade e espaços envolventes. O certame, que se realiza pela terceira vez, é promovido pela Câmara Municipal de Loures, Associação de Comerciantes do Concelho de Loures e Associação Empresarial da Região de Lisboa, com organização do município. Está confirmada a presença de 120 expositores, ocupando 240 «stands», num espaço de 4000 metros quadrados de área útil de exposição, sendo 2200 de área coberta.

Cerca de 30 mil pessoas, entre profissionais e público, deverão visitar esta feira de estrutura regional, onde pela primeira vez estará representada a Feira Muestrario Internacional de Valência.

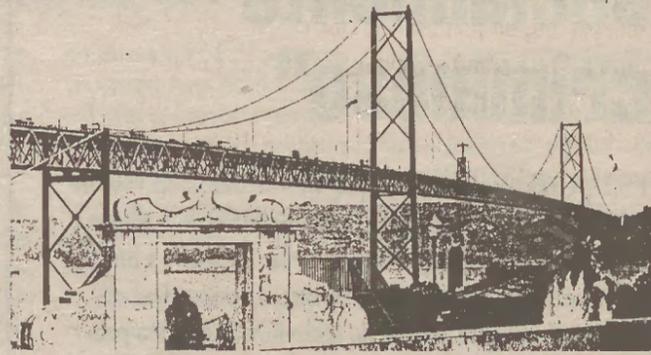
Durante a feira vão também realizar-se jornadas técnicas empresariais sobre as temáticas da qualidade e modernização.

Em protesto contra o aumento da portagem Pandemónio na Ponte 25 de Abril

O escandaloso aumento de 50% na portagem da Ponte de 25 de Abril, em Lisboa, está a causar um pandemónio sem precedentes desde que foi posto em prática no passado sábado: os automobilistas decidiram, espontaneamente e em massa, afirmar o seu protesto através da dificuldade do pagamento, estando a apresentar ora notas de cinco e 10 mil escudos, ora moedas de 25 e 10 tostões. Resultado: bichas de 15 quilómetros e concertos de buzina todas as manhãs.

A decisão de aumentar a portagem de 100 para 150 escudos já fora anunciada há tempos pelo Governo. A proximidade das eleições europeias susteve a sua concretização sob a desculpa de serem necessários «ajustamentos técnicos» na cobrança. Realizadas as eleições, os «ajustamentos» fizeram-se num ápice e o aumento aí está.

Quem não está pelos ajustes é a massa gigantesca de utentes que diariamente tem de transpor a ponte. Obviamente revoltados pela brutalidade do aumento, os automobilistas desencadearam um processo espontâneo de luta que prossegue à hora do fecho da nossa edição, dificultando o pagamento todas as manhãs através dum expediente original: a apresentação de notas elevadas (de mil, cinco mil e até 10 mil escudos) ou de moedas pequenas (inclusive de um escudo), o que torna cada pagamento numa operação complicada.



Por enquanto, a única reacção que se conhece do Governo veio através do ministro dos Transportes e Comunicações, Ferreira do Amaral, que declarou a uma rádio a «inevitabilidade» deste aumento para se conseguir o melhoramento deste acesso nomeadamente com a construção do eternamente prometido comboio da Ponte 25 de Abril.

Mesmo sem entrar com outras considerações, é questão para perguntar ao ministro que legitimidade há em impor a uma parcela da população (os utentes diários da ponte que vivem na Margem Sul do Tejo) o ónus dum equipamento estruturante de importância nacional.

Todavia o inadmissível está num aumento de 50% numa portagem que, em rigor, já devia ter sido abolida, lesando seriamente muitos milhares de pessoas que, entretanto, continuam encerradas nesta única alternativa de comunicação entre margens no estuário do Tejo, por incuria e desprezo de sucessivos governos, com relevo para o actual.

Câmara da Moita cuida do ambiente

Na sua última reunião, a Câmara Municipal da Moita aprovou a criação do Gabinete do Vale da Amoreira, com vista ao levantamento dos problemas existentes nesta freguesia e ao estudo de soluções que possam contribuir para a consolidação e reequipamento de algumas zonas carenciadas. Uma melhor integração sócioambiental dos habitantes no espaço urbano é o objectivo final do trabalho a desenvolver.

O Gabinete será constituído por uma equipa pluridisciplinar da qual farão parte dois arqui-

tectos, um geógrafo, um economista, um engenheiro e um sociólogo.

Nesta reunião foi também decidida a adjudicação da quarta fase da construção de infra-estruturas de arruamentos na zona periférica das Arroiteias.

A obra, cujo valor ascende a 20 mil contos, deverá ter início dentro de dois meses.

A Câmara aprovou, mais uma vez, a realização dos passeios de Verão para idosos no autocarro municipal. Estes passeios decorrem, como habitualmente, nos meses de Julho e Agosto e têm

como destinatárias as associações de reformados e idosos do concelho.

O Executivo moitense decidiu ainda proceder ao encerramento ao trânsito das ruas 1.º de Maio, na Baixa da Banheira, e Dr. Miguel Bombarda, na Moita, durante os meses de Verão. Atendendo ao êxito da iniciativa em anos anteriores e aos pedidos de comerciantes, aquelas artérias vão ser encerradas ao trânsito automóvel e transformadas em passeio público com a instalação de diversas esplanadas.

Montijo

Desfile histórico recorda foral

No âmbito de uma acção interdisciplinar desenvolvida na Escola Secundária n.º 2 do Montijo, realizou-se um Desfile Histórico desde o Cais das Faluas, percorrendo o centro da cidade até ao Afonsoeiro.

Enquadrado nm projecto de Recriação Histórica «O Rapto da Rainha» visou simular a outorga do foral à Aldea Gallega do Ribatejo no ano de 1514 pelo Rei D. Manuel I.

Finalizado o cortejo real, seguiu-se um arraial popular quinhentista onde, resolvido um enigma, o Rei D. Manuel I entregou o foral à população.

As virtualidades pedagógicas, culturais e cívicas deste trabalho transdisciplinar mereceram o apoio da Câmaras Municipais de Montijo, Alco-

chete, Moita e Palmela, Junta de Freguesia de Afonsoeiro, Governo Civil, Instituto da Juventude, Comissão Nacional dos Descobrimentos, Fundação Calouste Gulbenkian e Oriente, Região de Turismo Costa Azul, GNR e PSP locais, para além de outras entidades.

A Câmara Municipal do Montijo tem em estudo o protocolo de instalação do Núcleo Museológico Agrícola nas antigas instalações do lagar e destilatória de vinhos existentes na Quinta da Atalaia.

Prevê-se igualmente recuperar o antigo pomar e zona agrícola daquela propriedade, transformando-a em parque biológico.

Para tal, equipas de jovens serão orientadas por técnicos da CMM nos trabalhos de limpeza de ervas daninhas e arranjos pontuais.

Bons resultados à esquerda nas eleições europeias

Os partidos comunistas europeus já foram dados como 'mortos' ou, no melhor dos casos, em plena 'agonia', tanto a Leste como a Ocidente. Tanto se perorou sobre o assunto, confundindo desejos com realidades, que a cada novo acto eleitoral se espera a confirmação do 'veredicto' e se renova o espanto de constatar que afinal os 'mortos' não só ainda mexem como dão sinais de crescente vitalidade.

A recentes eleições para o Parlamento Europeu não foram excepção. E não foi certamente por acaso que a generalidade dos órgãos de comunicação social praticamente silenciou os excelentes resultados alcançados pelas forças de esquerda em países tão importantes como a Alemanha, a Itália, a França ou a Grécia.

Nas eleições europeias e nas eleições municipais realizadas em simultâneo em vários Estados federais da Alemanha, o Partido do Socialismo Democrático (PDS) comprovou que é uma força com crescente influência no país e com a qual será necessário contar em futuros actos eleitorais. Se em relação ao Parlamento Europeu os votos recebidos (1,6 milhões) não foram bastantes para se traduzirem em eleitos, isso deve-se ao limite de 5 por cento estabelecido na legislação alemã para o efeito. O PDS obteve 4,7 por cento do total dos votos expressos, ficando-se a exaustos 0,3 por cento da representação parlamentar. Um resultado considerável, tendo em conta que se tratou da sua primeira participação em eleições deste tipo e que o europessimismo, tanto na parte oriental como ocidental, não deixou de se fazer sentir no aumento da abstenção.

Comparando o resultado agora obtido (4,7 por cento) com o alcançado nas eleições gerais de 1990 (2,4 por cento), o PDS quase duplicou a sua votação. As subidas mais espectaculares registaram-se nos Estados federados de Leste, onde o PDS obteve

mais de 20 por cento dos votos, incluindo 40,1 por cento em Berlim-Leste ou 27,3 por cento em Mecklenburg/Vorpommern.

Com estes resultados, o PDS ultrapassou o Partido da Liberdade e Democracia, um factor tradicional no sistema político alemão, e tornou-se a quarta força política do país.

De acordo com a análise do próprio PDS, o sucesso eleitoral resulta do empenhamento do partido nas lutas sociais dos últimos anos em defesa dos interesses da população dos territórios de Leste, bem como da capacidade demonstrada a nível municipal. Por outro lado, considera o PDS, os resultados reflectem ainda as profundas diferenças que continuam a existir entre a situação socioeconómica e política, maneira de pensar e de agir das duas partes da Alemanha, quatro anos após a reunificação.

Reconhecendo que o grande vencedor das eleições europeias foi sem dúvida o governo CDU/CSU do chanceler Helmut Kohl, obtendo 38,8 por cento dos votos contra 37,9 por cento em 1989, o PDS não deixa no entanto de lembrar que este resultado fica muito aquém dos

43,8 por cento conseguidos nas eleições nacionais de 1990.

Outro bom resultado foi o da Aliança 90/Os Verdes, que passaram de 8,4 por cento em 1989 para 10,1 por cento; um resultado ainda mais significativo se comparado com o das eleições nacionais de 1990 (3,8 por cento).

Já o SPD registou uma derrota, passando de 37,3 por cento para 32,2 por cento, longe dos resultados nacionais de há quatro anos, quando conseguiu 35,5 por cento dos votos.

Literalmente marginalizado ficou o FDP, cujos 4,1 por cento de votos impediram a entrada no PE. Este partido tinha obtido 5,6 por cento nas europeias de 1989 e 11 por cento nas nacionais de 1990. Outro tanto sucedeu com os neonazis; reduzidos a 3,9 por cento, perderam quase metade dos votos de 1989 (7,1 por cento), ficando fora do PE. De referir, no entanto, que destacados elementos da extrema-direita alemã estão actualmente nos partidos conservadores. Se os neonazis não estivessem tão divididos em pequenos grupos é de admitir que teriam conseguido fazer-se representar no Parlamento Europeu.

Finalmente, é de referir que nas eleições municipais de 12 de Junho em quatro 'landers' do Leste da Alemanha o PDS confirmou-se como uma força em ascensão: tal como em Brandemburgo, tornou-se a segunda força em Mecklenburg/Vorpommern com 25 por cento (contra 19 por cento nas últimas eleições), e a terceira em Sachsen com 16,5 por cento (contra 11,7 por cento), Sachsen-Anhalt com 20 por cento (12,7) e Thuringen com 15 por cento (10,5).

Resultados que abrem naturalmente grandes perspectivas para o PDS nas próximas eleições nacionais.



Resultados na Grécia

Na Grécia, as forças de esquerda, apesar de divididas, conseguem fazer-se representar no Parlamento Europeu.

O Partido Comunista da Grécia (KKE) sobe mesmo a sua percentagem em relação às eleições legislativas, elegendo dois deputados. A Coligação de Esquerda, por seu turno, afirma-se como força

equiparada ao KKE, elegendo igualmente dois deputados.

O PASOK, do primeiro-ministro Andreas Papandreu, continua a ser o partido mais votado, embora tenha perdido cerca de dez pontos percentuais em relação às legislativas de Outubro.

São os seguintes os resultados na Grécia:

Partidos	Votos (%)	Eleitos
PASOK (Mov.Pan-Helénico Social.)	37,7	10
ND (Nova Democracia)	33,1	9
Pol.A (Primavera Política)	8,6	2
KKE (Partido Comunista da Grécia)	6,2	2
SYN (Coligação de Esquerda)	6,2	2
DH.ANA (Conservadores centristas)	2,7	0
Outros	5,7	0

De referir que na Grécia, onde o voto é obrigatório, a abstenção aumentou cerca de 8 por cento, situando-se nos 28,76 por cento

Resultados em Itália

Muito se falou da crise em que mergulhou o PDS (ex-PCI) após as eleições europeias, que levaram à demissão do respectivo secretário-geral, Achile Occhetto. Quase nada se disse, no entanto, do excelente resultado do Partido da Refundação Comunista (PRC), que com 6,1 por cento dos votos (percentagem

idêntica à conseguida nas legislativas) elegeu 5 eurodeputados.

Foram os seguintes os resultados das eleições europeias de 12.6.94 na totalidade do país e em cada um dos cinco círculos eleitorais para estas eleições:

Partido	Noroeste	Nordeste	Centro	Sul	Ilhas	Total (%)	Eleitos
Força Itália	34,5	27,8	25,6	30,4	36,1	30,6	27
Aliança Nac.	6,9	8,2	17,0	19,2	14,9	12,5	11
Liga Norte	14,9	9,8	0,9	0,4	0,4	6,6	6
Radicais	2,8	2,0	2,1	1,7	1,5	2,1	2
P.Popular	9,3	10,8	8,3	11,9	10,1	10,0	9
Pacto Segni	2,9	3,2	2,9	2,7	6,0	3,3	3
PDS	14,5	20,8	27,6	17,4	14,1	19,1	16
Ref.Comunista	5,9	5,4	8,0	6,1	4,0	6,1	5
PSI	1,3	1,4	1,9	3,1	1,5	1,8	2
Verdes	3,4	3,8	3,2	2,9	2,1	3,2	3
Rede	0,5	0,3	0,3	0,8	6,7	1,1	1
PRI	0,4	0,8	1,0	0,9	0,6	0,7	1
PSDI	0,5	0,7	0,8	1,0	0,4	0,7	1

Os cinco deputados do PRC foram eleitos pelos círculos Noroeste (2), Nordeste (1), Centro (1) e Sul (1), tendo apenas falhado a eleição no círculo Insular. Os deputados eleitos são Fausto Bertinotti, Luigi Vincl, Lucio Manisco, Luciana Castellina e Luciano Pettinari. Caso o secretário-geral Bertinotti não tome o seu lugar, deverá ser substituído pelo terceiro elemento da lista pelo círculo Noroeste, Eugenio Melandri

França Derrocada socialista

Os resultados eleitorais para o PE em França confirmaram igualmente a capacidade do PCF em manter o seu eleitorado, ao contrário do que sucede com outros partidos. Recolhendo 6,8 por cento dos votos (contra 7,7 por cento em 1989), o PCF manteve os sete eurodeputados que já detinha.

A nota mais característica das eleições francesas, no entanto, é dada pela grande descida dos socialistas e dos partidos de direita, ainda que neste último caso compensada com os resultados da 'Maioria para Outra Europa', de Philippe Villiers, e da 'Energia Radical', de Bernard Tapie.

O PS, de Michel Rocard, passou de 23,6 por cento e 22 lugares em 1989 para 14,7 por cento e 16 lugares. Por seu turno, a coligação governamental UDF/RPR desce de 28,9 por cento para 26,7 por cento, mas passa de 26 deputados para 29.

A 'Energia Radical' alcança os 12,1 por cento e 13 lugares, os mesmos conquistados pela 'Outra Europa' com 12,3 por cento dos votos.

A 'Frente Nacional', de Le Pen (extrema-direita), mantém praticamente a mesma votação (10,5 por cento dos votos), mas elege mais um deputado, passando de 10 para 11 eleitos.

Os 'Verdes' franceses, que nas anteriores eleições tinham alcançado 10,6 por cento dos votos e eleito 8 deputados, desaparecem do panorama político. Não foram além dos 3 por cento e não elegendos ninguém.

Brasil

Luiz Inácio "Lula" da Silva, do Partido dos Trabalhadores, é o candidato com mais possibilidades de vencer as eleições presidenciais de Outubro, revela uma sondagem divulgada em São Paulo. No estudo de opinião do Instituto "Data-folha", realizado entre 9 e 13 de Junho e que abrangeu 13 017 pessoas, "Lula" da Silva recebeu 41 por cento das preferências, um ponto mais que em Maio. Segundo o estudo, se as eleições fossem hoje, "Lula" da Silva obteria na primeira volta mais votos que os outros oito candidatos, que juntos conseguiriam 38 por cento. O candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), de acordo com as sondagens, terá de defrontar numa segunda volta, prevista para 15 de Novembro, Fernando Henrique Cardoso, candidato do Partido Social-Democrata brasileiro (PSD), que também é apoiado por outros partidos.

Coreia

O presidente sul-coreano, Kim Young-Sam, aceitou uma proposta de Cimeira inter-coreana feita pelo seu homólogo norte-coreano, Kim Il-Sung. A proposta norte-coreana foi transmitida às autoridades de Seul pelo ex-presidente norte-americano Jimmy Carter que, durante a sua visita a Pyongyang, se encontrou com o presidente Kim Il-Sung.

Entretanto, na Coreia do Sul, registaram-se dezenas de feridos, num protesto contra a abertura do mercado agrícola. Segundo a agência de notícias sul-coreana Yonhap, dezenas de polícias e estudantes ficaram feridos durante os confrontos que duraram cerca de uma hora na Universidade Hongik, em Seul. Cerca de 120 estudantes foram detidos, acrescenta a Yonhap. Os estudantes, na sua maioria da província, concentraram-se na Universidade para preparar uma manifestação de protesto contra a decisão do Governo de abrir o mercado agrícola, ao abrigo de um novo sistema global de comércio. Os manifestantes exigem que a Assembleia Nacional recuse ratificar a decisão do Governo. Em 1993, a decisão da Coreia do Sul de abrir

Fidel Castro em Cartagena

Fim do bloqueio e ajuda ao desenvolvimento

A quarta cimeira ibero-americana reuniu, a semana passada, em Cartagena, Colômbia, os chefes de Estado e de governo da Bolívia, Chile, Costa Rica, Honduras, El Salvador, Venezuela, Colômbia, México, Uruguai, Brasil e Espanha. Embora não constasse da agenda de trabalhos, foi de facto Cuba, e a intervenção de Fidel Castro, que em grande medida dominaram os debates.

Em discussão, o prosseguimento da integração económica latino-americana e o balanço das políticas neoliberais impostas pelo FMI. Políticas que têm levado a um agravamento da miséria e a uma concentração da riqueza.

Apesar disso, os chefes de Estado e de governo presentes - com excepção de Fidel Castro - sublinharam as virtudes da abertura dos mercados, admitindo embora a necessidade de encontrar formas que permitam conciliar liberalismo e desenvolvimento social.

O texto da declaração final intitula-se "Comércio e integração como factores do desenvolvimento ibero-americano" e constata que "o crescimento económico não se traduz na melhoria das condições de vida da maioria dos



Fidel Castro é recebido, à sua chegada a Cartagena, pelo presidente colombiano César Gaviria

habitantes". No fundo, a reafirmação do que tem vindo a ser dito em cimeiras anteriores, com o acréscimo de um compromisso comum de lutar contra a corrupção.

A declaração final faz ainda uma referência à situação no Haiti e, tal como na declaração de Salvador da Baía, em 1993, é reafirmada a condenação do bloqueio dos Estados Unidos contra Cuba.

Na sua curta intervenção, Fidel

Castro sublinhou que esta quarta cimeira seria "uma excelente ocasião para exigir aos Estados Unidos o respeito das resoluções da ONU (votadas em 1992 e 1993) sobre o criminoso e injusto bloqueio, que visa vencer o nosso povo pela fome".

Fidel Castro considerou ainda que "é o momento de exigir que entre os direitos fundamentais do homem, também sejam respeitados e considerados como essenciais, o sagrado direito à saúde, à

educação, a um trabalho dignamente remunerado, à identidade cultural e étnica de cada povo. Que se acabe com toda a forma de discriminação racial e sexual. Que se ponha fim ao problema das crianças abandonadas pelas ruas, sem casa, vítimas de todo o tipo de exploração, violência e abusos sexuais. Que deixem de morrer em cada ano milhões de pessoas que poderiam sobreviver".

O dirigente cubano sublinhou

que "Cuba apoiou decididamente a luta revolucionária pela democracia na América Central e do Sul, e se alegra com o facto de a actual administração norte-americana não promover, como o fizeram outras, as sangrentas ditaduras militares subordinadas aos interesses norte-americanos. O que não admite é que os Estados Unidos pretendam afirmar-se como modelo e supremo juiz dos modelos políticos latino-americanos".

"Nada poderia agradar mais a Cuba - disse Fidel Castro - que os Estados Unidos oferecessem a todos os países da região, em particular aos de menores recursos, o livre acesso aos seus mercados, como forma de contribuir para o seu desenvolvimento económico".

Cuba considera também necessários "os investimentos estrangeiros, nomeadamente norte-americanos, como contribuição para o desenvolvimento do continente, mas considera preocupante o processo de desnacionalização de importantes riquezas e recursos naturais, em curso nos países da região."

E Fidel defende que "o comércio e o investimento privado são insuficientes. É necessário aumentar as ajudas ao desenvolvimento, reduzidas pelo actual governo dos Estados Unidos." Pelo que "os Estados Unidos deveriam transferir parte dos seus injustificados gastos militares para um fundo de ajuda ao desenvolvimento dos países da América Latina e do Caraíbe".

Angola

Delegação portuguesa em Luanda para entrega de solidariedade

Uma delegação da «Campanha de Solidariedade com a Luta do Povo Angolano pela Paz», constituída por António Pedro Carvalho, em representação do CPPC-Conselho Português para a Paz e Cooperação e da Associação de Municípios pela Paz, Ambiente e Cooperação-Movimento ZLAN, e por Maria Manuela Cunha, em representação do MPCA-Movimento Português contra o Apartheid, visitou Angola a convite da ONG angolana «Mundo do Amor» e com o apoio do MINARS-Ministério de Assistência e Reinserção Social.

O objectivo da visita, plenamente cumprido, era, por um lado, fazer a entrega simbólica dos produtos recolhidos em Portugal no âmbito da campanha: mais de duzentas toneladas de alimentos, medicamentos, roupas e brinquedos; por outro lado, tomar conhecimento da realidade concreta em Angola, consequências da guerra, condições de vida da população, nomeada-

mente das crianças e dos deslocados, bem como a identificação e localização de eventuais novos projectos de cooperação.

Sem prejuízo de análise e informação posteriores mais desenvolvidas, a delegação concluiu que por consequência directa ou indirecta da guerra, as condições de vida das populações visitadas são uma verdadeira tragédia de dimensão e conse-



quências inimagináveis. Segundo dados já apresentados pela UNICEF e visíveis no terreno, cerca de 45% da população, de cerca de 10 milhões, é constituída numa pequena margem por mulheres e depois por crianças até aos 15 anos. Uma parte muito significativa desta população está concentrada na região de Luanda, saturada e sem condições de alimentos, alojamen-

tos, medicamentos, educação e trabalho.

Cerca de 150 mil crianças estão separadas da família e ainda não foram identificadas. Em grande parte são órfãos de pai e de mãe.

Independentemente dos progressos obtidos nas negociações de Lusaca, a generalidade da população manifesta-se apreensiva e sem confiança na vontade política da UNITA de respeitar os acordos. Os ataques da UNITA continuam, nalguns casos, sobretudo depois do processo eleitoral, ainda com mais violência e mais mortíferos.

Para além dos encontros com as organizações anfitriãs, «Mundo do Amor» e MINARS, de que destacamos a audiência com o ministro Albino Malungo e com a directora Nacional da Infância, dra. Ana Afonso, fo-

ram efectuadas diversas deslocações para entrega de alimentos, roupas e brinquedos.

No decurso destes encontros debateram-se aspectos relacionados com a necessidade de se reforçar a cooperação e solidariedade internacionais para fazer face à dramática realidade com que o Povo angolano se debate em consequência da criminosa guerra que lhe é movida.

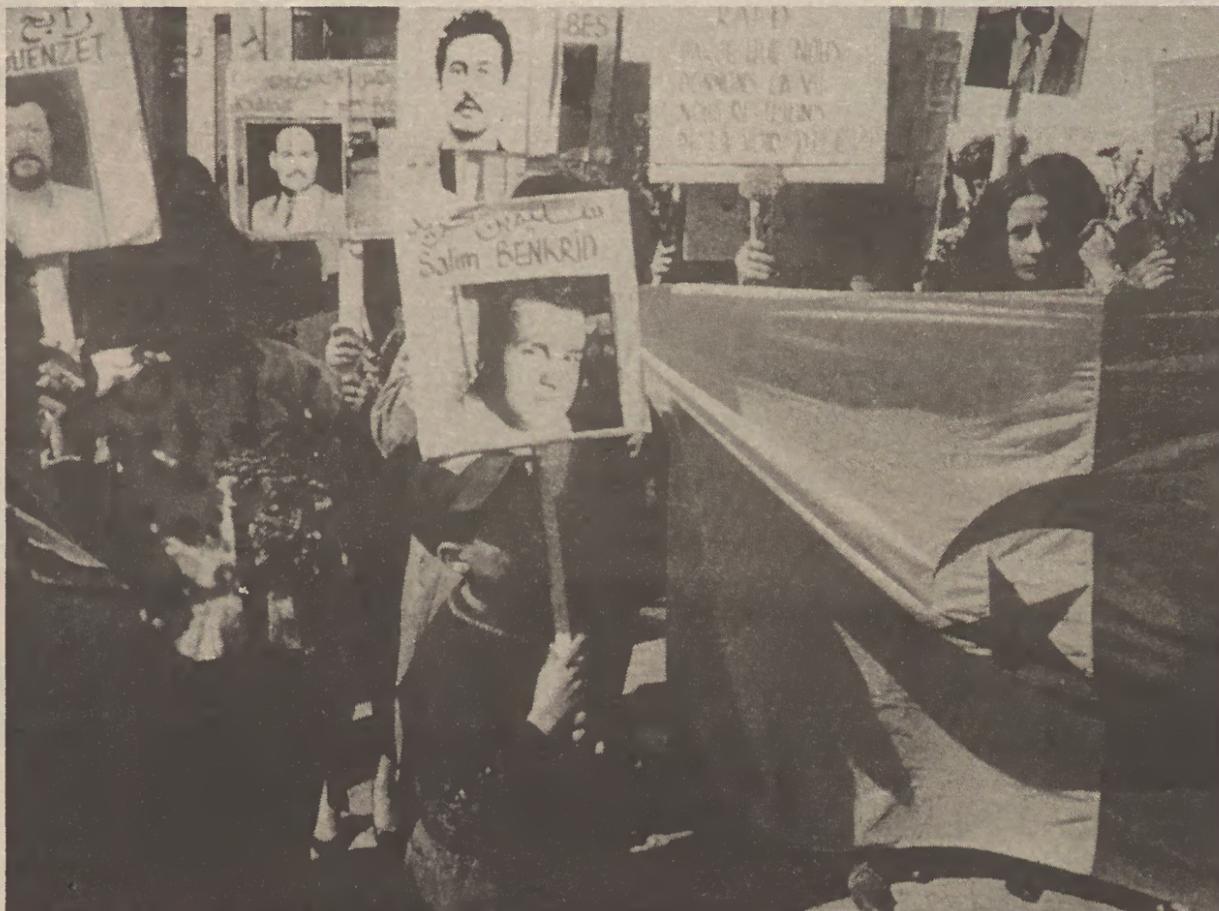
O Conselho Português para a Paz e Cooperação, a Associação de Municípios pela Paz, Ambiente e Cooperação e o Movimento Português Contra o Apartheid manifestaram a sua intenção de prosseguirem na sensibilização da opinião pública portuguesa para os problemas existentes em Angola e expressaram a vontade de continuarem a organizar iniciativas e campanhas de solidariedade.

Argélia

Violência e crise

A violência continua a marcar o quotidiano da vida na Argélia. Youssef Fatallah, responsável de um dos grupos argelinos de direitos humanos, foi assassinado sábado passado no seu escritório de advogado. É o quarto advogado morto na Argélia desde 17 de Abril. O último de uma lista impressionante de vítimas dos fundamentalistas da Frente Islâmica de Salvação (FIS), que recentemente assassinaram Ahmed Asselah, director da escola de Belas-Artes de Argel, Abdelkader Alloula, dramaturgo, director do teatro de Oran, Salah Djebaili, reitor da maior universidade argelina. Nomes conhecidos, entre as muitas outras vítimas - ignoradas - dos fundamentalistas.

A política de negociações promovida pelo actual presidente, Liamine Zéroual, empossado em 1 de Fevereiro passado, não surtiu qualquer efeito positivo. Em entrevista a um semanário argelino, Youcef Khatib, o principal conselheiro político do chefe de Estado, declarou que as negociações com a FIS não deram qualquer resultado. "O



8 de Março. Manifestação de mulheres contra o terrorismo

Estado deu o primeiro passo, sem que tenha havido qualquer contrapartida por parte dos dirigentes da dissolvida FIS".

Entretanto, a crise socioeconómica no país - que objectiva-

mente alarga as bases de apoio dos fundamentalistas - tenderá a agravar-se ainda. As negociações com o Clube de Paris para o reescalonamento da dívida externa irão dar ao governo uma

margem de manobra por um período de quatro anos. Mas este mesmo acordo será acompanhado pelas draconianas políticas do FMI, de "ajustamento estrutural", cujo preço será pago pela grande maioria dos argelinos, já seriamente atingidos no seu nível de vida.

Uma primeira exigência dos credores é a desvalorização do dinar - a moeda argelina - em 50%. O FMI exige ainda a supressão das subvenções aos produtos de primeira necessidade, que constituem a base da alimentação popular: farinha, sêmola, azeite, açúcar, lentilhas. O fim das subvenções às empresas de Estado e um generalizado processo de privatizações.

Trata-se, no fundo, de obrigar a Argélia a adoptar um modelo de economia liberal e a abrir totalmente o seu mercado aos capitais e produtos estrangeiros.

De notar, neste quadro, a po-

sição que os Estados Unidos têm vindo a assumir face à FIS - de que dizem não ter provas tratar-se de uma organização terrorista - e de que apreciam as posições no plano económico. Os integristas não se opõem à liberalização da economia e da iniciativa privada, pelo que não constituem obstáculo à penetração dos capitais americanos nos negócios do petróleo e do gás.

Para o povo argelino, as medidas resultantes dos acordos com o FMI significam o agravamento da crise social que atravessa um país em que 25% da população está no desemprego. A central sindical argelina, UGTA, calcula que a aplicação das medidas propostas pelo Fundo Monetário Internacional irá provocar mais 300 000 a 500 000 desempregados. Sem falar dos aumentos de preços que irão atingir as famílias que vivem já numa situação de extrema pobreza.

o mercado agrícola gerou violentos protestos de dezenas de milhares de agricultores e estudantes, levando à demissão de dois ministros da Agricultura.

OMS

A cólera matou 1030 pessoas nos primeiros quatro meses de 1994, anunciou a Organização Mundial da Saúde (OMS) que constatou o aparecimento nesse período de 67 161 novos casos no mundo.

De acordo com um documento divulgado em Genebra, o continente americano foi o mais afectado pela doença com 48 478 casos, dos quais 323 mortais. O Brasil lidera com 31 905 casos e 223 mortes, seguido por El Salvador com 10 853 casos, 31 dos quais fatais.

Depois da região americana, aparece a África como o continente mais afectado pela cólera, onde desde o princípio do ano foram detectados 17 223 casos que provocaram 636 mortos. Somália, com 15 381 novos casos e 582 mortos, é o país onde a doença é mais sentida, o mesmo acontecendo em Moçambique, onde foram detectados 373 casos que mataram 15 pessoas.

Palestina

Israel libertou a maioria dos 5000 prisioneiros palestinos que se comprometeu a deixar sair das prisões como parte do acordo de Paz com a Organização de Libertação da Palestina (OLP), disse o exército israelita. No entanto, o Instituto Mandela, organização palestina de defesa dos direitos humanos, disse que menos de 3000 prisioneiros foram libertados.

Antes do acordo de 4 de Maio, Israel declarou que 9000 palestinos se encontravam em prisões israelitas, enquanto os palestinos alegam existirem mais de 10 000.

Entretanto as negociações serão retomadas a 27 de Junho para a segunda fase do plano de autonomia - transferência acelerada dos poderes e extensão da autoridade palestina ao restante território da Cisjordânia.

Sobrevivência da democracia exige apoio popular

A solução para os - graves - problemas da Argélia, para a sua própria sobrevivência como Estado democrático, passa por três condições. É a opinião de Boualem Khalfa, antigo dirigente do Partido Comunista Argelino e do Partido de Vanguarda Socialista, e actualmente membro do Partido Argelino para a Democracia e o Socialismo, que agrupa os marxistas argelinos.

Antes do mais "a ruptura, firme e clara com o integrismo e o regime do passado, ou seja, a separação entre o político e o religioso e, por outro lado, a eliminação da corrupção, a liquidação da máfia político-financeira".

Uma segunda condição seria "apoiar-se no conjunto dos trabalhadores de que a imensa maioria está ligada a uma prática tolerante do

islão; nas mulheres, em particular, as trabalhadoras das cidades e dos campos"; nas populações berberes, "parte integrante da nossa personalidade nacional e num islão tolerante, oposto à concepção que dele têm os integristas; nos intelectuais progressistas".

Por último é necessário que a política de austeridade "se aplique antes do mais aos milionários corrompidos e aos agentes da economia paralela, e que se exijam contas a todos os que levaram o país a esta situação, nomeadamente durante e após a década de 80". É necessário ainda - nas palavras de Boualem Khalfa - "fazer frente aos ditames do FMI, que coloca o país numa situação praticamente insustentável".

Centenas de milhões de crianças exploradas em todo o mundo

Centenas de milhões de crianças em todo o mundo são sujeitas a formas de trabalho próximas da escravatura ou obrigadas a prostituir-se - denuncia-se num relatório (da autoria de um grupo de investigadores independentes) apresentado em Genebra, na assembleia geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e que nestes dias esteve no centro dos trabalhos da sessão anual desta organização.

Entre 100 a 200 milhões de crianças trabalham ilegalmente. Quanto à exploração sexual, "é

difícil avaliar exactamente a sua extensão", tanto mais que é coberta por gangs e mafias.

A Tailândia é apontada como um dos maiores centros de exploração infantil. Mas estão em causa também países como o Paquistão, Haiti, Índia, Peru, Sri Lanka e Somália, que entretanto ratificaram a convenção sobre a protecção das crianças.

Entre 200 000 e 800 000 crianças são vítimas da prostituição na Tailândia, segundo estimativas de organizações não governamentais apresentadas

pela OIT. 40% destas crianças teriam menos de 16 anos.

"A situação agravou-se com a chegada de crianças vítimas do tráfico em países como o Camboja, a China, o Laos e a Birmânia", refere o relatório, que assinala que os "clientes preferem as crianças para evitar a contaminação pela SIDA".

Por outro lado Bangueteo admite que cerca de 4 milhões de crianças trabalham (a idade mínima para trabalhar, no país, é de treze anos).

Os especialistas denunciam

igualmente as práticas em vigor no Paquistão, onde se calcula que trabalhem entre 8 a 10 milhões de crianças, em particular em sectores como a agricultura, o fabrico de tijolos e a confecção de tapetes. As meninas são utilizadas sobretudo como empregadas domésticas. "Há razões para pensar que estas crianças são muito vulneráveis à exploração e às sevícias, nomeadamente sevícias sexuais".

No Sri Lanka, registaram-se mais de 1000 queixas relativas a crianças sujeitas a tratamento

desumano, espancamentos e queimaduras.

No que respeita ao Peru, o relatório chama particularmente a atenção para as condições em que são obrigadas a trabalhar as crianças utilizadas na lavagem do ouro em "Madre de Dios". Factos confirmados pela descoberta de fossas comuns com cadáveres de crianças, mortas em consequência de acidentes, doenças provocadas pelo seu trabalho, como a raiva, o tétano e diversas infecções, ou em consequência de espancamentos por parte dos patrões da mina.



Qual é a vossa apreciação dos resultados eleitorais? Os «Verdes» não elegeram o deputado europeu que pretendiam, ou seja, a própria Isabel Castro.

Na Assembleia da República fizemos uma declaração política em que dissemos mais ou menos isto: a Europa foi a votos, os europeus não votaram, designadamente os portugueses. Razões para esta grande abstenção, este «grande euromanguito» que as pessoas fizeram nestas eleições? Em Portugal é evidente que a desastrosa data escolhida não iria favorecer uma outra participação. Este era o melhor fim-de-semana do ano para as pessoas fugirem da cidade e escapar para uma boa ponte de férias. Mas há outra ordem de razões para a fraca afluência às urnas.

Por um lado é evidente o grande desencanto relativamente ao processo de construção europeia. A Europa foi vendida como a «grande ilusão», a oportunidade para melhorar a qualidade de vida das pessoas, de segurança, de ultrapassagem de um atraso grande do nosso país... Digamos que a realidade vivida não tem «puto» a ver com isso...

Mas essas não seriam condições que proporcionariam a concretização de um voto de protesto em relação às políticas que têm vindo a ser seguidas nos últimos anos?

Poderia se todo o processo de construção não fosse todo ele um processo feito à margem das pessoas. A compreensão que hipoteticamente as pessoas poderiam ter de que ao votar poderiam canalizar o seu protesto só seria possível se para as pessoas o processo de construção da Europa não lhes fosse alheio, com o qual não se identificam. É que nunca foram ouvidas ou achadas nesta história! Nunca se quis que fossem!

As pessoas não têm noção de como funcionam as instâncias comunitárias, as pessoas não têm noção que o Parlamento Europeu é a única instância legitimada pelo voto, não têm noção das competências que lhe estão ou não atribuídas porque quer o PSD

quer o PS tiveram sempre a preocupação de manter esta questão à margem dos cidadãos e do seu conhecimento. O desinteresse das pessoas é também marcado pela forma discreta e acelerada com que se arrumou de uma penada o processo de ratificação do Tratado da União, sem discussão pública, sem debate, nem tão pouco dando possibilidade às pessoas de terem voz no processo, e pela forma como a questão da Europa foi sempre colocada, como um tabu que não se discute e como um dogma que não poderia ter outra forma de construção, alternativa à que foi imposta.

O descrédito das instituições

Mas nestas eleições, sobretudo durante a campanha, estiveram em foco numerosas questões nacionais. A própria CDU chamou a atenção para a possibilidade de os eleitores puderem penalizar com o seu voto a política seguida pelo Governo e de ajudarem a viabilizar a concretização de uma futura alternativa democrática ao PSD...

Particularmente penso que as pessoas não votaram em função da realidade nacional. Em Portugal é visível que os comportamentos eleitorais mudam conforme o tipo de cada eleição. O Poder Local é muito claro para as pessoas, é qualquer coisa que visualizam, entendem e exprimem de um determinado modo. Para a Assembleia da República há diferenças significativas e para o Parlamento Europeu tudo surge mais «distante» e não é por acaso que é precisamente nestas eleições que, desde o 25 de Abril, se regista um divórcio tão grande entre as pessoas e o acto eleitoral.

Isabel Castro

O discurso da consciência ecológica

Isabel Castro reproduz serenamente um discurso radical: é a defesa intransigente mas reflectida do meio ambiente e da qualidade de vida. Próprio de quem há muitos anos tem as responsabilidades políticas de dirigente do Partido Ecologista «Os Verdes» eleita na Assembleia da República por uma lista da CDU. Próprio de quem se nos apresenta com o carácter reflectido, moderado no avançar de cada palavra, certo da necessidade de clareza ideias que quer expor, capaz de usar na mesma frase a expressão tecnicamente correcta para designar aquilo a que todos chamamos de «lixo» e a gíria mais rigorosa para afastar qualquer natureza nebulosa do fraseado. Falhada a eleição como eurodeputada, Isabel Castro faz nesta entrevista ao «Avante!» o balanço às recentes europeias e avança com outras preocupações: a «campanha da incineradora», a Lei da Prática do Naturismo, a descrença nas instituições e o Lobo Ibérico vieram à conversa, que aqui se resume.

Há que levar em conta a própria descredibilização gradual das instituições. Veja-se a corrupção, que se banalizou, que faz parte do quotidiano por exemplo em Espanha, exactamente o único país onde a abstenção não atinge valores tão elevados e onde o voto exprimiu uma penalização do Governo. Mas também o que se passa em Itália, França e o processo em Portugal, camuflado, onde os sinais de corrupção do Poder são evidentes e a descredibilização das instituições - até pelo modo como funcionam por imposição de quem tem o poder - leva os cidadãos a não se reconhecer nelas. Ainda por cima as pessoas vêm que para o Parlamento Europeu vão eleger gente que se vai encher de dinheiro em três tempos...

Essa dita «falta de credibilidade do sistema» não é o argumento do PS para avançar com uma Revisão Constitucional antecipada?

Esse é um argumento perverso. Por exemplo o CDS fala como se estivesse fora das instituições e de quem não é acérrimo defensor dos privilégios de deputados. O PS, por seu lado, quer, como sempre, entender-se com o PSD nesta matéria e provocar

A Europa foi vendida como a «grande ilusão», a oportunidade para melhorar a qualidade de vida das pessoas, de segurança, de ultrapassagem de um atraso grande do nosso país... Digamos que a realidade vivida não tem «puto» a ver com isso...

uma situação de engenharia numérica que, «à pála» do descontentamento de que ele próprio é responsável - é bom lembrar que o Regimento da Assembleia da República foi em grande medida acordado entre o PS e PSD - resulte em eleição de maior número de deputados socialistas e social-democratas. Aliás é bom recordar que o PS que em matérias de construção europeia entendeu que os cidadãos não deveriam ser ouvidos por essas serem matérias «demasiado complexas».

Entrevista de: Pedro Tadeu
Fotos de: Jorge Caria

Perdas e ganhos

Como vai ser o funcionamento, a nível europeu, dos «Verdes» portugueses, uma vez que não elegeram um eurodeputado, tal como, de resto, os outros partidos «verdes» dos países do sul da Europa?

Bem, nós não conseguimos fazer passar a mensagem no sentido de que todas as pessoas que não encontram sentido nesta forma de fazer a construção europeia, todas as pessoas que têm apreensões relativamente ao agravamento da crise ecológica, transformassem esse sentir num voto pelo protesto, pela mudança, e não alcançamos o objectivo político de recuperar o mandato que alcançamos anteriormente através da CDU e do qual não pudemos prestar contas por ter sido ilegitimamente apropriado por quem dele fez uso pessoal.

Julgamos que esta «não eleição» é preocupante, assim como a não eleição de eurodeputados espanhóis e franceses. Não há, no entanto, alterações significativas do ponto de vista do eleitorado. O percurso em cada país não é igual. Por um lado o mais antigo Partido «Verde», o da Alemanha, que tinha perdido representação parlamentar no Parlamento nacional, aumentou significativamente o número de eurodeputados e são hoje o partido com maior peso. Depois o Luxemburgo e a Irlanda elegem pela primeira vez deputados «verdes». O caso da Irlanda é de destacar pois este é um partido que nem sequer aparecia nas sondagens nacionais e acaba por conseguir dois lugares no Parlamento Europeu. A Irlanda é um país periférico, tem muitos dos nossos problemas e é significativo que o pela primeira vez duas mulheres deste partido possam estar no Parlamento Europeu.

Negativo é de facto a não eleição de deputados portugueses, franceses e espanhóis, que em termos ambientais têm problemas específicos comuns. Vou esta semana a uma reunião com o Grupo Verde onde se estabelecerá a ligação entre os deputados eleitos nos parlamentos nacionais e os eleitos no Parlamento Europeu, o que já vem de trás, pois instituímos essa prática desde a aprovação do Tratado de Maastricht. O objectivo é permitir o acompanhamento próximo dos países que não fazem parte do Grupo.

Ser ou não ser primeira página

Uma proposta agora aprovada na Assembleia da República, apresentada pelos «Verdes», foi a Lei da Prática do Naturismo, que, curiosamente, recebeu honras de primeira página em alguns jornais...

É bom lembrar que em Portugal mais de um milhão de toneladas de resíduos toxicoperigosos são depositados no solo sem qualquer tratamento, pois o Governo deixou passar todos os prazos a que se tinha comprometido para instalar uma estação de tratamento destes resíduos

protecção do Lobo Ibérico (este aprovado por unanimidade) conseguiram um consenso tão amplo na Assembleia da República.

Há outros projectos dos «Verdes» que tenham sido aprovados e aguardem regulamentação?

Por exemplo, esse do Lobo Ibérico. Não se trata de Regulamentação mas de real aplicação, pois a Lei prevê o pagamento de indemnizações aos pastores que estão há três ou quatro anos por pagar, o que cria situações complicadas no terreno.

Que critérios têm seguido para o vosso trabalho na Assembleia da República, durante esta legislatura?

O principal é abalancarmo-nos em projectos que nunca executámos antes. É o caso das interpelações ao Governo, um dos poucos direitos que temos em pé de igualdade com os outros partidos. Ordenamos interpelações sobre política de ambiente, resíduos, ordenamento do território, balanço - um ano depois - da aplicação do que resultou da Conferência do Rio e uma outra que se debruçou mais sobre qualidade de vida, ecosegurança e saúde pública.

A campanha pela incineradora

Está neste momento em curso uma intensa campanha mediática a propósito dos Resíduos Toxicoperigosos, onde a ideia que passa é a da necessidade da instalação de uma incineradora para tratamento desses resíduos. Por outro lado, na Câmara de Lisboa, «Os Verdes» tomaram uma posição contrária à da coligação Com Lisboa, que defende a instalação na área metropolitana de Lisboa de uma incineradora para os resíduos sólidos urbanos. Salvo as devidas distâncias entre dois tipos tão diferentes de resíduos, gostaria de saber se os «Verdes» defendem ou não a instalação desse tipo de incineradoras?

Bem em relação à campanha do Ministério, diria que ela é mais uma «campanha pela incineradora» do que propriamente uma campanha de sensibilização das comunidades locais e das pessoas sobre a questão dos resíduos toxicoperigosos. É bom lembrar que em Portugal mais de um milhão de toneladas de resíduos deste tipo são depositados no solo sem qualquer tratamento, pois o Governo deixou passar todos os prazos a que se tinha comprometido para instalar uma estação de tratamento destes resíduos. O que veio a resultar,

Cabe ao Governo em primeiro lugar promover as decisões da Conferência do Rio: é preciso reduzir, reutilizar e reciclar.

É um dilema. Se tivéssemos de estabelecer uma hierarquia, há questões muito mais importantes que escapam de todo em todo à comunicação social. Esta apela a aspectos de forma que são atractivos e que constituem notícia. Já havia um projecto de 1988, apresentado pelos «Verdes», que foi aprovado apenas com a abstenção do CDS. Sucedeu que, nestas como em muitas outras áreas, concluiu-se que a Regulamentação estava por fazer e existia uma prática que legalmente não tinha cobertura. Assim apresentámos este projecto, não dependente de regulamentação, que garante, em condições de igualdade, o direito dos praticantes do naturismo e dos não praticantes a não verem feridas eventuais susceptibilidades. Digamos que se este projecto e o da

depois de diversas manobras de gabinete, foi a contestação natural da população de Sines posta perante um quase facto consumado de ali vir a ser colocada uma estação de tratamento de resíduos desse tipo.

«Os Verdes» entendem que estes resíduos devem ser tratados. Vai ter de existir uma estação de tratamento deste tipo de resíduos. Tal como recusamos que Portugal seja o caixote do lixo da Europa - como já está a ser como se vê pelo caso das escórias de alumínio - também não defendemos a exportação dos nossos para África ou para qualquer outro sítio, tal como aliás foi determinado na Conferência do Rio. O que queremos é que tudo seja claro, discutido por todos e atendendo aos interesses de todos. Não é líquido, por exemplo, que a estação de tratamento de resíduos perigosos fique melhor instalada em zonas industriais que os produzem, pois poderá ser bem melhor instalá-la em zonas com fraca densidade populacional, mesmo não produtora desse tipo de resíduos.

Em relação ao tratamento dos lixos urbanos?

É uma questão completamente diferente. Nós pensamos que a evolução da produção dos resíduos sólidos urbanos na última década é de um aumento superior a 40 por cento. Portanto este aumento vem dar-nos razão quando desde há muitos anos dizemos que vivemos numa sociedade orientada para o consumismo, que assenta em pressupostos falsos de crescimento ilimitado. Portanto são insustentáveis, a prazo, soluções que não alterem radicalmente esta realidade de aumento incessante de produção de resíduos. Em zonas como Lisboa, Amadora, Loures ou Vila Franca este aumento ainda é maior porque por um lado aqui vive grande parte da população do país e, por outro, nestas zonas urbanas adquirem-se facilmente novos hábitos de consumo que produzem mais lixos desta espécie...

A aquisição de novas maneiras de comer, por exemplo?

Exacto. E esses chamados «lixos» incorporam qualquer coisa como 40 por cento de cartões, papéis, plásticos, matéria reciclável. Aquilo que nós dizemos é que não se tem em conta estes factores, os compromissos da Conferência do Rio e do próprio Governo na Agenda XXI para Portugal que são: modificações nos padrões culturais e nos hábitos de consumo para atingir a redução e reutilização de resíduos. Assim, teremos a prazo uma situação insustentável e não haverá incineradoras que nos valham porque não podemos é multiplicar incineradoras para tentar diminuir o volume dos lixos. O que a incineradora vai fazer reduzir pontualmente a dimensão e o volume dos lixos que estamos a produzir, mas não se está a fazer nada para aplicar essa estratégia - que cabe ao Governo em primeiro lugar promover - de reduzir, reutilizar e reciclar.



UMA GERAÇÃO INCOMODA!

As movimentações estudantis contra as provas globais foram o pretexto para uma forte ofensiva de manipulação e calúnia por parte de vários órgãos de comunicação social e sectores governamentais que usando expressões de rara violência abriram um debate sobre a jovem geração, os seus valores e posicionamento na sociedade portuguesa que está longe de estar terminado e em que é necessário intervir.

1 - As recentes movimentações dos estudantes do ensino secundário, iniciadas com as manifestações do Dia do Estudante (24 de Março) em vários pontos do país, de que as provas globais foram o detonador, traduzem um profundo descontentamento com a situação do ensino, nomeadamente com a aplicação da reforma e do novo sistema de avaliação, reflectindo ao mesmo tempo uma inquietação mais profunda sobre a sua situação e perspectivas de vida.

Os argumentos usados em defesa das provas globais são uma mistificação.

A ministra fala na necessidade de melhorar a qualidade do ensino e na exigência da "preparação dos estudantes para o sistema terrível do mundo do trabalho", mas de facto as motivações são diferentes.

Na realidade o que se visa quando se instituem as passagens praticamente automáticas até ao 9º ano, mesmo sem aproveitamento dos alunos, é escamotear os índices do insucesso escolar.

Quando se institui um exame no 9º ano que separa irremediavelmente os estudantes que passam dando-lhes um diploma que lhes permite continuar os estudos, dos estudantes que reprovam e a quem é distribuído um mero certificado de frequência que não permite a continuação dos estudos, e é profundamente desvalorizador de quem o possui no acesso ao emprego, o que se pretende é promover a elitização do ensino.

Quando se instituem provas globais para o 10º, 11º e 12º anos, contando 25% para a nota global de cada disciplina no ano respectivo o que se visa é aplicar um sistema altamente selectivo que tem como objectivo deixar pelo caminho o maior número possível de estudantes para diminuir artificialmente a pressão no acesso ao ensino superior e escamotear a profunda insuficiência de vagas no ensino superior pública consequência de sucessivos cortes orçamentais do Governo.

E se dúvidas existissem sobre as motivações do Governo, para quem admitisse que poderiam ser mesmo a melhoria da qualidade do ensino, o facto do Ministério da Educação em pleno mês de Junho em cima das avaliações ter alterado os critérios de avaliação do 11º ano, alargando os mecanismos de passagem para o 12º ano, aí está a desmentir-las.

2 - Neste processo, em vez do diálogo que poderia permitir encontrar soluções, o Governo enveredou mais uma vez pela linha da prepotência, da arrogância, impondo a sua posição contra estudantes, pais e professores.

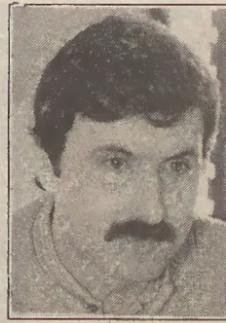
Ao diálogo a ministra respondeu com a afirmação "não negociação com estudantes do ensino secundário, falo com encarregados de educação e professores", trazendo à luz do dia a posição do Governo de que os estudantes que sentem na pele a situação do



sistema de ensino, as consequências da aplicação da reforma educativa, não têm direito a ser ouvidos, considerando-os afinal meras cobaias da sua política, como se estes não tivessem reflexão, opinião e voz própria, como se não estivesse consagrado na Lei das Associações de Estudantes o direito de serem ouvidos em todas as matérias que lhes digam respeito.

Mas a maior expressão de arrogância governamental foi o recurso abusivo às forças policiais dentro e fora das escolas. Na véspera das manifestações de 5 de Maio e no próprio dia em muitas escolas, os dirigentes associativos foram ameaçados pela polícia com processos caso aderissem às manifestações e no próprio dia 5 à porta da maioria das escolas estavam os piquetes das forças policiais que faltam no dia-a-dia para garantir a segurança. O mesmo sucedeu na acção do dia 11 de Maio, havendo casos de ameaças de prisão, de instauração de processos, alguns dos quais foram concretizados, tudo isto a culminar com intervenção da polícia pela primeira vez dentro das escolas secundárias contra os estudantes.

3 - Apesar destas pressões, novas no ensino secundário, as movimentações assumiram expressões muito amplas, envolvendo muitas dezenas de milhares de estudantes, com manifestações, concentrações, ocupações e dezenas de boicotes às provas e constituíram uma afirmação inequívoca do descontentamento dos estudantes, da sua contestação às provas globais, realidade que não é alterada pelo facto de os estudantes, contra a sua vontade, terem acabado por fazer as provas. Os problemas mantêm-se e persiste uma política que não apresenta perspectivas de futuro aos jovens, um sistema de ensino degradado, uma reforma a ser aplicada sem condições e um sistema de avaliação injusto. Tal como aconteceu com a PGA imposta em 1989 pelo ministro Roberto Carneiro contra a opinião e as manifestações estudantis, e derrotada pelo fortíssimo movimento de Fev./Março de 92, também agora não é a imposição das provas globais que resolverá os problemas, sendo de pre-



FRANCISCO LOPES
Membro da Comissão Política

Na véspera das manifestações de 5 de Maio e no próprio dia em muitas escolas, os dirigentes associativos foram ameaçados pela polícia com processos caso aderissem às manifestações e no próprio dia 5 à porta da maioria das escolas estavam os piquetes das forças policiais que faltam no dia-a-dia para garantir a segurança.

ver que, com um generalizado sentimento de injustiça e o alargamento das provas globais no próximo ano ao 10º e 11º anos, novas expressões de descontentamento e de luta estudantil se desenvolverão.

4 - Poucas movimentações de massas foram alvo de tantas manipulações e calúnias num processo que o «Público», com o envolvimento pessoal do seu director Vicente Jorge Silva, iniciou em grande escala. Usando como pretexto os excessos de indivíduos isolados, de grupos socialmente desintegrados ou de provocadores que promoveram obscenidades e alguns actos de vandalismo, procurou-se comprometer a imagem de movimentações em que participaram muitas dezenas de milhares de estudantes. A campanha desenvolvida nem sequer se pode basear na novidade de tais comportamentos, uma vez que não foram situações novas, pois com o mesmo carácter isolado tinham aparecido nas movimentações contra a PGA e as propinas. O que é novo e significativo é que estes actos isolados serviram ao Público, a outros órgãos de comunicação social e ao Governo de pretexto para dar uma visão completamente adulterada das movimentações estudantis, insultando uma geração inteira, leviana e provocatoriamente chamada de rasca.

E mesmo alguns que apareceram aparentemente a polemizar contra tal classificação, acabaram na prática por aceitar a monumental falsificação do carácter das manifestações, como se a violência e a obscenidade tivessem sido o seu traço dominante.

Entretanto não deixará de ser útil perceber quais são as causas e quem tem responsabilidade nestes fenómenos minoritários que por vezes aparecem em acções juvenis:

Em primeiro lugar a prática do capitalismo e a política de direita que agrava a exploração, semeia o individualismo, a violência, a corrupção, o agravamento das injustiças e desigualdades sociais e a exclusão que afecta muitas famílias, cujos filhos frequentam também o ensino secundário, e que reflectem, no seu comportamento, a violência que caracteriza a sua vida.

Em segundo lugar a comunicação social, a começar pelo «Público», que vem agora bramar a sua falsa revolta mas que, entre muitos outros casos, quando do congresso do ensino superior em Abril de 93, deu incomparavelmente mais espaço a quatro indivíduos que mostraram o rabo ao ministro da Educação, do que às intervenções de condenação da política educativa e às propostas apresentadas por dezenas de dirigentes associativos nos dias do Congresso.

5 - Porquê este destempero? Porquê tal terrorismo psicológico? Afinal o que faz correr Vicente Jorge Silva e os seus seguidores?

Incomoda-os o facto de - independentemente dos efeitos do individualismo e do salve-se quem puder - os jovens não estarem apáticos, neutralizados e de com a sua unidade, força e opinião actuarem em defesa dos seus interesses e aspirações pelo direito ao emprego e ao ensino contra a política do Governo, que lhes compromete o presente e lhes fecha as portas do futuro.

Preocupa-os que uma parte importante dos jovens seja sensível a valores como a amizade, a solidariedade, a luta pela paz e a protecção do ambiente, contra a miséria, o racismo e a xenofobia, assumindo valores progressistas.

Inquieta-os o facto de apesar da demagogia governamental e do independentismo antipartidário que procura criar ilusões, cada vez mais jovens se afastarem do PSD e se colocarem no campo democrático, abrindo a perspectiva real do reforço da influência dos comunistas, como aliás tem acontecido.

São estas realidades e estas perspectivas que tanto incomodam Vicente Jorge Silva e o seu "jornalismo" subserviente aos interesses das classes dominantes e do poder político que as serve. Ele não perdoa aos jovens que sejam diferentes, que não estejam harmonizados pelos seus padrões, que em vez de apatia desejem participar, que em vez de intervencionismo ao serviço do imperialismo, lhes seja cara a causa da paz e da solidariedade, que em vez de se renderem à direita e à alternância, que nada de fundo altera, possam vir a estar disponíveis para apoiar uma alternativa com uma nova maioria e uma nova política, oposta à do PSD.

É tudo isto que leva V.J.S. e os seus seguidores a serem impiedosos, tentando com as suas cassettes antijuvenis, desprestigiar os jovens e a sua luta junto da opinião pública e introduzir elementos de divisão entre eles.

A geração que ele tão despididamente caluniou não deixará de lhe dar resposta. ■

Na primeira parte do artigo, publicada no «Avante!» de 16 de Junho, foi referida a tentativa de A. Teodoro e de responsáveis do PS de partidização, com sentido anticomunista, das eleições realizadas há poucas semanas no Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, e o fracasso de tal operação.

A oposição dos professores comunistas à partidização do movimento sindical, por inevitavelmente conduzir à divisão entre todos os que podem estar unidos no plano sindical, é o tema que de forma muito sintética se refere na última parte deste texto.

Uma importante realidade

Os Sindicatos dos Professores e a Federação Nacional dos Professores que eles integram, a FENPROF, constituem sem dúvida a mais representativa e influente organização dos docentes, e uma das mais activas e prestigiadas estruturas do movimento sindical português.

Agrupando à data do último Congresso Nacional dos Professores, realizado em Maio de 1992 em Coimbra, mais de 50 mil associados, número este que tem continuado desde então a aumentar; dispondo em todo o país de uma estrutura diversificada de base regional e distrital e por graus e sectores de ensino, com muitas centenas de dirigentes sindicais e alguns milhares de quadros activos; desenvolvendo uma constante acção reivindicativa e uma valiosa e diversificada intervenção no domínio dos problemas da educação e do ensino; publicando de forma regular diversos boletins sindicais e outros materiais; dando corpo a um sindicalismo participativo e informado; - os Sindicatos dos Professores e a FENPROF, pelo que representam directamente e pela influência social muito vasta que exercem, constituem uma importante realidade.

O contributo dos comunistas

É conhecido o papel dos professores comunistas na formação, consolidação e desenvolvimento deste forte movimento sindical. Desde os "Grupos de Estudo", no início da década de 70, em pleno fascismo, e das movimentações de docentes então conduzidas em torno de reivindicações profissionais básicas. Até à participação activa na fundação e na implantação dos Sindicatos dos Professores, depois do 25 de Abril, com base numa concepção ampla de sindicalismo e dos princípios da liberdade, da democracia, da independência, da unidade e do sindicalismo participativo e de massas.

Este contributo dos professores comunistas não se reivindica, naturalmente, de qualquer exclusivo e muito menos de constituinte de qualquer (e ilegítima) suserania.

Mas também não poderá ser negado que ao assumirem (como continuam hoje a assumir) a autonomia, o carácter unitário e o funcionamento democrático, a todos os níveis, das estruturas sindicais, como valores essenciais da construção da organização sindical docente e da

SPGL na hora de pôr os pontos em alguns ii (III)

sua intervenção, os professores comunistas deram (e continuam a dar) uma contribuição fundamental para que o sindicalismo docente apresente a expressão plural e a influência que o singulariza.

Os professores comunistas revêm-se por isso legitimamente nas características fundamentais dos Sindicatos dos Professores em que actualmente já estão filiados dois de cada cinco dos docentes que existem em Portugal. Sindicatos cuja força e influência são inseparáveis de um longo e persistente combate travado ao longo das últimas duas décadas, pela dignificação da profissão docente e por uma política educativa democrática. Construídos como espaços plurais e não como espaços de partilha partidária, como pontos de encontro e não como pólos de conflito de professores com diferentes opções político-partidárias e diferentes inclinações ideológicas. E que funcionam de acordo com regras, princípios organizativos e orientações de unidade sindical e de programa sindical construídos por todos os associados e democraticamente decididos.



EDGAR CORREIA
Membro
da Comissão Política

nos negativos são de referir: a transformação de naturais diferenças de opinião em antagonismos irreversíveis; a criação de blocos rígidos no debate de quaisquer questões; o abandono de critérios sindicais na divisão de trabalho entre dirigentes e a sua substituição por doências preocupações com as inclinações partidárias de cada um e com "equilíbrios" destituídos de relevância sindical; o desrespeito por princípios e regras do funcionamento democrático de modo a impôr posições de facção contra a vontade maioritária; expressões de culto da personalidade e de caciquismo em absoluto estranhos ao ideário e à natureza do movimento sindical docente; e até - imagine-se - situações de manipulação da imprensa sindical.

Este tipo de situações constituíram um vivo alerta para os riscos que a partidização da vida sindical, a não ser travada pelos professores, poderia fazer correr à unidade e à capacidade de intervenção do movimento docente.

É nesta perspectiva que importa valorizar a postura da direcção cessante do SPGL ao assumir nas recentes eleições uma "proposta de prosseguimento e de renovação do trabalho sindical", através de "um processo que de forma genuína incrementa diálogos multidireccionais, produzidos em circunstâncias que facilitem o esbater de divergências e o encontro de plataformas de consenso sindical, possibilitadoras da manutenção da unidade e do desenvolvimento de um dos mais ricos e dinâmicos legados do movimento sindical português". Proposta que, como se sabe, conduziu à constituição da Lista A, que acabaria por triunfar no acto eleitoral.

Embora muitos testemunhos mostrem que o período da campanha eleitoral foi demasiado curto para que todos os associados do SPGL tomassem consciência das profundas diferenças dos projectos assumidos pelas listas A e B nas recentes eleições, e de que o eventual triunfo desta última representaria a (irreversível) partidização do movimento sindical docente, com todas as suas consequências, a vitória da candidatura A mostrou que a maioria dos professores compreenderam a situação e recusaram o seu apoio a tal rumo.

Prevaleceu assim um "sindicalismo que respeita a opinião e as opções assumidas por cada um, construído com as diferenças, e que busca nos critérios e nas vivências sindicais o seu ponto de encontro e de unidade". Prevaleceram, também, "os princípios da unidade no respeito pela diversidade e de não partidização da vida sindical (como) base da força, combatividade e influência do movimento sindical docente" (do documento sobre as Eleições do SPGL, tornado público em 8 de Março pela Comissão Executiva).

Com todos os professores, pela unidade sindical, pelo reforço do movimento docente - os professores comunistas não alterarão o seu rumo essencial de sempre.

Não à partidização

Numa classe como a docente com enraizadas tradições reivindicativas, a existência de diferenças de natureza político-partidária ou ideológica não constituiu durante muitos anos obstáculo ao desenvolvimento de uma intervenção sindical combativa e de carácter unitário muito amplo. E é justo referir que tais diferenças contribuíram até, em muitas situações, para o enriquecimento da vida sindical e para a sua (sempre) necessária renovação.

Porém, a tentativa que se registou nos últimos dois anos de transformação das diferenças de natureza político-partidária num processo de partidização da vida sindical (como foi manifesto propósito do ex-secretário-geral da FENPROF) significou uma inversão nessa tendência, multiplicou dificuldades e introduziu preocupantes factores de divisão em alguns sindicatos e na própria Federação. Entre outros fenóme-

Campanha de assinaturas

Campanha de Assinaturas de O Militante

Caro Camarada e/ou Amigo

O interesse que se tem colocado no aumento do número de assinantes de *O Militante* tornou-se, de súbito, uma questão urgente que exige uma resposta muito rápida.

O Militante tem sido considerado, com razão, uma publicação periódica e, por isso, beneficiava de uma taxa dos correios especial.

Este estatuto foi-lhe retirado agora no começo de Janeiro, invocando-se o seu carácter partidário, passando cada envio a custar quase o triplo, o que inviabiliza o sistema de assinaturas.

Há, no entanto, uma modalidade de expedição cuja taxa é suportável, mas exige um número mínimo de *mil assinaturas*. Eis a razão deste esclarecimento-apelo para que se consiga atingir aquele número o mais breve possível.

O esforço que se tem de realizar para isso vai, no fim de contas, também ao encontro do interesse político que tem havido no aumento do número de assinantes.

A Campanha das Mil Assinaturas do «Avante!» já atingiu praticamente o seu objectivo.

Ao mesmo tempo que se regista este facto positivo, chama-se a atenção para a necessidade de um último esforço que permita alcançar a meta e criar uma «folga de segurança» para prevenir eventuais quebras futuras.

Entretanto, há que registar que a Campanha de Mil Assinaturas de «O Militante», que se iniciou mais tarde, está, por isso, bastante atrasada.

Isto significa que, enquanto não se conseguir um considerável avanço nesta campanha, a manutenção do serviço de assinaturas de «O Militante» acarreta sérios prejuízos financeiros para o Partido.

É então necessário, portanto, concentrar os maiores esforços na campanha de assinaturas de «O Militante», de modo que se atinja o mais rapidamente possível a meta fixada.

Procurando contribuir para a intensificação dos esforços nesta campanha, voltamos a publicar o apelo com que foi iniciada.

TABELA DE ASSINATURAS: (IVA e portes incluídos)

Portugal (Continente e Regiões Autónomas): 1 080\$00
Espanha: 1 950\$00
Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Macau: 3 780\$00
Europa: 3 480\$00
Extra-Europa: 5 580\$00

FICHA DE ASSINATURA DE *O Militante*

A preencher pelo assinante:

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Código postal _____
Junto envio o cheque/vale do correio nº _____, sobre o Banco/Estação do correio _____, dirigido a Editorial «Avante!», Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A, 1000 Lisboa no valor de _____ \$ ____.

A preencher pelo angariador:

Nome (individual ou organização) _____
Morada _____
Localidade _____ Código postal _____

A II Grande Guerra Mundial

Como se construiu a vitória

■ Manoel de Lencastre

Dado que a Redacção do «Avante!» nos concede espaço e tempo para o exame de tudo o que se passou em 1994 e até ao fim do terrível conflito, em Maio de 1945, julgamos dever proporcionar a quem nos lê uma análise dos momentos cruciais da guerra — a invasão da URSS pela «Wehrmacht», as perdas de Minsk, Kiev, Smolensk, o cerco de Leningrado e, como se referiu em anteriores trabalhos, Moscovo, Stalingrado e Kursk. Após estes trabalhos, entraremos nos 50.º aniversários de tudo o que ocorreu nos anos momentosos de 1944 e 1945. Mas faremos uma interrupção na sequência deste estudo da Guerra Patriótica soviética contra os nazis, dentro de dois meses, para examinarmos os acontecimentos relacionados com a Libertação de Paris nos quais as forças patrióticas francesas, com os comunistas na sua vanguarda, tiveram o papel determinante que se conhece.

A estes trabalhos que oferecemos à Redacção do «Avante!», vamos dedicar-nos durante os próximos meses. Desejarão os leitores do nosso jornal acompanhar-nos? Assim o esperamos. Vamos embarcar para uma longa viagem através da História da 2.ª Guerra Mundial. Mas o nosso objectivo é simples: estabelecer a verdade quanto a como e a quem, de facto, ganhou a guerra. Ultimamente, durante as celebrações do desembarque na Normandia, os governantes ocidentais e os meios de informação seus aliados, procuraram convencer os povos de que a guerra havia sido decidida com o corajoso desembarque das tropas anglo-americanas e canadianas no célebre «Dia D». Mas isso não é verdade, como veremos. A guerra começou a ser ganha em Moscovo, em Stalingrado e Kursk, nunca é demais repetir-se.

Em 1944, há 50 anos, o sentido da guerra esclarecera-se. De um lado, o Exército Vermelho, tendo resistido à criminosa «Operação Barbarosa» e conseguido nos épicos confrontos registados às portas de Moscovo, em Stalingrado e em Kursk, históricas vitórias, marchava, rápida e gloriosamente, para a libertação total do território da URSS e consequente invasão da Alemanha; do outro, os aliados, atónitos face aos acontecimentos que se desenvolviam a leste, tinham decidido, finalmente, invadir a França e abrir, assim, uma 2.ª frente de combate que obrigaria os nazis a dispersar recursos e, portanto a enfraquecerem-se.

«Como é possível compreender-se a natureza extremamente passiva da guerra, a Ocidente? Que novos acontecimentos serão de esperar?»

Estas foram as perguntas do general Jukov, em Maio de 1940, quando designado por Stalin para o posto de comandante do Distrito Militar Especial de Kiev. O dirigente supremo da URSS respondeu:

«Os governos francês e britânico, chefiados por Daladier e Chamberlain, não têm a mínima intenção de se envolverem a fundo na guerra contra Hitler. Recusaram, em 1939, formar connosco um bloco político-militar que impedisse Hitler de tentar a invasão da URSS. Mas penso que pagarão um preço muito alto por esta política de vistas curtas».

Muitos historiadores, biógrafos, escritores de memórias, gostam de perguntar: «Ah, mas o que teria acontecido se...» A verdade é que se os governos inglês e francês se tivessem unido com o soviético contra os agressores de 1939, o destino da Europa teria sido diferente. Mas o grande interesse dos dois governos ocidentais parecia óbvio — lançar a Alemanha hitleriana contra a União Soviética e vê-las dilacerarem-se para, mutuamente, se reduzirem a pó.

O ano de 1941 foi um ano negro. Stalin, proféticamente, dissera: «A vitória pertencerá ao campo que tiver mais tanques

e mais divisões motorizadas» Vozes do passado (Kulik) manifestavam reservas. E Timochenko, Comissário para a Defesa, esclarecera: «Kulik é o único homem que ainda se mostra confuso nestas matérias» Jukov é nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército Vermelho. (1) Mas surge, com inesperado fatalismo, a questão angustiosa das fortificações que se haviam feito erguer para protecção das fronteiras soviéticas ocidentais. Tinham sido construídas em posições extremamente frontais (Brest, por exemplo). Essas fortificações, cuja construção terminara dias antes da invasão germânica, esperava-se

intensificara. Todo o sistema ferroviário nazi trabalhava dia e noite, febrilmente. A um passo da fronteira soviética, achavam-se estacionadas 47 divisões de tropas de «élite» da «Wehrmacht» incluindo 28 «Panzer» e motorizadas. E os soviéticos sabiam que certos distritos militares (Occidental, Kiev, Odessa) não estavam em condições de resistir com êxito ao ataque iminente.

Então, adoptando várias medidas que revelavam uma terrível atmosfera de quase pânico face à hecatombe que já não era possível ignorar, o comando soviético começou a



que constituíssem o sector principal contra o qual a furiosa máquina de guerra nazi se lançaria na máxima força. Mas a instalação de unidades de artilharia nas mesmas, fôra lenta — se as áreas fortificadas fossem esmagadas logo nos primeiros dias do imenso impacto, o que restaria à URSS, além das vidas dos seus homens e mulheres, como instrumento credível de defesa do país? Nada.

Os meses corriam e as principais autoridades políticas e militares soviéticas sabiam bem aquilo que as aguardavam. Nada menos de 120 divisões nazis posicionadas para o histórico ataque, apenas aguardavam a ordem final do «Führer» E, entretanto, a vida soviética que Lenin desejara criar, começara a florescer. Os planos de desenvolvimento cumpriam-se com êxito. A economia encontrava-se, ganhava ritmo. Não existiam interesses chamando a si os frutos do esforço da sociedade. A juventude era a única classe que disfrutava de privilégios — mergulhava na educação e na cultura; conhecia os desportos. Mas havia gente que escondia no seu íntimo uma enorme sede de vingança contra o Estado socialista soviético. No fundo, até desejavam que os alemães chegassem, para lhes darem a mão...

E perante o enorme perigo que espreitava, o Presidium do Soviete Supremo decretara o dia de 8 horas de trabalho na semana de seis dias, passando a ser vedado aos trabalhadores e aos funcionários de todos os ramos da actividade a possibilidade de mudança de emprego sem permissão oficial. A temida invasão que a URSS tudo fizera para evitar, ia, finalmente, materializar-se. Em Junho de 1941, os alemães tinham 8.500.000 homens em armas e notara-se, a partir de 25 de Maio, que o movimento de transporte de tropas, para leste, se

deslocar reforços para as zonas tidas como mais vulneráveis — as áreas fortificadas de Slutsk, Sebezh, Shepetovka, Izyaslavl, Starokonstantinovka, Ostropolye, Letichev, Mogilev, Yampol, Novograd-Volinski, Minsk, Polotsk, Mozir. O 22.º Exército, foi chamado dos Urais para Velikie Luki; o 21.º, do Volga para Gomei; o 19.º, do Cáucaso para Belaya Tserkov; o 25.º Corpo de Atiradores, de Kharkov para a Dvina ocidental; o 16.º Exército, da zona do Trans-Baikal para Shepetovka, na Ucrania. O 19.º Exército, acabado de organizar no Distrito Militar do Cáucaso-Norte, chegaria a Cherkassi, a 10 de Junho, comandado por Ivan Konev.

Estas e muitas outras medidas tomadas a alguns dias, apenas, da invasão, não podiam, todavia, impedir o inevitável. Jukov, percorria o país procurando fortalecer os respectivos sistemas de defesa. E Begramian, então coronel e comandante de operações no distrito de Kiev, buscava reforços em todos os cantos da vastíssima União Soviética. Lukin, vinha a caminho. Mas, como um oceano em fúria que gerava em si a violência e a barbaridade com que alagaria e destruiria todo um continente, o 22 de Junho surgia. O povo soviético tinha muitas lágrimas para chorar e muito sangue para verter. Os comunistas viviam horas gravíssimas e as suas responsabilidades não eram poucas. Na sua frente, erguer-se-iam anos de luta, de angústias e de morte. Como enfrentariam tamanhas provações?

(1) O Estado-Maior do Exército Vermelho tinha sido chefiado por Iegorov, desde 1931; pelo marechal da URSS, B. M. Shapashnikov, a partir de 1937, e pelo general Meretkov, de Agosto de 1940 a Fevereiro de 1941.

Da nostalgia das armas nucleares à apologia de Hiroshima

■ Miguel Urbano Rodrigues

Um deputado britânico, Lord Finsberg, vice-presidente da Comissão Política da Assembleia da Europa Ocidental, não hesitou em expressar em Paris o seu apoio firme ao lançamento das bombas atómicas contra Hiroshima e Nagasaki. Considerou correcta a monstruosa decisão do governo americano em Agosto de 1945.

A afirmação foi proferida durante a 40.ª sessão da Assembleia Parlamentar da UEO, no final de um polémico debate sobre o papel e o futuro das armas nucleares.

O relator do documento discutido, o liberal belga De Decker, defendeu a necessidade da estruturação de uma força «de dissuasão nuclear» europeia, sugerindo que a França e o Reino Unido se entendam para partilhar com outros membros da UEO – entre os quais a Alemanha – a sua capacidade nesse terreno de modo a fazer dessa Força uma pedra angular da PESC.

O presidente da Comissão de Defesa, o deputado (e ex-ministro) Baumel, ao apoiar com calor a proposta de De Decker sentiu a necessidade de a justificar com o argumento de que o fim da guerra fria e o apagamento do inimigo tradicional não eliminou os perigos que ameaçam a segurança da Europa.

«A essa espécie de binómio nuclear que durante trinta anos pesou tanto sobre o nosso Continente substituiu-se insensivelmente – sublinhou – outro panorama estratégico. Por outras palavras, o Norte está a caminho de se desnuclearizar com prudência enquan-

to o Sul faz esforços desesperados para se nuclearizar. Assim, a ameaça apocalíptica de um ataque nuclear vindo de determinado país do Leste cede progressivamente o lugar ao risco de ataques vindos de outros continentes, que seriam certamente menos poderosos e que utilizariam mísseis isolados e «selvagens», mas susceptíveis de criar uma ameaça para as populações submetidas a chantagem nuclear por parte de alguns estados terroristas.

A transição dispensa comentários. É esclarecedora do espírito que dominou este debate alucinatório na Assembleia Parlamentar de uma organização que aspira a ser o « pilar da segurança europeia », com o patrocínio dos chefes de Estado e de Governo dos países membros da NATO.

Alguns deputados distanciaram-se inicialmente da tese segundo a qual a segurança na Europa passa pela criação de « uma força de dissuasão nuclear » de âmbito continental. Um parlamentar inglês manifestou-se mesmo a favor do desarmamento unilateral, mas, na hora da votação, acompanhou os seus colegas.

Como representante do Partido Comunista Português na Assembleia fui o único deputado a criticar a proposta de reco-



mendação e as suas conclusões. Ninguém, entretanto, me acompanhou no voto contra ambas. O isolamento traduz bem o momento que se vive na Europa. Um vento de direita sopra nas instituições europeias que assumem o espírito do Tratado de Maastricht.

“O futuro dessas armas será a sua eliminação”

Publicamos a seguir algumas passagens da intervenção que o camarada Miguel Urbano Rodrigues fez em Paris, a abrir o debate sobre o Relatório Decker relativo «ao papel e futuro das armas nucleares»:

«(...) O simples facto de estarmos aqui a discutir um projecto de recomendação sobre o futuro das armas nucleares chama-nos a atenção para uma dura realidade. Existem no planeta, acumuladas, armas nucleares suficientes para pulverizar tudo o que foi criado pelo Homem e para eliminar a própria vida na Terra. Não há qualquer previsão para o desaparecimento de novas e sofisticadas armas nucleares que continuam a ser produzidas. Mas o debate em torno da utilização eventual dessas armas monstruosas, esse prossegue.

«(...) Na melhor das hipóteses, a aplicação total dos Tratados Star I e Start II não se fará antes do Ano 2000. Porquê?

«As respostas são difíceis e insatisfatórias porque falta sinceridade aos argumentos invocados para tentar justificar a lentidão do processo de desarmamento e, o que é ainda mais grave, as estratégias que admitem e sugerem o recurso à utilização de armas nucleares.

«No que se refere à UEO e à sua posição relativamente à chamada dissuasão nuclear, as ambiguidades principiam no próprio texto do Tratado de Maastricht e no papel que segundo este será o da UEO.

«(...) A tese do « pilar europeu da NATO », constante do Tratado da União Europeia, retomada e aprofundada na Declaração de Janeiro de Bruxelas pelos chefes de Estado e de Governo dos países da NATO, aparece cada vez mais como figura de retórica concebida para ocultar a transparente hegemonia política e militar dos EUA.

«O discurso ontem pronunciado aqui pelo general Joulwan, comandante supremo das forças da NATO na Europa, somente contribuiu, aliás, para reforçar essa minha convicção.

«(...) É inquietante verificar que a teorização sobre a suposta necessidade da manutenção dos arsenais nucleares volta a contaminar a Europa. Lamentavelmente, muitos generais, no Ocidente e na

Rússia, continuam a pensar que o presidente Eisenhower tinha razão quando tornou público o seu famoso desabafo: «se essas armas forem utilizadas contra objectivos estritamente militares não vejo

razão alguma para não as empregar, tal como utilizaria uma bala ou qualquer tipo de munição».

«É terrível, mas real. Em nome de princípios sagrados e do amor à democracia e à liberdade, homens de Estado e militares investidos em comandos de enormes responsabilidades retomam o discurso sobre a possibilidade do uso de armas condenadas há muito pela consciência universal.

«Não se fala agora no holocausto. O discurso mudou, é mais cauteloso. Mas, parafraseando MC Namara nos anos 60, admite-se outra vez que os armamentos nucleares podem ser uma necessidade inelutável desde que encarado o seu emprego «de maneira racional» e limitada.

«(...) Os debates travados nos EUA são, aliás, esclarecedores de moti-

vações dos defensores das armas nucleares totalmente estranhos à segurança europeia. É o caso daqueles que preconizam a produção de «armas nucleares inteligentes», de fraca potência, sugerindo o seu eventual emprego contra países do Terceiro Mundo qualificados de «irresponsáveis e perigosos». (...) A suposta ameaça representada por estes países está a tornar-se o principal argumento a favor da manutenção das forças de «dissuasão nuclear» dos EUA.

«(...) É do domínio público que a produção e posse de armas nucleares por duas potências membros da UEO, a França e o Reino Unido, gera situações muito embaraçosas. Sendo muito diferentes os conceitos estratégicos de ambas no tocante à «dissuasão nuclear», é praticamente impossível estabelecer uma doutrina comum e dissipar as legítimas desconfianças de outros países da UEO.

«As forças do Reino Unido, cujo governo é muito atlantista, estão colocadas sob o comando da NATO. Em caso de guerra, as decisões fundamentais seriam portanto tomadas pelos EUA. Quanto à França, não participa nos trabalhos do Grupo que na NATO se

ocupa dos planos nucleares. A única missão da sua força nuclear é a defesa do território nacional. A Alemanha, que não produz armas nucleares, está naturalmente excluída de qualquer participação directa no terreno nuclear. Até quando? Esse país é o motor económico da União Europeia.

«A autonomia que Washington pretende manter no domínio nuclear reduz a proporções muito modestas o significado do debate aqui travado sobre o papel e o futuro das armas nucleares.

«Anthony Lake, o influente assessor do Presidente Clinton para os Assuntos de Segurança, foi muito claro ao declarar na Universidade John Hopkins que «um único factor deve determinar a natureza multilateral ou unilateral da acção dos EUA: os interesses da América. Devemos agir – disse então – numa perspectiva multilateral quando isso serve os nossos interesses, e devemos pelo contrário intervir unilateralmente quando isso corresponde aos nossos objectivos».

«Essas palavras são esclarecedoras da posição subalterna que os EUA atribuem aos seus aliados europeus em questões de segurança.

«O sr. De Decker sublinha que hoje vários países signatários do Tratado de Maastricht não podem partilhar a política de «dissuasão nuclear», a menos que seja criada uma união política homogénea e uma autoridade política comum. Contrariamente ao relator, penso que a História demonstra que tal convergência política, ao abrir as portas a uma estratégia comum, com uma componente nuclear, seria uma fonte de novas tensões e perigos, uma ameaça concreta à paz.

«(...) Não poderemos ter no Mundo uma segurança real enquanto não se puser um paradeiro definitivo à venda de armas pesadas a países que não precisam delas para nada. Entretanto, não existe qualquer projecto nesse sentido. A hipocrisia, a ambição e o egoísmo continuam a impedir uma luta séria e humanista contra o comércio sórdido e criminoso das armas.

«(...) Desaprovo, portanto, o projecto de recomendação ao Conselho e as suas conclusões. O progresso do desejado processo de desarmamento – aguardado com esperança pela humanidade – exige o desmantelamento total dos arsenais nucleares acumulados. A continuidade das civilizações criadas pelo homem é incompatível com qualquer tipo de utilização de armas atómicas, sejam elas antigas ou novas. O futuro dessas armas será, assim o espero, a sua eliminação da Terra.

O Governo apresentou uma proposta de lei de alteração à Lei 29/82 - Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA). Torna-se indispensável referir que este objectivo consta do Programa do Governo o que traduz, desde logo, a importância política que o PSD atribui à proposta que agora apresentou. A proposta do Governo visa "somentemente" alterar o método de escolha das chefias militares. E dizemos somente não porque consideremos de pouco alcance e significado político, mas porque, no nosso entender, se impunha uma revisão global da Lei no quadro de uma ampla discussão e ponderada reflexão.

Na "exposição de motivos" que apresentou, o Governo assegura que "a presente proposta do Governo não bolee com as competências atribuídas nesta matéria ao Presidente da República".

Afirma ainda que "o actual regime (de escolhas das chefias militares, dizemos nós) que a conjuntura político-social existente em 1982 (...) permite compreender, deve (...) ser sujeito a cuidada reflexão". Durante este período, diz o Governo, "assistiu-se à consolidação e à concretização definitiva dos princípios fundamentais então assumidos: a **obediência** (sublinhado nosso) das Forças Armadas aos órgãos de soberania, o seu rigoroso apertadismo, a sua inserção na administração directa do Estado...".

E continuando na "exposição de motivos" refere ainda que "o actual regime é passível de criar bloqueamentos decisórios..." e que "a situação é tanto mais grave quanto é certo que, apesar de se conferir ao Governo um direito formal de proposta, na prática reduz-se a intervenção deste...". Acrescenta a seguir que "o regime proposto é, para mais, aquele que melhor se aproxima dos sistemas em vigor na generalidade dos nossos parceiros da OTAN, da UEO e da União Europeia. A análise de direito comparado é absolutamente inequívoca nesta conclusão".

O peso da palavra «obediência»

Antes de entrarmos um pouco mais a fundo na proposta do Governo, importa tecer algumas considerações sobre alguns aspectos contidos nesta "exposição de motivos".

Desde logo há a destacar a palavra "obediência" com toda a carga que a mesma comporta e que diz bem da forma como o Governo, o PSD, encara a Instituição Militar.

Somos inequivocamente pela submissão das FA's ao poder político e não entendemos que possa ser de outra forma, mas não olhamos os militares como peões de qualquer jogo político-partidário, meninos bem comportados desprovidos de opinião e sentimentos.

Poder-se-ia dizer que a palavra "obediência" não tem essa carga, mas dificilmente poderá o Governo argumentar que assim não é, na medida em que o conteúdo inserto noutra legislação em discussão aponta exactamente no mesmo sentido. No Projecto-Lei de Bases da Justiça e Disciplina Militares o Governo eleva a valores fundamentais a hierarquia, a obediência, a missão e a segurança, valores estes, se assim se podem chamar, que não são mais do que valores instrumentais e que jamais podem assumir-se como bens jurídicos militares.

Por outro lado, no projecto que visa regulamentar o direito de queixa dos militares ao Provedor de Justiça, o Governo o que pretende de facto é criar um estatuto de excepção para os militares, ignorando a Constituição da República e o Estatuto do Provedor de Justiça.

Outro aspecto a salientar é o da "inserção na administração directa do Estado", do qual deveria resultar toda uma consequência lógica no plano de direitos, regime disciplinar e judicial militar mas

Forças Armadas Governamentalização SOMA e SEGUE



que o Governo na realidade não extrai. Isto é, tal princípio só importa para justificar maior controle governamental sobre as FA's e... ponto final.

O mesmo no que concerne à "análise de direito comparado". Tal método de análise deveria levar o Governo, o PSD, à descoberta de que a maioria dos países da OTAN, UEO, União Europeia reconhecem aos militares dos seus países o direito ao associativismo representativo, com regras de diálogo institucionalmente dignas.

Também neste aspecto o "direito comparado" serve para o Governo justificar medidas governamentalizadoras da Instituição Militar e... ponto final.

Aliás a fuga do PSD à discussão da problemática dos direitos dos militares, aspecto que está directamente ligado com a necessidade de rever o Artigo 31º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), é a questão chave pela qual o Governo ao apresentar esta proposta de lei limita o seu âmbito ao método de escolha das chefias.

Em boa verdade se diga que a palavra "obediência" tem consequência lógica...

Alterações dos equilíbrios institucionais

A proposta do Governo extingue o cargo de Vice-Chefe de Estado-Maior General e elimina a competência do Conselho Superior de Defesa Nacional de "propor ao Presidente da República a nomeação e a exoneração dos Comandantes-Chefes, por iniciativa do CEMGFA", ou seja, passa a chamar ao Governo tal competência.

E não é certo que se mantenham os equilíbrios institucionais entre os diversos órgãos de soberania, como afirma o Governo.

Na verdade, as alterações propostas ao Artº 29º, ponto 3. atribuem "ao Ministro da Defesa Nacional, sob proposta do Chefe do Estado-Maior General ou do Chefe de Estado-Maior respectivo", a competência de nomear e exonerar:

- Vice-Chefes de Estado-Maior dos Ramos;
- Comandante Naval;
- Comandante do Comando Operacional das Forças Terrestres;
- Comandante do Comando Operacional da Força Aérea;
- Comandantes dos Comandos Operacionais dependentes directamente do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas;

f) Comandantes do Governo Militar de Lisboa, das Regiões Militares do Norte e do Sul e das Zonas Militares dos Açores e da Madeira;

g) Directores do Instituto Superior Naval de Guerra, do Instituto de Altos Estudos Militares e do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea;

h) Comandantes da Academia Militar, da Escola Naval e da Academia da Força Aérea.

Nem o facto de o Governo propor que as nomeações referidas na alínea a) à alínea d) devem ser confirmadas pelo Conselho Superior de Defesa Nacional, retira o alcance e significado político à proposta governamental.

Limitamo-nos a esclarecer que o Conselho Superior de Defesa Nacional, que é presidido pelo Presidente da República, é composto por oito ministros, mais os ministros da República e Presidentes dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, dois deputados à Assembleia da República, por ela eleitos, o CEMGFA e os três CEM's.

Assim sendo, a pergunta impõe-se: que poderia o Governo querer nomear e exonerar mais?

Na verdade, a proposta do Governo vai mais longe do que aquilo que certos analistas de serviço a este tipo de matérias referiram como sendo objectivo do Governo.

A proposta visa atribuir ao Governo o papel de placa giratória "transmissora e transmitente" no que concerne às chefias militares propriamente ditas e puxar a si a capacidade de nomear e exonerar os Comandantes do que tem conteúdo operacional ou importância formativo-doutrinal como sejam as Escolas, Academias e Institutos.

O corolário de uma ofensiva

A proposta do Governo PSD é o corolário da ofensiva governamentalizadora-controladora das FA's, encetada vai para quatro anos e que tem tido da parte do PS a concordância nos aspectos fundamentais e, relativamente à qual novos passos, como seja a desconstitucionalização do SMO, são eleitoralisticamente anunciados pelo Secretário Geral do PS.

E sobre esta matéria foi verdadeiramente "demolidor" ouvir o deputado Ângelo Correia do PSD no Programa da SIC "Terça à Noite" afirmar que a redução do SMO foi um enorme erro e que infelizmente ter-se-á de caminhar para a sua desconstitucionalização. Exactamente o mesmo deputado que, quando da discussão e aprovação na Assembleia da República da Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, disse que importava rever o Artº 31º da LDNFA (Restrições de Direitos aos Militares) mas que o momento não era oportuno.

Pelos vistos, tudo é oportuno na televisão e nada é oportuno nos locais e momentos próprios.

Mas também nesta matéria o PS não fica atrás. Afinal é uma conhecida socióloga e membro do Secretariado do PS - Maria Carrilho -, que num seu livro agora editado, afirma que o PS não tem uma posição clara sobre a matéria dos direitos dos militares.

A proposta do Governo PSD é o corolário da ofensiva governamentalizadora-controladora das FA's, encetada vai para quatro anos e que tem tido da parte do PS a concordância nos aspectos fundamentais.

Assim, a questão que colocamos é se o PS está ou não disposto a aclarar a sua posição e se, no quadro da proposta agora apresentada pelo Governo, está disposto a defender o alargamento do âmbito de revisão da LDNFA, contemplando nela o Artº 31º.

Como afirma o preâmbulo do projecto de lei do PCP de alteração ao Artº 31º entregue na Assembleia da República "num momento em que por toda a Europa e por todo o mundo se afirmam os direitos e liberdades individuais, como componente essencial e inalienável da democracia, a permanência das drásticas restrições de direitos contidos no Artº 31º constitui um inaceitável ferrete que afasta os militares do conjunto da sociedade...".

Palavras e Cromos

■ Urbano
Tavares
Rodrigues

Os Netos de Norton ou as Décadas de Segredo

«Os Netos de Norton» é o romance de uma geração, que, apesar do distanciamento procurado pelo autor, vai inevitavelmente levantar polémicas, paixões e uma onda de nostalgia.

Não quer ser apenas a evocação da vida, em Lisboa, dos estudantes das antigas colónias, centrada no seu fervor independentista e revolucionário, durante os anos cinquenta e sessenta. Cumpre tal propósito e nesse aspecto até coincide com a primeira parte de «A Geração da Utopia», de Pepetela. Mas o novo livro de Orlando da Costa respeita menos aos que por aqui passaram e depois se lançaram na grande fogueira das guerras de libertação do que àqueles que por cá ficaram e, africanos ou indianos de origem, acabaram por viver e construir o destino de Portugal.

Obra irrepreensivelmente bem escrita, por vezes tocada de uma quente beleza estilística, carregada de afectos e de sonhos e até da sua decomposição, ou combustão, mostra-nos as ruas, casas e parques de uma Lisboa já parcialmente desaparecida, com suas gentes, seus cheiros, suas gírias, suas referências culturais — os livros que se liam, o nascer de quadros e dos seus pintores e a repressão que sobre eles se abatia, os filmes, as músicas que estavam no ouvido, o «galinheiro» de São Carlos, as reuniões de jovens e artistas, os bailes da Casa dos Estudantes do Império, os lugares de encontros clandestinos, as palavras e os gestos pelos quais o amor se dizia. Porque «Os Netos de Norton» é também um romance de amores, que podem ser humaníssimos e comoventes, na sua precariedade nunca escondida, como os de Raul e Gabriela, ou fulgurantes, como os de Augusto e Dotty, com seu lastro teatral.

A camaradagem tem igualmente um grande peso na narrativa. Gabriela, figura envolvente desde que é pela primeira vez evocada, combina a sensualidade e a ousada ponderação, o gosto do risco e a necessidade de ancorar. Desejam-na os três heróis do romance. Ela é o emblema positivo e sorridente de um grave jogo dos vinte anos: a busca de vida. Será no futuro uma mulher de combate.

Por detrás do núcleo de personagens mais elaboradas, a que pertencem, além dos já citados, o narrador e a enfermeira Gracinha e ainda Ricardo e Rebelo, o filho família alentejano, anti-salazarista na juventude, e o inspector da PIDE, está o povo português, representado pela Gertrudes de Grândola, que Gabriela vem a conhecer na prisão, e pelo guarda-freio da Carris, pelos homens da rua.

Sem que «Os Netos de Norton» alguma vez se pareça com uma crónica, pois os acontecimentos históricos incorporam-se no romance com extrema naturalidade, lá estão, balizando a acção, vertebrando-a, iluminando-a, esses factos que foram, para muitos de nós que estamos lendo o livro de Orlando da Costa, os grandes marcos das nossas vidas: a campanha de Norton de Matos e a de Humberto Delgado, data em que a narrativa se inicia, o assalto ao Quartel de Beja, o princípio das guerras coloniais, a tomada do Santa Maria, as greves académicas dos anos 60, o Maio francês e a sua repercussão na sociedade portuguesa, o incidente da Capela do Rato.

Todas as forças componentes da Resistência ao fascismo (republicanos históricos, comunistas, democratas de esquerda que haviam de formar mais tarde o Partido Socialista, cristãos progressistas) perpassam, algumas só ao longe, nas páginas deste romance, que, sendo convicto e profundo, nada tem de demagógico ou de partidário, no sentido limitativo da expressão.

A guerra da Guiné, em que Raul participa, como oficial médico, integrado no exército português, é-nos rapidamente dada, em páginas de uma impressionante vibração de linguagem.

Ferido numa perna, em acidente de helicóptero, Raul será transferido para Lisboa e ficará para sempre coxeando, com marcas da guerra no visível e no invisível do seu corpo.

O ritmo da narrativa acelera-se. Algumas cenas posteriores ao 25 de Abril — escassas e breves —, que de certo modo parecem apelar para um desenvolvimento, ou continuação do romance, contam por alto, mas eficazmente, com uma lúcida e pungente serenidade, a separação de Raul e Gabriela, mostram o reencontro e a união de Augusto e Dotty; explicam o mistério do retrato dos netos de Norton, que jazia num caixotão da PIDE. O fotógrafo, apenas entrevisto até então, tem qualquer coisa de figura paradigmática de aventureiro.

Deixa-nos o romance, como se costuma dizer, com água na boca, ou com vontade de mais, de um outro livro sobre a mesma matéria e que consiga ser tão honesto, tão belo e tão autêntico como este.

■ Margarida
Folque

Enfim... confesso!

Confesso: sou um bocado avessa a comemorações de dias mundiais ou internacionais. Sejam eles da mulher, do idoso, do deficiente ou de qualquer outra camada ou sector «desprotegido da sorte». Por muito meritórias que sejam as intenções que lhes estão subjacentes, não sei o que se passa, mas vislumbro sempre nelas uns laivozinhos de hipocrisia. Não consigo evitar que me bata na cabeça uma palavra: branqueamento. De consciências, claro!

A natureza é maltratada e destruída ao sabor de lucros e de interesses mais ou menos obscuros? Comemore-se o Dia da Árvore e apaziguem-se consciências. O desemprego, a marginalização, o descontentamento fazem aumentar o consumo do tabaco que «prejudica gravemente a saúde» e faz morrer «prematuramente»? Comemore-se o Dia do Não Fumador e apaziguem-se consciências. A juventude não tem saídas profissionais, não tem emprego nem habitação, não tem perspectivas de vida? Comemore-se o dia do Estudante e o Dia da Juventude e apaziguem-se consciências. As mulheres são discriminadas, despedidas, subalternizadas? Comemore-se o Dia Internacional da Mulher e apaziguem-se consciências.

Porquê, de repente, esta mágoa? Esta mágoa é a propósito da comemoração do Ano Internacional da Família, sobre o qual não há cão nem gato que não se pronuncie. Até eu!

A verdade é que prezo de mais a família para vê-la tratada a nível de «núcleo fundamental da sociedade». Haja Deus! De que família se trata? Da do dr. Braga de Macedo? O que é que ameaça a família? A mulher que optou por criar sozinha o seu filho? Que valores se pretende, afinal, preservar? Os da família tradicional, do chefe de família, da mãe fada do lar, dos filhos respeitosos e obedientes que só respondem quando são interrogados?

Defender a família? Que família? Como?

Que «qualidade» de família pode ter uma criança, cujos pais saem às 7 horas da manhã de casa, vão deixá-la a correr na avó, na ama, na vizinha (ou entregue a si própria, simplesmente), gastam 2 horas nos transportes, submetem-se a condições e ritmos de trabalho alucinantes, retomam os transportes por mais 2 horas, chegam a casa, tapam-lhe a boca com um qualquer apressado jantar e mandam-na para a cama porque estão exaustos?

Que «qualidade» de família pode ter um pai ou uma mãe que sai às 7 horas de manhã de casa a correr, para deixar angustiado(a) o seu filho «algures» (parecia-lhe

que ele estava com febre mas... o que for soará, que agora não há tempo!) e passa o dia a trabalhar debaixo da dupla angústia de pensar o filho doente e de ter eventualmente de faltar ao trabalho para o levar ao médico, com todos os custos que isso acarreta (que isso da Lei da Maternidade/Paternidade é para CE ver!)?

Que «qualidade» de família pode ter um jovem que não encontra trabalho nem tem perspectivas de tão cedo o vir a encontrar, que se sente um «peso» para os pais, e que vê cada vez mais distante a possibilidade de um dia ter casa e constituir a tão idealizada família?

Que «qualidade» de família podem ter uns pais que ao fim de anos e anos de trabalho e sacrifícios para assegurarem ao filho uma vida melhor que a sua, constatarem que o filho, ao fim de tantos anos, afinal, não tem absolutamente nada assegurado?

Que «qualidade» de família pode ter um velho pai ou uma velha mãe, que tendo como preocupação única ser «leve» ao filho e como desejo único continuar a vê-lo, só com ele contacta duas ou três vezes por ano porque este não tem condições para o ter consigo, nem sequer para o visitar regularmente?

Note-se que estou a falar de famílias privilegiadas, em que, supostamente, pai e mãe têm casa, emprego e um salário ao fim do mês!

Por favor! O que é a família desligada do quotidiano e dos (por vezes dramáticos) problemas que ele coloca?

Não me fale em preservar a unidade da família, quem objectivamente limita aos jovens a constituição de uma família e os impede de ter o número de filhos que desejam, quem dificulta os momentos de convívio e de lazer entre o agregado familiar, quem corrói os laços afectivos entre gerações!

Não me fale em «núcleo fundamental da sociedade», quem na sociedade promove valores como o individualismo e o «salve-se quem puder»!

Não me fale em comemorar o Ano Internacional da Família quem no Governo leva à prática toda uma política no sentido da sua crescente desagregação!

Céus! Tanta mágoa, porque?

Enfim... confesso: esta aversão a comemorações é mesmo um preconceito. Passadas que são as mesmas, faço sempre um «acto de contrição» e reconheço que, por muita hipocrisia que haja por trás de cada comemoração, elas nunca são totalmente inúteis. Prova disso é eu estar neste momento a «debitar» reflexões.



feita

NÃO TE
ESQUEÇAS!

Feita

Avante!

2.3.4

SETEMBRO

ATALAIA • AMORA • SEIXAL

*vamos construir
a Festa!*

Há trabalho na Atalaia!



**Jornadas
de trabalho
todos os**

**fins de semana
a partir de
18 e 19 de Junho**

Colabora! Participa! Traz outro amigo também!

Feita de Abril

Gastronomia

Exposições

Livros

Artesanato

Desporto

Teatro

Debates

Sol

Regiões

Países

Danças

Solidariedade

Música

Povo

Política

Juventude

Cultura

Discos

Gente amiga

Ideias

Paisagem

HÁ OUTRA

festa

Concretizar projectos

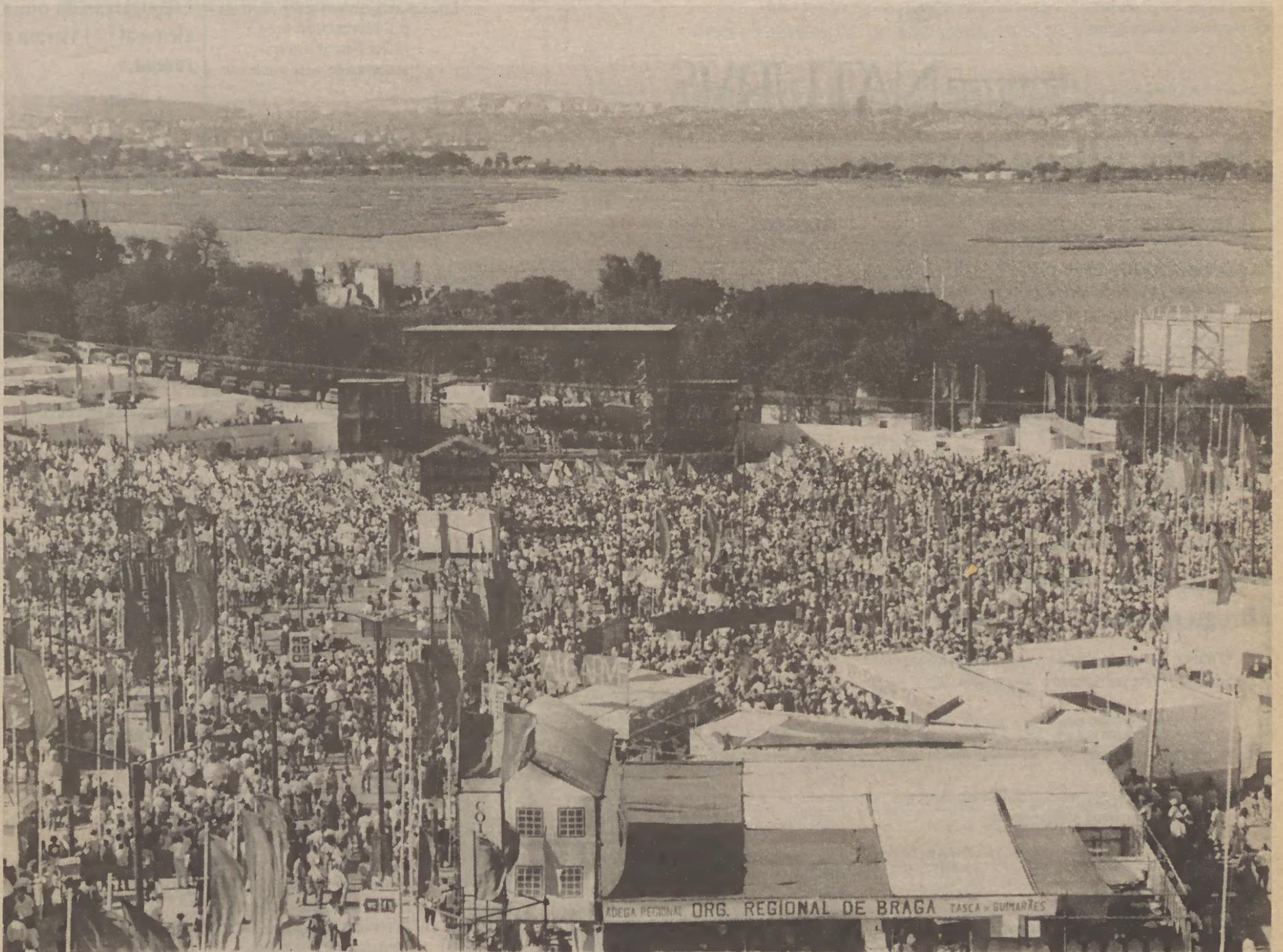


QUINTA DA ATALAIA
2.3.4
4 de SETEMBRO 1994
Rua D. João de Castro, 100 - 4050-101 Vila Verde

É preciso comprar já a

EP - entrada permanente - é o nome do bilhete que dá acesso ao recinto da "festa!" durante os três dias da sua realização. Mas é também um título de solidariedade! Uma solidariedade que pode assim ser manifestada com esta iniciativa dos comunistas portugueses. É necessário que todas as organizações do Partido aumentem o seu esforço de venda antecipada da EP, de forma a assegurar que os projectos existentes para a edição de 1994 da Festa do «Avante!» possam, de facto, vir a realizar-se. Existe algum atraso neste domínio, comparado com situações vividas em anos anteriores, que urge rapidamente eliminar. É preciso não esquecer que o fruto da venda da EP é, antes do mais, o seguro de vida da Festa do «Avante!». A EP é a única fonte de receita própria que o Partido Comunista Português dispõe para assegurar a realização de tão importante iniciativa política e cultural. A EP pode ser adquirida nos Centros de Trabalho do PCP ou junto de activistas, militantes e amigos da Festa. Compra já a tua EP.

EP



FESTA IGUAL A ESTA?

«Patrões»

O Governo de Cavaco Silva gaba-se de Portugal possuir a mais baixa taxa de desemprego da Comunidade, dado que esta, oficial e nacionalmente, está em 6,8%, enquanto a média da Comunidade atira para os 10,9%. Infelizmente o Executivo não convoca estes paralelismos entre Portugal e a Comunidade no que toca às médias salariais, às reformas, à assistência social, ao ensino, etc.: aí mantém-se mudo e quedo e não há comparações para ninguém...

Todavia há um «pormenor» nesta análise que o Governo se escusa a interpretar: a maior fatia da criação de postos de trabalho nos últimos anos corresponde ao auto-emprego, fenómeno em que Portugal é recordista não apenas na Comunidade, mas na OCDE. Resultado: Portugal é, igualmente, recordista em número de «patrões»! «Patrões» que, em grande parte, não passam de desempregados

não recenseados, se a expressão se pode utilizar...

Taxas

A acentuada queda de cotações na Bolsa de Lisboa, na ordem dos cinco por cento, levou a falar-se de «mini-crash». O «desaire» bolsista (que só veio

PONTOS CARDEAIS

aprofundar a tendência dos últimos dias) foi acompanhado da desvalorização do escudo e da tendência para a subida das taxas de juro – «tendência» que alguns bancos, como o Espírito Santo e Comercial de Macau, já

tornaram realidade. Nesta jiga-joga entre a especulação bolsista e o aumento dos juros – toda, aliás, determinada pelos mesmos, ou seja, os que detêm o poder económico no País – onde irá parar a «preocupação»

manifestada há pouco pelo grande patronato com as altas taxas de juro praticadas em Portugal cujas, alegadamente, estrangulam a «iniciativa privada»?

Amizades

O governo de direita francês parece já esquecido das desastrosas campanhas coloniais da França na Indochina e, mais tarde, na Argélia e prepara-se para intervir militarmente no Ruanda. Neste quadro, o ditador do Zaire, Mobutu Sese Seko, já colocou o território do seu país à disposição da França para que esta, a partir dali, possa desencadear as suas «operações pacificadoras» no Ruanda. E o regresso de uma antiga amizade – a que unia o sanguinário ditador zairense ao colonialismo francês, agora reencarnado no executivo de direita que tem assento em Paris. Com regressos destes, não é a paz, de certeza, que fica a ganhar. Nem os povos. O sangue que se segue o dirá.



PONTOS NATURAIS

Pelos olhos dentro

A margem do Guadiana

António Valente estava desempregado da agricultura já há oito meses. O seu nome consta de uma lista de famílias carenciadas entregue pela Câmara de Moura ao Ministério do Emprego.

– Como é que se governava durante estes meses todos?
– Os meus filhos é que me ajudavam. Senão, não sei o que devia fazer à vida.

(Jornal da SIC)

O voto líquido

Só nos deram água no domingo, para irmos votar. Apanharam os votos, cortaram-nos a água.

(Mulher do povo, Ermesinde, Telejornal)

Droga no vale

O tráfico interno do Vale do Ave tem vindo a prosperar à medida que a crise vai fazendo o seu caminho.

(Informação 4)

A marca

A laranja espanhola é muito vendida em Portugal, por vezes com marca regional portuguesa.

(José Luís, Serões na Província)

Discriminação

Já tive aí semanas de ter os papéis do barco vistos duas e três vezes. Os espanhóis vejo-os trabalhar aqui a meu lado mais à vontade do que se fossem portugueses.

(Pescador, Serões na Província)

Arqueologia

As actividades marítimas – pescas, salinas e conservas – estão todas em crise. Já quase não existem as famosas conservas de Vila Real de Santo António. Restam duas fábricas em estado preocupante. É a ruína. É o desmoronamento do sector produtivo da cidade. Por este andar, haverá apenas arqueologia industrial.

(Carlos Alberto Rodrigues, Serões na Província)

Abutres

A Venezuela está mergulhada num clima social e económico muito difícil. A inflação é a maior da América Latina, fora o Brasil. A violência provoca entre 30 e 40 mortos em cada fim-de-semana. Morrem à fome, por dia, três pessoas. Em Caracas, as aves de rapina pairam sobre os arranha-céus – e o simbolismo da imagem não está longe da realidade. Oito bancos faliram. Todos dizem que algo vai acontecer. Os acontecimentos de 89, quando a população pobre das favelas que circunda Caracas desceu à cidade para pilhar, o espectro de uma situação dessas continua presente.

(Paulo Nogueira, Jornal da SIC)

Mário Castrim



Então e o SIS?!...

Estranhamente, o reboleço que vai ali para as bandas da Ponte 25 de Abril não está a merecer as devidas atenções do Serviço de Informações de Segurança, popularizado como SIS. Afinal aquele chavascal de buzinas é menos perigoso para a segurança nacional que o sossego do gabinete dum Procurador da República? E aquela estranha maneira de pagar 150 paus com moedas de 10 tostões ou notas de 10 contos não indiciará um ataque em massa à segurança económica do país, tanto mais que está a ser praticada pela generalidade dos que utilizam a ponte? E não importará saber por que raio

milhares de pessoas desataram a proceder como loucos furiosos num local estável, como deve ser uma ponte pênsil? Vamos lá trabalhar como deve ser, meus senhores! Ponham microfones nos tabuleiros e nos

pilares, nos semáforos e na «noiva», nas portagens e nos radares, nos capacetes da Brigada de Trânsito e nas caixas registadoras! E filmem, que diabo! Registem as caras dos automobilistas, a cor dos automóveis, as mãos dos pagantes, o comprimento das bichas, o número das moedas, o tamanho das notas, enfiem-se clandestinamente no trânsito, espriem por baixo dos carros, mas vejam se fazem alguma coisa de jeito!

E reparem no bónus: se calhar até apanham um Procurador da República, ou pelo menos um juiz, com uma mão na buzina e outra a largar moedas de 10 tostões!

FRASES da SEMANA

«Perceber o que se passou»

« (título de «Política à Portuguesa» - «Expresso», 18.06.94)

«Nunca, como nestas eleições europeias, as sondagens e previsões falharam tanto, acabando a noite eleitoral no lote dos derrotados.»

« («Bastidores» - «Expresso», 18.06.94)

«O que parece mais difícil de explicar são os desvios (...) que as estimativas da noite eleitoral (...) vieram a revelar.»

« (idem)

«Pedro Costa, da Euroexpansão, lembra que o objectivo das sondagens feitas fora do dia das eleições é "apenas um retrato do estado da opinião pública numa determinada data" e não uma previsão correcta dos resultados finais.»

« (idem)

«A primeira coisa a dizer é esta: as sondagens estavam certas.»

« (José António Sarai-va, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 18.06.94)

«Abstencionistas votariam PS»

« (Manchete de primeira página - «Expresso», 18.06.94)

«(...) se a maior parte dos abstencionistas de domingo votar no Partido Social-Democrata, nas próximas eleições, pode dizer-se que o PSD já as ganhou.»

« (José António Sarai-va, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 18.06.94)

«A questão está em saber por quantos»

« (idem)

VOLTAMOS
A LEMBRAR:

festa

Avante!

2.3.4
SETEMBRO
ATALAIA • AMORA • SEIXAL

vamos construir
a Festa!

Há trabalho na Atalaia!



**Jornadas
de trabalho
todos os
fins de semana
a partir de
18 e 19 de Junho**

Colabora! Participa! Traz outro amigo também!

festa de Abril

Álvaro Cunhal

nos distritos de CASTELO BRANCO, GUARDA, VISEU, VILA REAL

Castelo Branco

Sexta, 24

Fundão - Jantar-convívio no Restaurante "Marios" (19h30)

Covilhã - Reunião-debate:

"A actualidade do projecto político do PCP e a Alternativa Democrática"
(Sala da Assembleia Municipal)

Guarda

Sábado, 25

10h - Reunião alargada da DORG (CT do PCP)

13h - Almoço-convívio (Rest. "A Grelha")

Viseu

Sábado, 25

15h - Reunião distrital de Quadros (Aud. Museu Almeida Moreira)

20h - Jantar convívio (Ref. do Ciclo Prep. de Viseu "Meia Laranja")
(inscrições: Tel. Viseu 425550)

Vila Real

Domingo, 26

Festa dos comunistas transmontanos
Quinta do Rebentão - Vila Nova da Veiga

Chaves

10h - Concentração no local da festa

12h - Início da festa-convívio. Piquenique

14h - Animação musical com artistas flavienses

15h - Intervenção do camarada Álvaro Cunhal

Plenários em Lisboa

para discussão da situação política e resultados eleitorais,
tarefas em curso, reforço do Partido

Com esta ordem de trabalho reúnem-se nos próximos dias os colectivos partidários das seguintes freguesias da cidade de Lisboa:

- Freguesia de S. Vicente de Fora : sexta-feira, 24, às 21.30, no CT da Graça;

- Freguesia do Beato: sábado, 25, às 16.00, no CT do Beato (Calçada do Teixeira), com a participação do camarada Abílio Martins;

- Freguesia dos Olivais: sábado, 25, às 16.00, no CT dos Olivais (R. Quinta da Fonte, 7, Bº da Encamação);

- Freguesias do Centro da Zona Norte (Alvalade, Campo Grande, S. João de Deus, S. João

de Brito e S. Sebastião da Pedreira): sábado, 25, às 15.30, no CT Vitória, com a participação do camarada Américo Costa.

- Sector Centro Norte de Empresas: terça-feira, 28, às 19.00, no CT da Av. Duque de Loulé.

Plenário em Queluz

Além dos resultados eleitorais e da

situação política, o plenário de militantes a realizar quinta-feira, dia 30, no CT de Queluz, discutirá questões locais - designadamente relacionadas com o trabalho autárquico, o novo hospital e as obras na Estação da CP - e a participação da organização no

trabalho de construção da Festa do "Avante!". No plenário participará o

camarada Jorge Cordeiro.

Reformados de Algueirão

No Centro de Trabalho do PCP de Algueirão tem lugar hoje, quinta-feira, a partir das 15h, uma reunião de Reformados e Domésticas.

Plenário em Coimbra

A organização

concelhia e os sectores sindical e intelectual de Coimbra promovem um plenário de militantes com o objectivo de discutir as eleições para o PE e seus resultados, a situação política e a actividade do PCP, a realizar sexta-feira, dia 24, às 21.30, no Centro de Trabalho de Coimbra. Participa o camarada Sérgio Teixeira.

Caldas da Rainha

Mercado-Festa na Mata do Hospital promovido pela Comissão Concelhia do PCP

Manhã Infantil • Jogos Populares
Almoço e Bar • Quermesse
Música Popular

Venda de produtos agrícolas
Domingo, 3 de Julho, das 9 às 18h

FESTÁ DE S. JOÃO no CT do PCP BRAGANÇA

Quinta, 23, a partir das 21h30

Música para dançar...
Coisas para petiscar...

Associação de Amizade Portugal-Cuba Núcleo de Setúbal

Dia 24 de Julho

CRUZEIRO DA AMIZADE

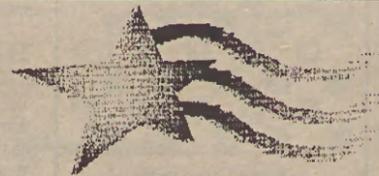
pelo Rio Sado e Costa da Arrábida

A bordo do "Évora", com saída do cais de Setúbal às 11h, paragem das 12h30 às 16h ao largo da Arrábida para ida à praia e almoço; regresso por Portinho da Arrábida e Tróia

Adultos: 5.200\$; crianças até aos 5 anos: grátis; dos 6 aos 12 anos: 50% ("Bebida de boas-vindas" e almoço incluídos)

Inscrições: Loja Joaninha, R. Dra. Paula Borba, 30, Setúbal - Tel. 522478

CPPC - Conselho Português para a Paz e Cooperação



EXCURSÃO A CUBA

EMBAIXADA DE PAZ E DE SOLIDARIEDADE

20 de JULHO a 3 AGOSTO
15 dias

Viagem de avião Lisboa/Havana/Lisboa
Hotéis de *** e ****

Regime de meia pensão e pensão completa
deslocações internas em autopulman

Visitas a Havana, Cienfuegos
Trinidad e Varadero/zona balnear
(poderão ser considerados programas alternativos)

Programa cultural e político
organizado em colaboração com o
Movimiento Cubano por la Paz y la Soberania de los Pueblos

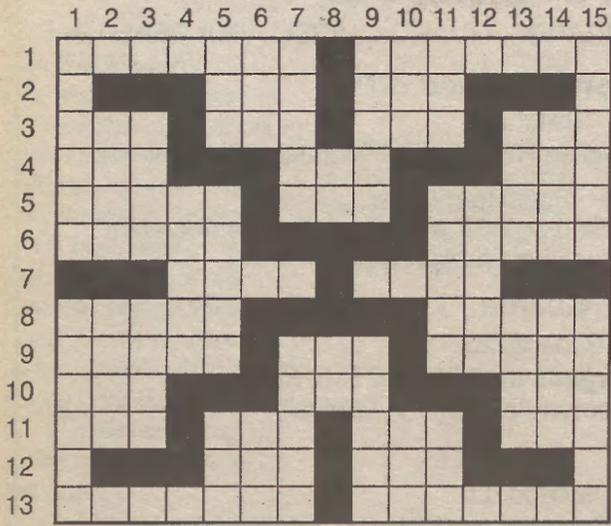
Preço 255 000\$00

Estão também programadas viagens em Agosto e Setembro

Inscrições e outras informações:

Casa da Paz - R. Rodrigo da Fonseca, 56, 2º - 1200 Lisboa
Tel 3863375 - Fax 38632221

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Galanteiam; fruto do abacateiro. 2 - Ave corredora; laços apertados. 3 - Nocivas; ribeira portuguesa; alguma; textualmente. 4 - Época; protóxido de cálcio; ombro (pref.). 5 - Inulgares; flanco; passagem natural ou artificial das águas. 6 - Não menciona; com muita idade. 7 - Porção de terra cercada de água por todos os lados; estado da África ocidental. 8 - Fruto silvestre; empunhara. 9 - Permanecer em silêncio; botequim; curas. 10 - Letra grega; curso natural de água; fruto da ateira. 11 - Chefe etíope; dá upas (o cavalo); pêlos de certos animais; grande quantidade. 12 - Naquelas; altar cristão. 13 - Instrumento rústico de sopro de sons semelhantes ao da flauta; espaço de sete dias (pl.).

VERTICAIS: 1 - Algarismo; ajuste. 2 - Lavram; bosque. 3 - Vestimenta de mulher indiana; remoinhos de água (prov.). 4 - Lança. 5 - Rente; fechar (fig.); liguei. 6 - Patrão; universal (pref.). 7 - Indício; carvão ou lenha incandescente. 8 - O mais (ant.); lamento. 9 - Inutiliza; aves columbinas. 10 - De boa qualidade; cem metros quadrados. 11 - Pega; não falas; o tio americano. 12 - Tempera com anis. 13 - Inércia; irritar-se. 14 - Profundas; mamífero roedor. 15 - Estabelecimento de ensino; planta rasteira, cultivada em hortas e jardins (pl.).

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

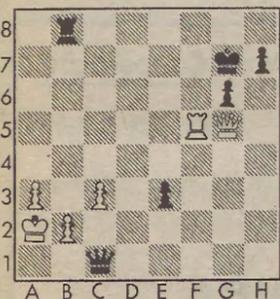
HORIZONTAIS: 1 - Varanda; palácio. 2 - Amua; riso. 3 - Calos; mor; sinas. 4 - Irar; malar; rela. 5 - Lar; cãs; sor. 6 - Ao; seu; sal; rã. 7 - Pilar; rolam. 8 - Ré; más; mas; pá. 9 - Ema; tom; fim. 10 - Silo; veros; lisa. 11 - Irada; rás; citar. 12 - Dela; rama. 13 - Amorosa; solário.

VERTICAIS: 1 - Vacila; resina. 2 - Arão; emir. 3 - Ralar; alado. 4 - Amor; sim; Oder. 5 - Nus; belas; aló. 6 - Dá; uãs; ás. 7 - Mac; ter. 8 - Solar; moral. 9 - Rás; mós. 10 - Ar; som; ró. 11 - Lis; calam; cal. 12 - Asir; lãs; lima. 13 - Cones; fitar. 14 - Alor; pisa. 15 - Ousara; amaro.

XADREZ

CDLXVI - 23 DE JUNHO DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994X045
Por: GIANI BATISTA LOLLÍ
Osservazioni Teorico-pratiche soprail givoco degli scacchi, Modena, 1763

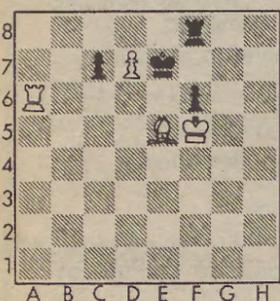
Pr: [6]: Ps. e3, g6, h7-Tb8-Dç1-Rg7
Br: [6]: Ps. a3, b2, ç3-Tf5-Dg5-Ra2



Mate em 7 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1994X046
Por: PÁL FARAGO
Magyar Sakkvilág, 1944

Pr: [4]: Ps. ç7, f6-Tf8-Ré7
Br: [4]: Pd7-Bé5-Ta6-Rf5



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES

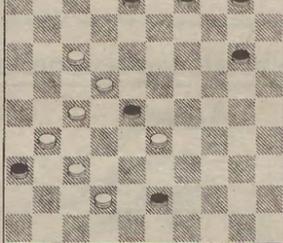
Nº 1994x045 [G.B.L.]: 1. Df6+, Rh6; 2. Dh4+, Rg7; 3. Dd4+, Rh6; 4. Df4+, Rg7; 5. Dè5+, Rh6; 6. Th5+!, gh5; 7. Df6++
Nº 1994x046 [P.F.]: 1. d8=D+, R:d8; 2. Ta8+, Ré7; 3. Bd6+, cd; 4. Ta7+, Rd8; 5. Ré6, Té8+; 6. R:d6 e g.

A. de M. M.

DAMAS

CDLXVI - 23 DE JUNHO DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994D045
Por: GEO DE GEUS
-NL, 1935

Pr: [7]: 8-9-10-20-28-36-43
Br: [7]: 17-22-27-31-33-37-42



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1994D046
GOLPE Nº 74

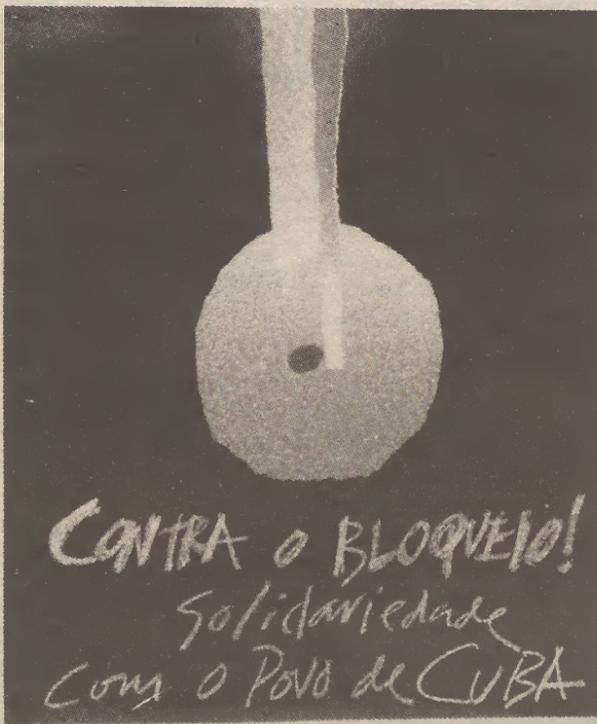
Por: DR. ORLANDO AUGUSTO LOPES
I - 24.IV.52 II - 30.VII.53
[Contra:A.E.I.] [Contra:A.J.F.]
1. 11-14, 24-20 1. 10-14, 22-18
2. 12-16, 20-15 2. 5-10, 23-20
3. 14-19, 23-14 3. 12-16, 20-15
4. 10-19, 21-18 4. 11-20, 24-15
5. 5-10, 18-14 5. 14-19, 18-14
6. 1-5, 22-18 6. 1-5, 21-18



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDLXVI
Nº 1994D045 [G. de G.]: 1. 42-38 (43x12); 2. 37-32, (36x29); 3. 22x2-D+
Nº 1994D046 [Dr. O.A.L.]: 10. 28-23;
11. 19-28, 32-23; 12. 12-28, 22-19; 13. 6-22,
26:1-D+

A. de M. M.



ESPECTÁCULO PROMOVIDO PELA COMISSÃO NACIONAL CONTRA O BLOQUEIO

Teatro S.Luis - 6 de Julho'94 - 21.00 h

TEATRO

CASA DAS ARTES

Porto, R. António Cardoso, 175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **FREI LUIS DE SOUSA**, de Almeida Garrett, encenação de Acácio de Carvalho, pelo TEP

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. - 6ª às 21.30, sáb. e dom. às 16: **GUERRAS DO ALECRIM E MANJERONA**, de António José da Silva., encenação de João Mota (até 26/6)

FACULDADE DE LETRAS

Lisboa, Alameda da Universidade. Tel. 7970969. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **OLEANNA**, de David Mamet, encenação de João Lourenço.

PALCO ORIENTAL

Lisboa, Çç. Duque de Lafões, Tel. 8586997. 5ª a sáb. às 21.45. **MÉDICO À FORÇA**, de Molière, encenação de Pedro Wilson, pelo Grupo Cénico de Direito

TEATRO ABC

Lisboa, Parque Mayer. Tel. 3466745. De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00 e 21.30. **LISBOA, MEU AMOR**, encenação de Francisco Nicholson

TEATRO DA CORNUCÓPIA

Lisboa, R. Ten. Raúl Cascais, 1. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. **MINIMAL SHOW**, de Belbel e Górriz, encenação de José Wallenstein (até 3/7)

TEATRO DA GRAÇA

Lisboa, Trav. S. Vicente, 11. Tel. 875626. De 4ª a dom. às 22.00. **BENT**, de Martin Sherman

TEATRO DA MALAPOSTA

Olival Basto, R. de Angola. Tel. 9388407. De 3ª a sáb. às 21.30, dom.

às 16.00. **O VALENTÃO DO MUNDO OCIDENTAL**, de J. M. Synge, encenação de Rui Mendes

TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. Sáb. às 16.00 e 21.30, dom. 16.00 (5ª e 6ª às 10.30 para grupos organizados). **CINDERELLA Revista à Portuguesa**, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL-Teatro Infantil de Lisboa (até fim de Junho)

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada, R. Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O VALENTE SOLDADO SCHVEIK**, de Jaroslav Hasek, encenação de Jorge Listopad, pela Companhia de Teatro de Almada.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso. Tel. 3471279. *Sala Estúdio*. Sáb. às 21.30: **O ENSAIO DE UM SONHO**, de Strindberg/Ingmar Bergman, encenação de Mário Viegas; dom. e 2ª às 21.30: **EUROPA NÃO! PORTUGAL NUNCA!!**, de Mário Viegas; de 6ª a 3ª às 19.00: **CLOUN DEI**, pelo Teatro Meridional (até 28/6).

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. *Sala Estúdio*: de 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A PARTILHA**, de Miguel Falabella, encenação de António Feio

TEATRO POLITEAMA

Lisboa, R. das Portas de S. Antão. Tel. 3431200. De 3ª a 6ª às 22.00, sáb. e dom. às 16.00 e 22.00. **MALDITA COCAINA**, texto e encenação de Filipe La Féria.

O valentão do mundo ocidental



teatro malaposta

FILMES

QUINTA, 23

Amor Proibido

«Léon Morin, Prêtre» (Fr./1961). Real.: Jean-Pierre Melville. Int.: Emmanuelle Riva, Jean-Paul Belmondo, Irène Tunc. P/B, 130 min. *Drama*. (14.30, SIC)

Ninotchka

«Ninotchka» (EUA/1939). Real.: Ernst Lubitsch. Int.: Greta Garbo, Melvyn Douglas, Ina Claire, Bela Lugosi, Sig Rumann. P/B, 106 min. *Ver Destaque*. (16.20, TV 2)

SEXTA, 24

Diabolicamente Tua

«Diaboliquement Vôtre» (Fr./1967). Real.: Julien Duvivier. Int.: Alain Delon, Senta Berger, Sergio Fantoni, Claude Piéplu. Cor, 95 min. *Crime*. (14.30, SIC)

A Mulher de Duas Caras

«Two-Faced Woman» (EUA/1941). Real.: George Cukor. Int.: Greta Garbo, Melvyn Douglas, Constance Bennett. P/B, 86 min. *Ver Destaque*. (16.25, TV 2)

Johnny Guitar

«Johnny Guitar» (EUA/1954). Real.: Nicholas Ray. Int.: Joan Crawford, Sterling Hayden, Scott Brady, Mercedes McCambridge, Ernest Borgnine, John Carradine. Cor, 110 min. *Ver Destaque*. (00.25, Quatro)

O Quarto Branco

«White Room» (EUA/1990). Real.: Patricia Rozéma. Int.: Kate Nelligan, Maurice Godin, Margot Kidder. Cor, 90 min. *«Thriller» erótico*. (00.50, SIC)

SÁBADO, 25

Norman Jomallsta

«Ress for Time» (Gr.Br./1966). Real.: Robert Asher. Int.: Norman Wisdom, Derek Bond, Angela Browne, Derek Francis. Cor, 99 min. *Comédia*. (12.00, TV 2)

«Get Carter»

(título português não fornecido - EUA/1971). Real.: Mike Hodges. Int.: Michael Caine, Ian Hendry, Britt Ekland, John Osborne. Cor, 108 min. *Ver Destaque*. (15.00, SIC)

Chuka

«Chuka» (EUA/1967). Real.: Gordon Douglas. Int.: Rod Taylor, Ernest Borgnine, Otto Hansbach, John Mills, Luciana Paluzzi. Cor, 104 min. *«Western»*. (16.30, Canal 1)

Cantinflas às Ordens de Vossa Excelência

«Conserie en Condominio» (Méx./1975). Real.: Miguel Delgado. Int.: Mario Moreno (Cantinflas), Claudia Islas, Raquel Olmedo. Cor, 110 min. *Comédia*. (17.00, Quatro)

Crusoe

«Crusoe» (EUA/1988). Real.: Caleb Deschanel. Int.: Aidan Quinn, Elvis Payne, Richard Sharp, Colin Bruce. Cor, 90 min. *Ver Destaque*. (20.30, TV 2)

Complexo de Culpa

«Complex of Fear» (EUA/1992). Real.: Brian Grant. Int.: Hart Bochner, Joe Don Baker, Chelsea Field, Brett Cullen. Cor, 90 min. *«Thriller»*. (23.35, Canal 1)

O Filósofo

«Der Philosoph» (RFA/1989). Real.: Rudolph Thome. Int.: Johannes Herrschmann, Adriana Altaras, Friederike Tiefenbacher. Cor, 80 min. *Ver Destaque*. (00.35, TV 2)

O Expresso da Mela-Nolte

«Midnight Express» (EUA/1978). Real.: Alan Parker. Int.: Brad Davis, Paul Smith, Randy Quaid, John Hurt. Cor, 120 min. *Ver Destaque*. (01.00, Quatro)

Mexendo com o Perigo

«Marked for Murder» (EUA/1989). Real.: Rick Sloane. Int.: Wings Hauser, Renée Estevez, James Mitchum, Ross Hagen. Cor, 86 min. *Policial*. (01.05, Canal 1)

O Juiz do Terrorismo: Atentado da Rua Marbeuf

«Le Juge du Terrorisme: Sauer Krabbe» (Fr./1993). Real.: Gilles Babéhat. Int.: Jacques

Weber, Jean-Pierre Bisson. Cor, 90 min. *Telefilme*. (01.20, SIC)

DOMINGO, 26

O Jogo das Audiências

«The Ratings Game» (EUA/1984). Real.: Danny DeVito. Int.: Danny DeVito, Rhea Pearlman, Gerit Graham, Kevin McCarthy. Cor, 102 min. *Ver Destaque*. (14.30, SIC)

O Às Vale Mals

«Ace High» (It./1969). Real.: Giuseppe Colizzi. Int.: Eli Wallach, Terence Hill, Bud Spencer, Brock Peters. Cor, 123 min. *«Western-spaghetti»*. (15.45, Canal 1)

Força Delta

«Delta Force» (EUA/1986). Real.: Menahem Golan. Int.: Chuck Norris, Lee Marvin, Martin Balsam, George Kennedy, Susan Strasberg, Shelley Winters, Hanna Schygulla. Cor, 129 min. *Ação*. (22.10, SIC)

Fogo Seguro

«Sure Fire» (EUA/1990). Real.: Jon Jost. Int.: Tom Blair, Robert Ernst, Kristi Hager, Kate Dezina, Phillip R. Brown. Cor, 78 min. *Drama*. (23.05, TV 2)

Silêncio do Coração

«Silence of the Heart» (EUA/1984). Real.: Richard Michaels. Int.: Mariette Hartley, Dana Hill, Howard Hesseman, Charlie Sheen. Cor, 90 min. *Ver Destaque*. (00.30, Canal 1)

SEGUNDA, 27

A Noiva de Frankenstein

«The Bride of Frankenstein» (EUA/1935). Real.: James Whale. Int.: Boris Karloff, Elsa Lanchester, Colin Clive, Valerie Hobson, Ernst Thesiger. P/B, 73 min. *Ver Destaque*. (14.30, SIC)

Sissi - A Jovem Imperatriz

«Sissi - The Young Empress» (Áustria/1956). Real.: Ernst Marischka. Int.: Romy Schneider, Karlheinz Böhm, Magda Schneider. Cor, 107 min. *Melodrama*. (22.00, Quatro)

Sexo, Mentiras e Video

«Sex, Lies and Videotape» (EUA/1989). Real.: Steven Soderbergh. Int.: James Spader, Andie MacDowell, Peter Gallagher. Cor, 96 min. *Ver Destaque*. (01.05, SIC)

TERÇA, 28

Um Irmão de Outro Planeta

«The Brother from Another Planet» (EUA/1984). Real.: John Sayles. Int.: Joe Morton, Darryl Edwards, Steve James. Cor, 100 min. *Ver Destaque*. (14.30, SIC)

Sissi e o Destino

«Sissi - Schicksalsjahre einer Kaiserin» (Áustria/1957). Real.: Ernst Marischka. Int.: Romy Schneider, Karlheinz Böhm, Magda Schneider. Cor, 109 min. *Melodrama*. (22.30, TV 2)

QUARTA, 29

Invasores de Marte

«Invaders from Mars» (EUA/1986). Real.: Tobe Hooper. Int.: Karen Black, Junter Carson, Timothy Bottoms. Cor, 96 min. *Ficção Científica*. (14.30, SIC)

Parada Imperial

«Die Deutchmeister» (Áustria/1955). Real.: Ernst Marischka. Int.: Romy Schneider, Magda Schneider, Siegfried Breuer. Cor, 106 min. *Melodrama*. (22.00, Quatro)

Nota: as alterações provocadas pela indefinição acerca das transmissões do Campeonato Mundial de Futebol (TV 2 ou Canal 1) não estão contempladas nas informações - previsivelmente erradas quanto a dias, horas e canais - da programação da RTP, também em relação aos filmes. A Redacção não se responsabiliza por essas omissões ou alterações de horários e conteúdos da programação - que não nos foram comunicadas pela RTP antes do fecho desta edição.

Nota: À hora do fecho desta edição a RTP continuava a informar que não estava em condições de fornecer o alinhamento definitivo da sua programação, condicionada pela transmissão dos desafios do Campeonato Mundial de Futebol. Daí que, tudo o que respeita à programação do Canal 1 e da TV2 se publique sob reserva.

PROGRAMAÇÃO

Domingo, 26

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.10 Moda Outono/Inverno 94/95
14.20 Top +
15.15 Missão Impossível
16.10 O As Vale Mais
(ver «Filmes na TV»)
18.15 Você Decide
19.45 Joker
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Casa Cheia
21.30 Mundial de Futebol: Suíça-Colômbia
00.30 Silêncio do Coração
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 À Mão de Semear
09.25 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.25 As Ordens Militares e Religiosas
11.00 Missa
11.55 70 x 7
12.25 Forum Musical
13.25 Regiões
14.25 Lisboa 94
15.00 TV2 Desporto
20.30 Crusoe
(ver «Filmes na TV»)
22.05 Artes e Letras: «Lisboa no Cinema»
23.05 Fogo Seguro
(ver «Filmes na TV»)
00.25 Uma Questão de Consciência

SIC

11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 Vida Selvagem
14.30 O Jogo das Audiências
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Tudo pelas Notícias
17.15 Obras em Casa
17.45 Bom Domingo
20.00 Jornal da Noite
20.40 Os Trapalhões
21.40 Labirinto
22.10 Força Delta
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Último Jornal
00.50 Pavarotti em Modena
01.30 O Detetive Americano
02.50 Boxe

QUATRO

10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Animação
11.30 Informação Religiosa
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.30 Coisas de Família
14.05 Lassie
14.30 Céus de África
15.00 O Sonho do Oeste
16.00 Queridos Inimigos
18.00 Passaporte
18.30 Ficheiros Secretos
19.30 Informação
20.05 Marés Vivas
21.00 Trocado em Miúdos
21.30 O Turno da Noite
24.00 Últimas Notícias
00.15 Fora de Jogo
00.25 Caixa de Perguntas

Segunda, 27

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Um Rapaz e o Mundo
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.00 Informação
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Resumos do Mundial de Futebol
14.30 O Viajante no Tempo
15.20 Ponto por Ponto
16.10 Os Melhores Anos
16.30 Vizinhos
17.00 Dempsey & Makepeace
18.00 Caderno Diário
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade M' Enganas
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.40 Fera Ferida
21.30 A Filha da Cornélia
23.10 As Teias da Lei
00.10 24 Horas
00.50 O Fogo do Ódio (Longa-metragem)

TV 2

12.00 Infantil
12.55 Hotéis
13.45 Férias Felizes
14.35 Sobreviver
15.05 Infantil
16.10 Longa-metragem
18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.05 Sete Dias
20.00 Crimes
20.35 Desenhos Animados
21.00 TV2 Jornal
21.30 Mundial de Futebol: Bolívia-Espanha
01.05 Amazônia
01.50 Magazine «Cinema»

SIC

11.35 Transformers
12.00 Chuva de Estrelas
13.00 Notícias
13.15 Sassa Mutema
14.00 Os Donos da Bola
(ver «Filmes na TV»)
16.15 A Brincar, a Brincar
17.05 Notícias
17.20 Paraíso
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Ora Bolas, Marina
22.10 Sexo, Mentiras e Vídeo
(ver «Filmes na TV»)
00.05 Último Jornal
00.25 Os Donos da Bola
01.05 Os 40 Anos da Playboy

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Já Tocou
13.20 As Modas
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Encontro
15.45 As Aventuras do Cavalo Preto
16.15 A Casa do Tio Carlos
17.05 Alf
17.40 Topázio
18.05 Morena Clara
18.20 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Visto Isto
21.30 Farmácia de Serviço
22.00 Sissi - A Jovem Imperatriz
(ver «Filmes na TV»)
24.00 Informação
00.25 Fora de Jogo
00.45 Estação do Oriente

Terça, 28

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Um Rapaz e o Mundo
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Resumos do Mundial de Futebol
14.30 Viajante no Tempo
15.10 Ponto por Ponto
16.10 Os Melhores Anos
16.30 Vizinhos
17.00 Dempsey & Makepeace
18.05 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade M' Enganas
19.50 RTP-Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.30 Mundial de Futebol: Brasil-Suécia
24.00 Nico d' Obra
00.40 24 Horas
01.20 Longa-metragem

TV 2

12.00 Infantil
12.50 Para Além do Ano 2000
13.45 Dossier Terra
14.15 Infantil
15.15 Longa-metragem
17.00 Rotações
18.00 Mundial de Futebol: Itália-México
21.00 Magazine «Viver com Saúde»
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.15 Longa-metragem
00.30 Mundial de Futebol: Rússia-Camarões

SIC

11.35 Transformers
12.00 Chuva de Estrelas
13.00 Notícias
13.15 Sassa Mutema
14.00 Os Donos da Bola
(ver «Filmes na TV»)
16.15 A Brincar, a Brincar
17.05 Notícias
17.20 Paraíso
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Cenas de Um Casamento
22.30 20 Anos - 20 Nomes
23.35 Último Jornal
23.55 Os Donos da Bola
00.05 A Família do Senador
00.35 Os 40 Anos da Playboy

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Já Tocou
13.20 As Modas
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Encontro
15.45 As Aventuras do Cavalo Preto
16.15 A Casa do Tio Carlos
17.05 Alf
17.45 Topázio
18.05 Morena Clara
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Visto Isto
21.30 Farmácia de Serviço
22.00 Sissi e o Destino
(ver «Filmes na TV»)
24.00 Informação
00.25 Fora de Jogo
00.45 Anúncio do Outro Mundo
01.15 Modelo e Detective

Quarta, 29

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Um Rapaz e o Mundo
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Resumos do Mundial de Futebol
14.30 Viajante no Tempo
15.10 Ponto por Ponto
16.10 Os Melhores Anos
16.30 Vizinhos
17.00 Dempsey & Makepeace
18.00 Caderno Diário
18.05 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade M' Enganas
19.50 RTP-Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.30 Mundial de Futebol: Brasil-Suécia
24.00 Fera Ferida
24.30 Vamos Jogar no Totobola
21.45 Longa-metragem
23.55 24 Horas
00.35 Longa-metragem

TV 2

12.00 Infantil
12.50 Histórias de Operas
14.00 Universidade Aberta
14.30 DelanteroFérias Felizes
15.05 Infantil
16.20 Longa-metragem
18.00 Mundial de Futebol: Marrocos-Holanda
21.00 Realce
20.20 Domingo Sangrento
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.10 Grande Noite
23.20 Remate
23.45 Quem Fala Assim...
00.40 Amazônia
01.25 Magazine «Ver Artes»

SIC

11.35 Transformers
12.00 Chuva de Estrelas
13.00 Notícias
13.15 Sassa Mutema
14.00 Os Donos da Bola
(ver «Filmes na TV»)
16.15 A Brincar, a Brincar
17.05 Notícias
17.20 Paraíso
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Perdoa-me
22.40 A Brincar, a Brincar
23.10 Sim, Sr. Ministro
23.45 Último Jornal
00.05 Os Donos da Bola
00.15 Internacional Sic
00.45 A Balada de Nova Iorque
01.45 Os 40 Anos da Playboy

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Já Tocou
13.20 As Modas
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.20 Animação
15.45 As Aventuras do Cavalo Preto
16.15 A Casa do Tio Carlos
17.05 Alf
17.45 Topázio
18.05 Morena Clara
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Visto Isto
21.30 Farmácia de Serviço
22.00 Sissi
(ver «Filmes na TV»)
24.00 Informação
00.25 Fora de Jogo
00.45 Anúncio do Outro Mundo
01.15 Modelo e Detective

Quinta, 23

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Um Rapaz e o Mundo
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Viajante no Tempo
14.30 Os Melhores Anos
15.00 Ponto por Ponto
15.45 Vizinhos
16.00 Resumos do Mundial de Futebol
17.00 Dempsey & Makepeace
18.00 Caderno Diário
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Lotaria Nacional
19.05 Com a Verdade m' Enganas
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.40 Fera Ferida
21.30 Isto... Só Vídeo
22.10 A Filha da Cornélia
23.50 Os Inocentes
00.20 24 Horas
01.00 Mundial de Futebol: Itália-Noruega

TV 2

12.00 Infantil
13.00 O Treinador
13.30 Desporto: Finais da NBA
14.35 Peak Practice
15.25 Aviões Militares
15.50 Infantil
16.20 Ninotchka
(ver «Filmes na TV»)
18.05 Um, Dó, Li, Tá
19.00 Sete Vidas
19.50 Magazine «Teatro»
20.35 Desenhos Animados
20.50 RTP - Financial Times
21.00 TV2 Jornal
21.30 Mundial de Futebol: Coreia-Bolívia
24.00 Ultimatos
00.30 A Fortaleza da Europa
01.25 Amazônia

SIC

12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.15 Sassa Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Amor Proibido
(ver «Filmes na TV»)
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 Paraíso
19.00 Praça Pública
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Minas e Armadilhas
22.50 Casos de Polícia
23.55 Último Jornal
00.15 Os Donos da Bola
00.25 Tostões e Milhões
00.55 Crimes

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Já Tocou
13.20 As Modas
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.30 Caixa de Perguntas
15.45 As Aventuras do Cavalo Preto
16.10 A Casa do Tio Carlos
17.05 Alf
17.35 Topázio
18.05 Morena Clara
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Visto Isto
21.30 Farmácia de Serviço
22.00 Sissi
(ver «Filmes na TV»)
00.05 Informação
00.30 Fora de Jogo
00.45 Modelo e Detective

Sexta, 24

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 «Teh Worst Day of My Life»
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Viajante no Tempo
14.30 Os Melhores Anos
15.00 Ponto por Ponto
15.35 Vizinhos
16.00 Resumos do Mundial de Futebol
17.00 Dempsey & Makepeace
18.05 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade m' Enganas
19.50 RTP/Financial Times
20.00 Telejornal
20.40 Fera Ferida
21.35 Concurso «1, 2, 3»
23.20 24 Horas
24.00 Eros Ramazzotti
01.00 Mundial de Futebol: Suécia-Rússia

TV 2

12.00 Infantil
12.50 Expedições Num Mundo Mágico
13.45 Peak Practice
14.30 Segredos do Mundo
15.05 Infantil
16.25 A Mulher de Duas Caras
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Mundial de Futebol: México-Irlanda
20.30 Médicos Escritores Portugueses
21.00 TV2 Jornal
21.30 Mundial de Futebol: Brasil-Camarões
24.00 RTP - Financial Times
00.05 Quase em Guerra
01.00 Amazônia

SIC

12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassa Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Diabolicamente Tua
(ver «Filmes na TV»)
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 Paraíso
18.55 Praça Pública
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Sete à Sexta
21.15 Mulheres de Areia
22.15 Mini Chuva de Estrelas
23.20 Último Jornal
23.40 Os Donos da Bola
23.50 Playboy
00.50 O Quarto Branco
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Já Tocou
13.20 As Modas
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Encontro
15.20 Coisas de Família
15.45 As Aventuras do Cavalo Preto
16.10 A Casa do Tio Carlos
17.05 Alf
17.35 Topázio
18.00 Morena Clara
18.20 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Visto Isto
21.30 Farmácia de Serviço
22.00 Luzes da Ribalta
24.00 Informação
00.25 Fora de Jogo
00.40 Johnny Guitar
(ver «Filmes na TV»)

Sábado, 25

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.20 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.10 Parlamento
14.10 Eternos Novatos
14.40 Pirlampo Mágico
16.00 Emoções Fortes
16.30 Chuka
(ver «Filmes na TV»)
18.15 Made in Portugal
18.50 Beverly Hills
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Na Paz dos Anjos
21.40 Parabéns
23.35 Complexo de Culpa
(ver «Filmes na TV»)
01.05 Mexendo Com o Perigo
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Norman Jornalista
(ver «Filmes na TV»)
13.45 Tauromaquia
14.15 Musical: «Sade ao Vivo»
15.10 O Prodioso Hickey
16.00 TV2 Desporto
18.00 Mundial de Futebol: Bélgica-Holanda
21.00 De Lisboa, Com Amor
21.30 Mundial de Futebol: Argentina-Nigéria
24.00 Sexualidades
00.35 O Filósofo
(ver «Filmes na TV»)
01.55 Uma Questão de Consciência

SIC

11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 Gladiadores Americanos
14.15 Nunea Digas Banzai
15.00 Get Carter
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Curvas Perigosas
18.00 Lei e Ordem
19.00 Minas e Armadilhas
20.00 Jornal da Noite
20.35 Mulheres de Areia
21.30 Caça ao Tesouro
23.00 Os Imortais
24.00 Último Jornal
00.20 Água na Boca
01.20 O Juiz do Terrorismo: Atentado da Rua Marbeuf
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

08.00 Animação
10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Vamos ao Circo
12.00 Sam Saturday
13.00 Contra-Ataque
14.00 Top 25
14.35 Estrela
17.00 Cantinflas - Às Ordens de V. Excelência
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Informação Quatro
20.00 O Jogo do Ganso
23.30 Informação
23.55 Dia Internacional de Luta contra a Droga (debate)
00.40 Expresso da Meia-Noite
(ver «Filmes na TV»)



Isto Só Vídeo...



Crimes



Perdoa-me



Queridos Inimigos



Mini Chuva de Estrelas



Playboy



Jogo do Ganso



Minas e Armadilhas

Por isto e por aquilo...

Ninotchka

(Quinta, 16.20 TV 2)

É sobejamente conhecido o argumento desta sátira a uma certa imagem de marca soviética dos anos 40, numa história que se debruça sobre o fascínio pelo «consumismo ocidental» que leva à perdição três funcionários encarregues de negociar, em Paris, as jóias de uma aristocrata russa - perdição que tenta ser corrigida através da missão de uma outra bela funcionária (Greta Garbo), que acaba perdida de amores nos braços do conde de Algout (Melvyn Douglas)... Brilhantemente realizada por Ernst Lubitsch, esta obra



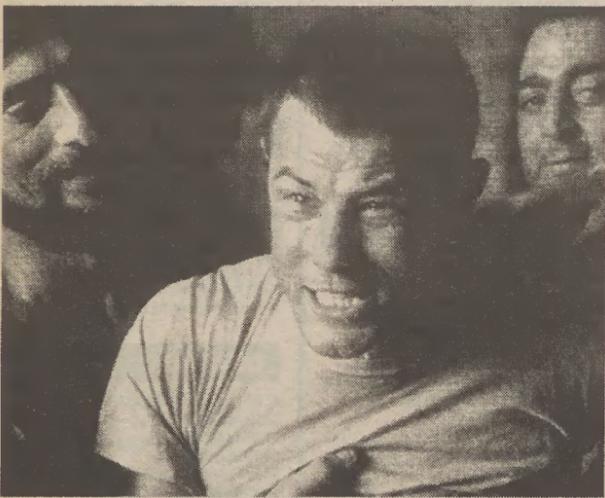
Greta Garbo e Melvyn Douglas em «Ninotchka», de Ernst Lubitsch

(para além de alguns risíveis clichés da prache) ficou marcada, também, pela fabulosa interpretação do par principal. O que talvez seja menos conhecido (mas vem nas crónicas) é que o famoso slogan publicitário que envolveu a promoção do filme - «Garbo laughs!» - não corresponde minimamente à realidade, já que Garbo apenas mima o riso nessa célebre cena do filme, tendo o som sido dobrado a posteriori...

A Mulher de Duas Caras

(Sexta, 16.25, TV 2)

É de novo o par Garbo-Douglas a brilhar neste admirável filme de George Cukor, que ficou também a marcar o adeus definitivo da «diva» à sétima arte, talvez abalada pela polémica que estalou em redor do próprio filme - dito «amoral» e mesmo «imoral» - que nos conta a história de uma mulher que, face ao desinteresse do marido



Brad Davis, em «O Expresso da Meia-Noite», de Alan Parker

provocado pela sua própria personalidade aérea e introvertida, se mete na pele de uma suposta irmã, mundana e frívola, que tenta de novo conquistá-lo... Mas se Garbo é brilhante, que dizer de Constance Bennett, que não se distrai ao fazer das suas?

Johnny Guitar

(Sexta, 00.25, Quatro)

Clássico entre os clássicos, este western de culto de Nicholas Ray é de visão, mais uma vez, imprescindível. Tudo nele é singular, desde as cores cruas e brutais, ao fantasmagórico saloon vazio em meio de um cenário barroco e irrealista, até à caracterização psicológica dos cowboys, para terminar num «duelo» entre as duas principais protagonistas femininas. Como diria mais tarde Truffaut, Johnny Guitar é um filme de acção «em que os cowboys como que desaparecem e morrem com a graça de bailarinas». Com uma espantosa Joan Crawford. E uma música que fica no assobio.



O quarteto de intérpretes de «Sexo, Mentiras e Vídeo»

Get Carter

(Sábado, 15.00, SIC)

A frieza premeditada e imperturbável que Michael Caine transmite às suas personagens de assassino profissional costuma constituir uma das qualidades mais impressionantes das composições que, detalhe a detalhe, acaba por erguer. Aqui, tudo isto é ainda mais «agravado» pelo cinema com que encara a meticulo-

sidade do sinistro *métier* desta sua nova personagem - o que torna um filme aparentemente banal em algo de perturbadoramente invulgar.

Crusoe

(Sábado, 20.30, TV 2)

Trata-se de uma variante da conhecida história de Robinson Crusoe - e a diferença essencial desta versão é a de que, uma vez chegado à ilha da sua salvação após um turbulento naufrágio, o nosso «herói», mais do que começar a pugnar pela sua salvação, ali encontra um lugar de refúgio e de retiro. Talvez por isso, este filme, que

não deixa de ser uma super-produção, em nada se aparenta aos habituais «produtos» em que o espectáculo (mesmo o da luta contra a sobrevivência e o isolamento) está na primeira linha da preocupação do realizador. Aqui, é o silêncio e a reflexão perante o mundo e os outros que vem a primeiro plano - o que constitui o seu principal fascínio.

O Filósofo

(Sábado, 00.35, TV 2)

Inédito entre nós, *O Filósofo* conta-nos a história de um filósofo bizarro e das suas relações com três belas e sedutoras mulheres. As referências apontam ao filme semelhanças com os chamados «contos morais» de Éric Rohmer. E, se se adiantar que o seu escritor e realizador, Rudolf Thome, é sobretudo conhecido como eminente crítico cinematográfico, admirador de Godard ou, no concreto da obra-feita, pelo magnífico *Berlim-Chamissoplatz*, certamente que isto suscitará uma justificada curiosidade na visão deste filme.

O Expresso da Meia-Noite

(Sábado, 01.00, Quatro)

Baseado num caso real - o encarceramento e a tortura, pelas autoridades turcas, de um jovem turista americano alegadamente acusado de traficar droga - *O Expresso da Meia-Noite* fez furor aquando da sua estreia e arrastou multidões. Mas este é um dos tais filmes em que a «clareza da mensagem» (quando, em geral, sublinhada a traço grosso) é perturbada pela ambiguidade dos processos da sua escrita e realização e, sobretudo, pelo envolvimento encapotadamente sofisticado (veja-se a fotografia, mais própria de *Playboy - Confissões Secretas!*) com que, de forma tantas vezes maniqueísta, se pretende manipular uma denúncia cuja concretização fílmica é susceptível de levar tudo a perder. Não por acaso, Oliver Stone está na escrita do argumento. Não por acaso, é a inegável desenvoltura da *mise-en-scène* e da *montagem* do realizador Alan Parker que justifica as maiores reticências.



Nicholas Ray, realizador de «Johnny Guitar», com Joan Crawford no principal papel

O Jogo das Audiências

(Domingo, 14.30, SIC)

Um anónimo cidadão, Vic DeSalvo, vê-se, de um momento para o outro no papel de um produtor de TV dispendioso de um mês para mostrar o que vale e servindo-se de um amigo - funcionário de uma empresa de audiometria - para o colocar no topo da popula-

ridade. Uma crítica mordaz aos «golpes baixos» da televisão (curiosamente na modalidade de telefilme!) numa hilariante comédia com simpáticas referências. De (e com) Danny DeVito.

Silêncio do Coração

(Domingo, 00.30, Canal 1)

As referências apontam, também a este telefilme, qualidades superiores à média que habitualmente caracteriza o formato. A histó-



Um fotograma de «Crusoe», de Caleb Deschanel

ria - um melodrama que se debruça sobre o tema do suicídio entre os adolescentes - parece prometer. A confirmar.

A Noiva de Frankenstein

(Segunda, 14.30, SIC)

É a continuação do primeiro *Frankenstein* que arrebatara as audiências em 1931. Nada mais lógico do que arranjar, ao monstro, uma noiva - e disso se encarrega um tal Dr. Pretorius que pretende seguir os trabalhos de investigação do colega, arrependido que este estava das tenebrosas e nefastas das suas investigações. Ao contrário do primeiro filme, o «mau da fita» é agora o novo investigador, sendo que o monstro até é comovente na sua paixão pela inesperada noiva. Tudo isto se passa num filme que é, talvez, o cume cinematográfico do ciclo *Frankenstein*, com trucagens fabulosas para a época, de John Fulton, e mais uma esmagadora presença de Boris Karloff. A não perder.



Sexo, Mentiras e Vídeo

(Segunda, 01.05, SIC)

Jovens liberais americanos, cheios de angústias existenciais (entre os quais uma jovem que gosta imenso dos prazeres do amor e de sobre isso trocar intensas impressões; a sua sofisticada irmã que, em relação a este aspecto, prima pela reserva; o marido desta que, lúbrico, não desdenha atraindo-a com a primeira; e um antigo colega da universidade que, incapaz de isto fazer, tudo prefere filmar em vídeo) são a gente que povoa este filminho com ar de «novidade», que parece ter caído no goto e, controversamente, arrebatou a *Palma de Ouro* no Festival de Cannes de 1989. Depois disto tudo, não tem de ser bestial?

coá-la com a primeira; e um antigo colega da universidade que, incapaz de isto fazer, tudo prefere filmar em vídeo) são a gente que povoa este filminho com ar de «novidade», que parece ter caído no goto e, controversamente, arrebatou a *Palma de Ouro* no Festival de Cannes de 1989. Depois disto tudo, não tem de ser bestial?

Um Irmão de Outro Planeta

(Terça, 14.30, SIC)

«Quando os filmes começaram a falar, começaram também a perder a generosa simplicidade com que olhavam para o mundo. *Um Irmão de Outro Planeta* conta-nos a história de um homem (visitante do espaço) que não sabe falar mas que é capaz de ler os pensamentos, de ouvir escrupulosamente, de olhar profundamente nos olhos e de constituir-se numa espécie de espelho da nossa sociedade. Tudo isto soa demasiado sério mas, tal como acontece com a maior parte dos filmes mais sérios, este filme não passa de uma comédia». Estas palavras de Roger Ebert suscitam, da melhor maneira, a curiosidade por ver este filme que foi realizado por John Sayles, um cineasta que vem do cinema independente americano.



Elsa Lanchester e Boris Karloff numa cena do clássico do terror «A Noiva de Frankenstein», de James Whale

SARAMAGO

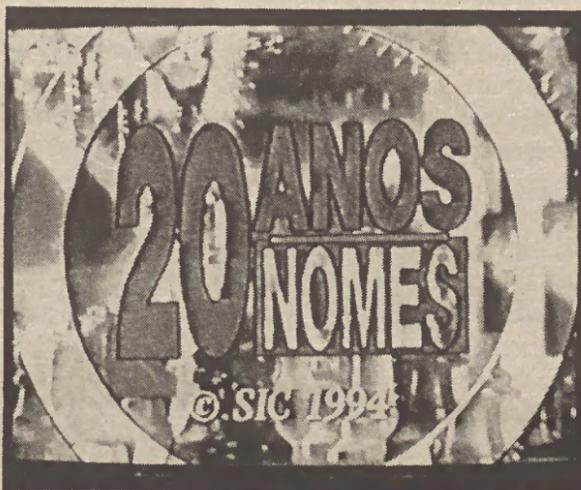
■ Correia da Fonseca

Olho Saramago a responder a Miguel Sousa Tavares e pergunto-me, suspeito de mim próprio, se para os outros, ou para a generalidade deles, também será assim. Se Saramago será para eles, como para mim, um verdadeiro espectáculo de TV pelo que vejo, pelo que oiço, e também por factores que circulam por dentro da imagem e do som. Pelo que vejo: a serenidade mesmo quando as perguntas se aproximam do terreno das provocações habituais, a discreta cintilação de ironia que se ilumina por detrás das lentes, o gesto que se ergue manso a sublinhar a importância das palavras. Pelo que oiço: uma oralidade onde o rigor se concilia exemplarmente com a clareza e, melhor ainda, com algum do poder encantatório da prosa do escritor. E também pelo perfume de dignidade, de nobreza, que lhe percorre gesto e palavra, que dá um bem determinado sentido a esta presença. Que implanta um raro clima de asseio a esta Televisão tantas vezes conspurcada.

Entretanto, repito, suspeito de mim. Porque, confesso-o, sou amigo daquele homem, e este particular vínculo bem pode condicionar-me agora. Defendo-me, porém, argumentando que eu não tenho de ser amigo daquele enorme escritor que já obteve um estatuto cultural de supranacionalidade, que ano após ano é falado a propósito do Nobel, cujo trajecto físico a vida há muito afastou do meu trajectozinho medíocre, mas que tenho o direito de me obstinar no afecto (e um pouco, inevitavelmente, em ocasionais saudades) ao José Saramago que conheci em «A Capital» por volta de 68/69, mais ou menos quando ele se tornou militante do PCP, e em que eu logo descobri raras qualidades de diversa ordem, fascínios, tesouros por descobrir. Também ao José Saramago que proclama agora a sua condição de homem feliz, o que, para falar com franqueza, me importa bem mais (ou ainda mais, se assim se preferir) que o seu estrondoso, incontornável e justificadíssimo êxito literário.

O pecado de José Saramago

Leio que um parvalhão de duvidoso perfil escreveu um dia destes, a propósito desta emissão de «20 Anos, 20 Nomes», que Miguel Sousa Tavares conseguiu «uma impiedosa radiografia do Saramago-homem». À parte a delirante referência aos supostos talentos radiográficos de Sousa Tavares, homem sabidamente mais vocacionado para a acção directa (jornalística, entenda-se) que para as eventuais subtilidades dos meios auxiliares de diagnóstico, acontece que José Saramago é, justamente, homem que não tem a menoríssima razão para tentar radiografias e que, em caso de a elas ser submetido, não precisa da mais minúscula parcela de piedade. De resto,



são exactamente a verticalidade e a inteireza de Saramago que escandalizam criaturas como o desgraçado autor daquela frase: mais que o sucesso literário, agride-os a qualidade humana de um homem que reafirma a fidelidade ao seu Partido neste tempo de mutantes em que gente como aquele escriba não adere politicamente, apenas poisa, para plagiar aqui uma feliz fórmula utilizada em tempos por Almeida Santos.

É, de resto, esse horror pela honradez política que explica que Miguel Sousa Tavares tenha trazido à conversa o chamado «caso do "Diário de Notícias"», acerca do qual Saramago já se tinha explicado na TV, perante Carlos Cruz, não há muito tempo. José Saramago nem sequer era o director do «DN» quando, na sequência do processo disciplinar instaurado por decisão de um órgão a que não pertencia, foram despedidos 22 jornalistas: integrava a direcção do jornal, sim, mas na posição subalterna de subdirector ou director-adjunto. Também, evidentemente, não fazia parte da administração, órgão a que compete a demissão de pessoal em qualquer empresa, como muito bem se sabe. Porém, é a José Saramago que andam agora, com



«Você, de inocente não tem nada!»

insistência, a «pedir contas», na clara tentativa de o apresentarem perante a opinião pública como réu de um pretensão «excesso revolucionário». Ninguém fala dos então administradores, decerto porque são alvos desinteressantes. Ninguém sequer parece lembrar-se do director do «DN» nesse momento. Mas José Saramago é para abater ou, se tanto não é possível, pelo menos para tentar denegrir. Pois não apenas cometeu a audácia de ver generalizadamente reconhecida a sua grandeza como também, o que ainda é mais grave, assume teimosamente o imperdoável pecado de fidelidade ao PCP, mesmo depois de longamente tentado, aliciado, lisonjeado pelos experts na consecução de traições.

Um aparentamento profundo

Ao longo de toda a entrevista, Saramago foi desmontando paciente e tranquilamente as batotazinhas semeadas por Miguel Sousa Tavares na entrevista toda ela armadilhada. Já antes disso houvera a habitual peça introdutória de Inez Dentinho, inçada de manipulações e imposturas, como aliás é já costume. Foi evidente, porém, que Miguel acabou vencido pelas razões e pela razão do entrevistado, não contudo sem que, a dado momento, Saramago se tivesse visto obrigado a lançar-lhe uma prevenção: «— Você não é inocente, você de inocente não tem nada!», disse ele. Como quem dizia que com ele, Saramago, é preciso atender a que se torna estreita a margem de viciações possíveis. Que o inescrúpulo ou a bruteza frequentes em Sousa Tavares teriam de encontrar ali uma limitada aplicação.

Quando a entrevista terminou (e dir-se-ia que as entrevistas com José Saramago acabam sempre muito cedo, vá-se lá saber porquê), falava-se do «Evangelho» e das subsequentes tensões havidas com membros da hierarquia católica (mas não com todos, longe disso, o que é sempre silenciado). Mais uma vez as respostas havi-

am sido serenas, límpidas, enriquecedoras. Parece-me que bem poderíamos ter continuado ali, durante muito mais tempo, não tanto pelo gosto de vermos finalmente Miguel Sousa Tavares a encontrar alguém capaz de lhe impor alguma contenção, sem dúvida que também algum respeito, como pelo enlevo de ouvir a palavra de Saramago a fluir um pouco como nos seus textos. Na verdade, há algum aparentamento profundo entre o prazer de ver e ouvir Saramago na TV e o encanto de o ler. Julgo que não seria possível dizer de modo mais peremptório como a vinda de José Saramago valoriza e enobrecce um programa de Televisão.



de FOICE

Flexibile

Flexibilidade, do latim *flexibilitate*: qualidade daquilo que é flexível; aptidão do espírito para estudos e trabalhos de natureza diversa; docilidade; subserviência.

Flexível, do latim *flexibile*: que se pode dobrar facilmente; maleável; que se adapta a coisas diversas; dócil; complacente; subserviente.

Quando as dúvidas apertam, nada melhor do que uma consulta ao dicionário. É uma leitura tão relaxante como a da lista telefónica, só que muito mais esclarecedora. Em vez de nomes e moradas de desconhecidos, cujo reconhecimento da existência permanece na maioria dos casos perfeitamente inútil para a maioria de todos nós, o dicionário dá-nos o significado das palavras, essas sim verdadeiramente importantes, já que com elas dizemos coisas e, o que não é de sobremesa, nos dizem coisas. E se se tiver em consideração o hábito, mais ou menos generalizado, de usar as mesmas palavras para dizer coisas diferentes, melhor se entende a necessidade da visitinha ao dicionário, amigo de todas as horas, tão cheio de palavras e todavia - suprema vantagem - mudo como um túmulo, incapaz de reproduzir os nossos desabafos apesar de os ter todos lá guardadinhos numa qualquer página a que mais cedo ou mais tarde acabamos por aportar, quanto mais não seja para confirmar a justeza do palavrão que em hora de desabafo nos saiu boca fora.

Depois de duas horas de bicha - eis outra palavra perfeitamente legítima capaz de competir com brasileirismos -, concerto de buzinas e cento e cinquenta paus de portagem a convocar enxaquecas e raivas para todo o dia, os portugueses que na segunda-feira passaram a ponte 25 de Abril deveriam ter dedicado cinco minutos do seu tempo à leitura do dicionário. Os milhões que tiveram a sorte de escapar a tal provação também não perderiam nada se o fizessem. Ficariamos assim todos esclarecidos quanto à palavra que mais se ouviu nesse dia - flexibilidade -, numa antecipação ao tema forte da semana, a saber, a concertação social.

Para o crescimento da economia é preciso a flexibilidade do emprego - diz o patronato.

Para combater o desemprego temos de flexibilizar o emprego - diz o Governo.

Para acompanharmos a Europa temos de flexibilizar o emprego - dizem os analistas.

A flexibilidade está na ordem do dia - dizem os escribas.

Mas, afinal, o que é isso da flexibilidade do emprego? É aqui que entra o dicionário.

Para os ingénúos, podia ser a tal "aptidão do espírito para estudos e trabalhos de natureza diversa".

Para os mais realistas, o significado de flexibilidade deve procurar-se nos itens seguintes: docilidade; subserviência.

Assim, emprego flexível, do latim *flexibile*, deve ser o que se pode dobrar facilmente; maleável; dócil; complacente; subserviente.

O que é uma maneira de deixar o patronato e o Governo com a faca e o queijo na mão. Pelas notícias vindas a lume, o que se pretende é despedir mais e mais barato. Não se pode dizer que seja uma novidade. A única diferença é que hoje, vinte anos depois de Abril, o patronato se sente com força para o exigir, para dizer preto no branco que é chegada a hora de acabar com as "conquistas da Revolução". Para Cavaco Silva esta é a melhor forma de criar emprego. Para os trabalhadores, é mais uma razão para lembrar que o voto também é uma arma. E para a usar nem é necessária flexibilidade nenhuma.

■ AF

Linha de Sintra

CP fecha estação sem dar cavaco

Populares e membros da Comissão de Utentes da Linha de Sintra manifestaram-se terça-feira ao fim da tarde junto à estação da Cruz da Pedra, distribuindo um comunicado conjunto da referida Comissão e da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica em que se protesta pelo facto de os comboios terem deixado de parar na estação «sem qualquer aviso aos utentes».

«Apesar do compromisso assumido pela CP, há mais de um ano, de que informaria a Comissão de Utentes da Estação e a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica sobre o evoluir da situação, no que respeita ao funciona-

mento da Estação da Cruz da Pedra, nada foi feito», diz o comunicado que assinalara terem as duas entidades enviado vários ofícios ao Conselho de Gerência da CP mas que não houve qualquer resposta: «nem um comunicado, nem uma palavra».

Entretanto, assinala o texto que foram vendidos os passes de comboio e os utentes passaram por longas horas de espera aguardando pela paragem de um comboio que nunca se verifica.

«Tudo isto é revelador do maior desrespeito pelos utentes da CP, ignora os graves prejuízos causados aos moradores e a todos aqueles que se deslocam para trabalhar na

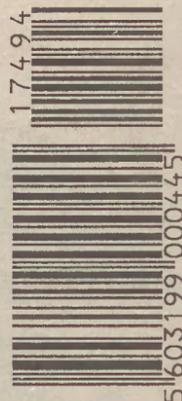
Freguesia de São Domingos de Benfica».

Entretanto no passado dia 15 de Junho apareceram na estação as forças policiais para proceder ao seu encerramento, para surpresa de utentes: «a CP avisou a Polícia mas não avisou os utentes», constata a nota.

Na conferência de imprensa dada na terça-feira relembrou-se todo o processo, iniciado em Junho de 1992 com o encerramento da bilheteira deste apeadeiro da Cruz da Pedra, num local onde passaram a ser frequentes os assaltos e até acidentes na linha, registando-se dois mortos desde então. A luta conjunta de moradores, Comissão de

Utentes e da Junta de Freguesia fez com que a empresa recuasse durante um ano o anunciado encerramento definitivo, até que surpreendentemente surge esta situação agora divulgada.

Os utentes e a Junta de Freguesia pretendem acionar todos os mecanismos necessários para revogar a decisão do Conselho de Gerência da CP, podendo apoiar os moradores e outros utilizadores da estação em acções de protesto que se venham a verificar.



Festa já está na rua



A Festa de 1994 já tem nas ruas os seus primeiros materiais de propaganda, constituídos por um cartaz de grandes dimensões e a sua réplica em pendões, bem como a edição de um jornal de parede sobre a Festa. Enquanto os primeiros materiais se destinam à afixação nas ruas e estradas de todo o país - para cuja rápida concretização será necessário o esforço das organizações do partido assim como de camaradas e amigos da Festa -, o jornal de parede destina-se a ser afixado em centros de trabalho, instalações de colectividades e associações, escolas ou em outros locais interiores e públicos onde seja possível uma observação um pouco mais demorada do que a necessária para observar o cartaz. É o lançamento da campanha de divulgação da Festa que, quase sem darmos por isso, está aí à porta!

CDU oferece livro de Saramago à Câmara de Mafra

Os eleitos da CDU anunciaram terça-feira a oferta à Assembleia Municipal de Mafra do recém-publicado diário de José Saramago «CADERNOS DE LANZAROTE», em que o escritor se refere à não atribuição da medalha de ouro do município.

A atribuição da condecoração foi proposta pela CDU em 1993 e recusada pela maioria social-democrata na Câmara de Mafra, por considerar que o romance «Memorial do Convento» não prestigiava o concelho.

«Independentemente das opções, os homens imortalizam-se pela qualidade da obra que realizam. Não só a razão mais elevada entende esta verdade, mas também a grandeza de alma dos que cultivam a diferença», escrevem os eleitos da CDU na dedicatória do livro oferecido.

Protestos na ponte pelo terceiro dia seguido

Pelo terceiro dia consecutivo, automobilistas utentes da Ponte 25 de Abril protestaram ontem ruidosamente desde o início da manhã contra o aumento das portagens e provocaram um engarrafamento de 13 quilómetros no sentido de Lisboa.

Além de buzinares quando se aproximam das cabinas da portagem, os automobilistas pagam com notas de dez e cinco contos, ou recorrem mesmo a moedas de dez tostões, de modo a provocar demoras na cobrança da tarifa.

Desde sábado que a travessia da ponte sobre o Tejo sofreu um aumento de 50 por cento, elevando de 100 para 150 escudos o preço pago pelos veículos ligeiros.

Como resultado do descontentamento dos condutores, as filas de trânsito que normalmente terminavam por voltas das 9:30, prolongaram-se às 13:30, como se dá conta em notícia publicada na página 12. Assinale-se que ontem numerosos efectivos da Polícia de Segurança Pública encontravam-se junto à portagem e mesmo dentro das cabinas, no que pode ser interpretado como uma acção dissuasora, senão mesmo intimidatória, dos utentes, uma vez que nos dois dias anteriores não se registaram incidentes dignos de nota entre automobilistas e trabalhadores da portagem.

Transportes dispostos a endurecer a luta

Os sindicatos dos transportes afirmaram terça à noite a sua disponibilidade para "formas de luta globais" se o Governo continuar com a sua "política anti-social" e alterar a legislação laboral.

Num plenário do sector, realizado na sede da CGTP, foi decidido dar continuidade à luta nas várias empresas de transportes em defesa das reivindicações dos trabalhadores.

Amável Alves, dirigente da Federação dos Transportes Rodoviários e Urbanos, disse à Agência Lusa que o bloqueio da contratação colectiva tem causado uma "substancial redução do poder de compra" dos trabalhadores que, por isso, reivindicam uma correcção salarial intercalar.

O sindicalista alertou ainda para a continuação da redução de pessoal no sector dos transportes que já deixou sem emprego milhares de trabalhadores.

No plenário foi aprovada uma resolução em que os sindicatos exigem ao ministro dos Transportes que os receba para debater os problemas do sector.